



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Nasthya Cristina Garcia Pereira

**Relações Homem-Natureza:
O Discurso Político Sobre Agricultura e Extrativismo
na Província do Amazonas (1852-1889)**

**Manaus
2008**



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Nasthya Cristina Garcia Pereira

**Relações Homem-Natureza:
O Discurso Político Sobre Agricultura e Extrativismo
na Província do Amazonas (1852-1889)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, como exigência para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. James Roberto Silva

Manaus
2008

TERMO DE APROVAÇÃO

A Dissertação foi submetida à Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores Prof. Dr. James Roberto Silva (Departamento de História – UFAM), Síval Carlos Mello Gonçalves (Departamento de História – UFAM) e Miriam Dolhnikoff (Departamento de História - USP) em 23 de outubro de 2008, sendo ali aprovada.

Resumo

Esta Dissertação procurou examinar e interpretar, valendo-se especialmente da noção de representação, as visões de natureza e de meio social que os presidentes da Província do Amazonas, entre os anos de 1852 e 1889, deixaram expressas em seus relatórios de governo. No decorrer de quase quatro décadas de existência da província, a visão geral de natureza deste segmento foi tenazmente mantida; contudo, percebe-se um novo enlace a respeito das atitudes de ordenação do meio natural nas duas últimas décadas, apresentando-se como ações mais pragmáticas para a organização desse ambiente.

Por meio, primordialmente, do exame dos relatórios dos presidentes da Província do Amazonas, a particularidade natural e humana da região foi analisada com a intenção complementar de evidenciar as problemáticas para a execução do projeto civilizador defendido pelo Império. Projeto que envolvia a afirmação e o reconhecimento do território nacional junto de um levantamento dos grupos humanos de lugares recônditos do país. Nesse processo, a natureza representou um elemento essencial para a questão da nacionalidade, pois encerrava a maior riqueza e o maior patrimônio do Império brasileiro, que desejava se elevar como nação civilizada com o conhecimento e, especialmente, com o cultivo das ricas terras ainda incultas.

Diante do projeto civilizador que envolvia a natureza e os habitantes do país, os presidentes do Amazonas, defensores e representantes desse projeto, explicitaram nos relatórios a difícil tarefa para sua realização. A Província era representada como um lugar deserto e atrasado; a natureza ainda inculta e a população ociosa e errante transparecem nos relatos como elementos de uma realidade problemática, todavia passível de transformação. Embora descrevessem um estado social desanimador, não deixaram de apresentar os planos e os meios para civilizar a natureza e os grupos humanos, e claramente acreditaram que o Amazonas representava uma grande promessa para o futuro.

Palavras chaves: representações; natureza e agricultura; sociedade; civilização no Amazonas; relatórios provinciais.

Abstract

From a representative point of view, this thesis seeks to demonstrate the understanding of nature by the governors of the state of Amazonas between the years of 1852 and 1889. Concomitant to this purpose, the view on the social milieu of these representatives of the monarchic power has also been taken into consideration in this discourse. Throughout the almost four decade existence of the province, the general view on nature in this region has been maintained. Nevertheless a new connection is perceived regarding the postures of decrees on the natural environment during the last two decades, presenting themselves as more pragmatic actions for the organization of this environment.

Primarily through reports from governors of the Amazon province, the natural and human characteristics of the region are analyzed with the additional intention of outlining the difficulties of implementing the nation's civilization project. This project involved the recognition, as part of the national territory as well as the regional survey, of the people living in secluded areas of the country. Nature played an essential role in the definition of nationality as it contained the most valuable assets of the Brazilian empire, which was seeking to establish itself as a civilized nation that had the knowledge and was essentially able to cultivate the rich uncivilized lands.

In the face of the of the civilization project that involved the natural environment as well as the inhabitants of the country, the Amazon governors, defending and representing the same project, explained in their reports the difficult task of its realization. The region has been described as a deserted and backward place; in the reports its still uncultivated nature and its idle and wandering population appear as a problematic reality still subject to transformation. Therefore by proclaiming a dull social state they presented plans and ways of civilizing nature and native tribes and clearly believed Amazon region represented a great promise for the future.

Keywords : representations; nature and agriculture; society; civilization at Amazonas; territory reports.

Agradecimentos

Desejo neste momento agradecer a algumas pessoas que contribuíram de forma direta e indireta para a realização deste trabalho:

À Secretaria Municipal de Educação (SEMED), por incentivar a formação dos professores e pela valorização profissional através do programa QUALIFICA. Pude, mesmo em estágio probatório, ter direito à licença para dedicar-me ao mestrado.

Aos professores do departamento de História pelo trabalho que desenvolvem na sala de aula. Em especial, ao professor Auxiliomar Ugarte, que é sempre um grande “auxílio”. Lembro que devo a ele a sugestão para dar uma “olhada” nos relatórios dos presidentes da Província do Amazonas para ver a possibilidade de um trabalho de final curso em 1998. Sou grata por seu incentivo durante a graduação e quando me encontrava distante da academia. Agradeço pela leitura crítica que fez do meu projeto antes de ser apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História e pelas considerações na qualificação.

À professora Patrícia Maria Melo Sampaio, pela idéias apresentadas no exame de qualificação.

Aos meus caros colegas do Mestrado em História Social, pelo convívio agradável em sala de aula. Agradeço especialmente à Carla, amiga solidária, que nas horas de crises “intelectuais” e em outras estava sempre disposta a me ouvir e dar força com palavras de carinho e muita sinceridade, além, é claro, de indicar bibliografia, emprestar livros e se identificar com o meu trabalho quando trocávamos figurinhas (a recíproca é verdadeira), uma pessoa cheia de boas idéias.

À Andréa, amiga de longa, longa data, agradeço pela companhia em horas divertidas, pelas conversas meio loucas e muito engraçadas, por não mais se importar com meu silêncio, por sempre estar presente quando me sinto só, pelo carinho, pela força e pelo apoio material em muitos momentos do mestrado, na verdade uma irmã de coração, e nossas filhas seguem o mesmo caminho.

Ao Ivomar, o “senhor sensibilidade”, como eu costumava chamá-lo, alguém que não vive mais entre nós... Agradeço por ter me mostrado o que é ter paixão pela vida!

Ao Luís Carlos, agradeço pelo carinho e pela força em momentos especiais e delicados.

A todos da família Garcia, minha por parte de mãe, aos meus avós, em especial, Irineu e Francisca, exemplo de amor verdadeiro que deu bons frutos.

Aos meus inestimáveis irmãos Harison e Alexandre, pela ajuda com o computador, um ser com o qual ainda não me familiarizei.

À Cristiane, irmã deveras querida, que mesmo tão, tão distante me incentivava a continuar acreditando... Agradeço por seu axé.

Ao meu pai, por uma vida de muito trabalho para criar quatro filhos.

À minha mãe, grande amiga, muito amada e admirada por mim, meu porto mais seguro, agradeço por seu amor, por seu colo, e também pela dedicação e ajuda na criação e educação de minha filha, sem sua ajuda não teria como continuar.

À Manuela, minha grande companheirinha, às vezes chateada por não dar atenção quando desejava me dizer algo, ou quando queria que eu participasse de suas brincadeiras, acabava se divertindo sozinha; enquanto eu escrevia, de vez em quando, me perguntava quando “esse tal de mestrado” ia acabar, agradeço por sua companhia e pela sensibilidade em sempre me dizer “eu te amo mãe”... doces palavras.

E ao James Roberto Silva, meu orientador, sempre profissional e sempre entusiasmado com tudo que eu lhe falava sobre a pesquisa e um professor que soube ouvir, incentivar e me corrigir quando foi preciso, agradeço por sua compreensão e enorme ajuda com livros, teses, artigos e pela forma como abriu minha mente em relação ao meu tema; tive liberdade para pensar e expor minhas idéias e angústias sobre o trabalho, às quais ele me ajudou a dirimir com muito bom senso. Sempre presente e disposto a compartilhar suas experiências sobre as alegrias e agruras de uma pesquisa. Devo muito a ele, sou grata por tudo!

Para
Cilene e Manu.
Dádivas nesta vida.

Sumário

Introdução	10
Capítulo I – Os relatórios dos presidentes de província como produção discursiva.	
1.1. Contexto de formação e acomodação das forças políticas no Império.....	18
1.2. Os presidentes de província e as Assembléias Legislativas.....	28
1.3. Conteúdo e forma dos relatórios do Amazonas.....	33
1.4. Os relatórios como documentos.....	39
1.5. Representação e discurso nos relatórios.....	43
1.6. Cultura política no Império.....	49
Capítulo II – Agricultura para civilizar os homens e a natureza.	
2.1. A política para a agricultura no Império.....	59
2.2. Os relatórios sobre a geografia e a etnografia: informações sobre os elementos naturais e humanos da Província.....	62
2.3. As Exposições Nacionais da Indústria: oportunidades para expor as riquezas e as potencialidades da natureza.....	70
2.4 Civilização e progresso econômico-moral no discurso dos presidentes do Amazonas.	78
Capítulo III – Natureza e Meio Social na Província do Amazonas.	
3.1. Agricultura e Extrativismo: assuntos da política para o progresso e civilização da Província.....	89
3.2. A relação homem-natureza.....	99
3.3. A “vocação” da Província e o extrativismo para complementar.....	104
3.4. Instrumentos para a transformação da relação homem-natureza.....	108
3.5. Índios e substrato indígena.....	119
3.6. Deserto e decadência? Inércia e desídia?.....	124
Considerações finais	137
Fontes	142
Referências Bibliográficas	142

Introdução

A relação homem e natureza como base da história humana.

Os estudos históricos que envolvem a natureza e que procuram compreender a evolução dos diversos ambientes que a constituem devem contemplar a participação humana nesse processo. Uma história que se ocupe da natureza, só recuperará a sua densidade histórica se estabelecer as ligações que aquela tem com a sociedade humana. Como Jean Chesneaux afirmou, “não mais reintegrar a história social à história natural” e simplesmente “conduzir o homem para o estado de natureza, como estaria se tentando a propor em reação às recentes perversões do crescimento e de toda a máquina social”¹ – mas, sim, integrar a história natural à história social para afirmar e apresentar a responsabilidade dos homens sobre a natureza². Se ele faz esta defesa, é porque entende que as dimensões política e econômica transparecem nas representações e estas, por sua vez, orientam a relação dos homens com a natureza. Não existe história natural sem envolver as ações, intenções e valores dos homens para com o ambiente³.

A relação homem-natureza não representa uma novidade na historiografia, mesmo que um maior interesse sobre ela tenha sido apresentado somente a partir da década de 1970⁴. Se retrocedermos ao início da Escola dos Anais, veremos Marc Bloch⁵, Lefèbvre e Braudel, em suas obras, volta e meia, demonstrando preocupação

¹ Chesneaux, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo, Ática, 1995, p. 131.

² Para Chesneaux a natureza vista como “selvagem” é tão histórica quanto o homem e a sociedade. As espécies ou complexos ecológicos ditos selvagens, são quase sempre produtos das relações complexas entre os homens e o ambiente natural. *Idem*, p. 131.

³ “Seria ingênuo falar, como certos historiadores que se pretendem inovadores, de uma “história sem homens”, que se contentaria em estudar a evolução do mundo natural no tempo “em si”. Se forem consideradas as diversas categorias de tempos muito longos, tempos astronômicos, tempos geológicos, tempo das lentas evoluções biológicas, colocar-lhe o rótulo histórico pode lisonjear o corporativismo dos historiadores, nada mais. Caso se trate, pelo contrário, de estudar a evolução de fenômenos naturais na escala humana do tempo, a chamada “história sem homens” será uma contradição nos termos.” *Idem*, p. 131.

⁴ Esse interesse surgiu “à medida que se sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas entre os cidadãos de vários países”. O interesse foi afirmado “numa época de reavaliação e reforma cultural, em escala mundial”. Worster, Donald. “Para fazer História Ambiental”. *Estudos Históricos*, vol.4, n. 8, p. 198-215, 1991.

⁵ “No século X da nossa era, um golfo profundo, o Zwin, recortava a costa flamenca. Depois, assoreou-se. Em que seção do conhecimento havemos de situar o estudo deste fenômeno? À primeira vista, toda a gente designará a geologia. Mecanismo de formação de aluviões, papel das correntes marinhas, modificações, talvez, no nível dos oceanos: não foi a geologia criada para tratar de tudo isso? Decerto. Vistas, porém, mais de perto, as coisas não são assim tão simples. Trata-se, primeiro, de esquadrihar as origens da transformação? Eis aí o nosso geólogo forçado a abordar assuntos que não são já de sua estrita jurisdição, visto que o entulhamento foi, sem dúvida alguma, favorecido, pelo menos, pela construção de

com a questão. Atualmente, essa relação é tema em diversas áreas do conhecimento devido às problemáticas ambientais que o mundo todo está vivendo, e, de forma especial, quando envolve a Amazônia.

Para Keith Thomas, o tema possui a mesma riqueza que possui a experiência humana na terra, pois é impossível desemaranhar o que as pessoas pensavam no passado sobre as plantas e os animais daquilo que elas pensavam sobre si mesmas. Afinal de contas, parafraseando o autor, o domínio do homem sobre a natureza sempre foi e ainda é uma condição básica da história humana⁶. Por entender que essa modalidade de interação vem atravessando os séculos e que é possível percebê-la em contextos tão diversos, como, por exemplo, o amazônico, gostaria, logo no limiar deste trabalho, de esclarecer sobre a busca que aqui procurei empreender: chegar à compreensão de como agentes do poder central do Segundo Reinado brasileiro, mais precisamente, os presidentes da Província do Amazonas, concebiam a natureza, em sentido amplo, e como perceberam, em específico, o ambiente natural da região compreendida no território amazonense. No esforço por alcançar esse intento, pude entrever o que aqueles personagens pensavam a respeito de si mesmos, enquanto integrantes de um segmento político, representante do poder monárquico, quando faziam referência às riquezas da natureza e aos habitantes em seus relatórios.

É importante notar, desde já, que a compreensão das representações construídas por tais políticos acerca da sociedade e do meio natural da província abrange um período de quase quarenta anos. Portanto, a preocupação maior não foi a de estabelecer especificidades ou buscar rupturas em seus discursos, mas, sim, de ressaltar as permanências das formas de apreensão e representação verbal sobre a natureza e a população, derivadas de uma cultura política originada com a política portuguesa e em seus próprios termos exteriorizadas. Logo, trata-se de um estudo que se apresenta, em boa medida, como panorâmico, merecedor de um posterior aprofundamento. Ter assumido esse caráter se deve, fortemente, a escolhas concernentes ao recorte temporal, relativamente extenso, e ao significativo volume documental examinado, mas não só. Deve-se, principalmente, ao desejo de construir um quadro do pensamento sobre natureza e homem partindo de uma fonte documental, sob esse aspecto, inexplorada. Nem por isso, o balanço geral dispensou o exame detido. Ao contrário, ele só se tornou

diques, desvios de canais, drenagens: tudo atos humanos, nascidos das necessidades coletivas, e que só uma determinada estrutura social tornou possíveis.” Bloch, Marc. *Introdução à História*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1997, p. 26-27.

⁶ Thomas, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 19.

possível porque a matéria prima investigada foi minuciosamente esquadrinhada, permitindo que a vista superior distinguisse as claras áreas contínuas e o olhar rasante notasse mais distintamente o relevo formado pelas variações.

Ter a representação do ambiente natural como objeto de estudo demandou, como já adiantamos acima, integrar a população como elemento a ser também indagado em sua interação histórica com a natureza. Ademais, num estudo sobre um espaço geográfico tão vasto quanto é aquele compreendido por esta parte da Amazônia, é impossível ou, pelo menos, imprudente, desvincular a natureza dos grupos humanos que nele marcaram sua presença. Segundo a ótica dos presidentes sobre o ambiente, percebeu-se que mesmo eles não concebiam a população e a natureza como elementos isolados. Em seus relatórios, ambas faziam parte de suas conjecturas a respeito do futuro promissor que aguardava a província assim que ela sofresse a transformação por eles prescrita.

Num livro relativamente recente, que punha em questão a sacralização da natureza, seu autor evoca um idéia central formulada por Maurice Godelier⁷, a de que os homens podem criar novas formas de sociedade cada vez que aplicam a capacidade que possuem de mudar suas relações com a natureza. Destarte, junto com as relações materiais dos homens com a natureza, há um aspecto não material, em que as três funções do conhecimento se cruzam: representar, organizar e legitimar⁸ – neste caso, as relações dos homens com a natureza. Apresenta-se aí, mais uma vez, a necessidade e a conveniência que se tem em compreender as representações que os diversos grupos humanos fazem do ambiente, sendo que é através delas que eles podem agir sobre o meio em que vivem.

Tais linhas de raciocínio participaram para tornar possível conceber que, por meio das representações sobre a natureza expressas pelos presidentes, podia-se captar os traços de um projeto de criação de uma nova sociedade por intermédio da transformação da relação da população da província com o meio natural. As ações intencionais pretendidas por esses políticos sobre a natureza do Amazonas conduzem ao aspecto não material da relação homem-natureza e, ao mesmo tempo, evidenciam as três funções do conhecimento⁹. Ou seja, nos relatórios elaborados por esses políticos, a representação do ambiente natural nos remete ao desejo que nutriam de agir sobre esse meio, de como

⁷ Citado em Diegues, Antônio C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 63-64.

⁸ *Idem, ibidem*.

⁹ *Idem, ibidem*.

buscaram organizá-lo e legitimá-lo. Sendo assim, quaisquer observações, visões e valores que diziam respeito ao mudo natural e à população da província envolviam a utilização de categorias mentais, que possibilitaram àquele grupo classificar e ordenar os elementos que constituíam o ambiente da região.

Delimitação e tratamento das fontes.

O presente estudo estabelece sua delimitação a partir do próprio corpo documental em exame e em consonância com os objetivos gerais formulados, o que o insere, como se verá, no campo da história político-social. Os relatórios elaborados pelos presidentes da Província do Amazonas constituem documentos acerca da situação social, econômica e política das províncias e são documentos que atestam a administração de agentes importantes para a unidade política almejada pelo Executivo central no Segundo Reinado entre os anos de 1852 e 1889. A demarcação, que se dá em atendimento ao objetivo geral, assim se desenha por se almejar captar o que se pode entender como uma visão comum dos presidentes a respeito da natureza e da população do Amazonas. O grupo composto pelos presidentes de província é tomado neste estudo como homogêneo, politicamente, cuja formação foi dada a partir da administração centralizada do Império português. Trata-se de uma origem que reporta a um tempo longo e contribui para dar contornos à idéia de que a cultura política do Império brasileiro possuía características conservadoras, mesmo entre os chamados liberais, e que o pensamento político em relação à nação abrigava, ainda, aspectos da ilustração¹⁰ – ambas as características foram percebidas nos próprios presidentes aqui tidos como sujeitos. A estas premissas, juntam-se as noções de representação e de imaginário social

¹⁰ “As tradições da colonização portuguesa e o afã de integração e conquista dos recursos naturais delineavam a imagem do governo central forte, necessário para neutralizar os conflitos da sociedade e as forças de desagregação internas. Essa “tarefa” de reforma e construção absorveu os esforços dos ilustrados brasileiros a serviço da Corte portuguesa e nela se moldaria a geração da “independência”. Não se devem subestimar as conseqüências advindas desse engajamento numa política de Estado portuguesa; marca profundamente a elite política do primeiro reinado e teve influência decisiva sobre todo o processo de consolidação do Império, principalmente no sentido de arregimentação de forças políticas, pois proviria em grande parte daquela experiência a imagem do Estado nacional que viria a se sobrepor aos interesses localistas. Algumas décadas após a Independência (1838-1870), chegariam os ilustrados brasileiros a definir seu nacionalismo didático, integrador e progressista, e uma consciência nacional eminentemente elitista e utilitária.” Dias, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p.37.

segundo, respectivamente, os modos de ver de Roger Chartier¹¹ e Bronislaw Baczko¹², que se apresentaram como primordiais para desenvolver a análise dos discursos sobre a natureza e a população porque permitiram a compreensão dos valores e da ideologia desses administradores da província – o que se encontrará tratado no Capítulo I - Representação e discurso nos relatórios.

As fontes principais eleitas para esta pesquisa, os relatórios provinciais, não são as únicas que foram elaboradas por esses administradores: as *falas* e as *exposições* são outros dos significativos documentos que saíram de suas penas e que são parte do conjunto documental da Administração Geral da província¹³. O repertório documental se vê ainda mais alargado quando consideramos que, além dos presidentes, também seus substitutos (interinos e vices) deixaram suas impressões à tinta, resultado do expressivo número de trinta substituições no período 1852-1889. Assim como os titulares do cargo, os vice-presidentes também tinham a atribuição de elaborar relatórios quando assumiam o posto. Entretanto, os relatórios por eles compostos costumavam apresentar baixa densidade, muitas vezes contentando-se em reproduzir o conteúdo do documento lavrado por seu antecessor (na ocasião de transmitir o cargo, o titular sempre preparava um relatório para o vice e este fazia o mesmo ao deixar a cena). Por esta razão, serão bem menos percebidos neste trabalho que aqueles confeccionados por presidentes titulares.

Não é demais lembrar que, além dos relatórios, os presidentes, assim como os vice-presidentes, também deixaram *falas* e *exposições*, como mencionado acima, que, no entanto, não foram submetidas com mesmo rigor ao exame dedicado aos relatórios. Há, aí, uma razão de ordem prática e outra ligada à natureza do documento. Primeiro, os relatórios apresentaram-se como fontes através das quais as problemáticas e o objetivo geral deste estudo seriam melhor contemplados. Segundo, e mais importante, eles são produto de uma estratégia especialmente pensada por uma instituição preocupada com a unidade política, tanto que a elaboração de tais documentos surge como uma obrigação num período em que os conservadores estavam

¹¹ Chartier, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA, v.11, n.5, p.173-191, 1991.

¹² Baczko, Bronislaw. “Imaginação Social”. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.

¹³ Pazin, Márcia Cristina de Carvalho. *Produção documental do legislativo no Império – gênese e tipologia: o caso da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo (1835-1889)*. Dissertação de mestrado, USP, 2005, p. 66-67.

dirigentes¹⁴. Nem por isso, deixarei de fazer menção às falas e a, pelo menos, ao relatório de um dos vice-presidentes, o Sr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda, de 1860.

Uma vez diante dos relatórios, a postura adotada seguiu as recomendações de Marc Bloch e Jacques Le Goff. Segundo este último, diante das fontes selecionadas para uma pesquisa, precisamos inicialmente desfazer aquela montagem pela qual o documento passou, analisando as condições de sua produção – se conscientes ou inconscientes para os agentes de sua elaboração – e as condições de sua sobrevivência no tempo – se o documento, durante algum tempo, foi esquecido ou manipulado, por exemplo. São variantes que, em ambos os casos, demonstram, em certa medida, relações com algum tipo de poder¹⁵. Seguindo tal assertiva, procurei compreender as condições da produção dos relatórios. Isto levou o estudo a recuar até o processo de Independência do Brasil, a fim de entender a instituição político-administrativa que se formou para então enxergar as fontes e seus autores no contexto político em que elas passaram a existir, o Segundo Reinado. A partir da percepção de Marc Bloch quanto à crítica dos documentos, as fontes podem ser testemunhos voluntários e involuntários¹⁶. Os relatórios eram documentos construídos com propósitos políticos, representavam documentos oficiais do Império em que se relatava a situação das províncias sob diferentes aspectos. Assim considerados, são documentos voluntários; porém podemos encontrar neles aspectos involuntários também. Bloch ainda salienta que as fontes podem dizer algo a mais do que aquilo para que foram elaboradas. Com esse olhar, percebi que os presidentes relataram muito mais do que deveriam, sobretudo, quando aproveitaram esses documentos oficiais como meio para fazer desabaços, críticas e denúncias sobre políticos e funcionários da província, ou, como será demonstrado, quando faziam um alerta sobre a atividade dos regatões e sobre os cuidados que se deveria ter com alguns produtos naturais. E mesmo o governo central não ficou imune às críticas.

Para apresentar os resultados das explorações realizadas nessa documentação, três capítulos foram assim organizados. No capítulo I – Os relatórios dos presidentes como produção discursiva –, a proposta foi a de apreender o panorama do contexto político em que os documentos se originam, entendendo a construção administrativa no século XIX a partir do Primeiro Reinado e discutindo as problemáticas sobre a centralização-descentralização que perduraram até o fim da Monarquia. Além disso, fez

¹⁴ Aviso circular de 11 de março de 1848. Relatório provincial de 1852.

¹⁵ Le Goff, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 547.

¹⁶ Bloch, Marc, *op. cit.*, p.59.

parte das intenções, apresentar os argumentos porque se considerou os presidentes como integrantes de um grupo político homogêneo e expor os principais conteúdos e a forma dos relatórios do Amazonas, fazendo uma leitura desses documentos como representações da realidade da província.

O capítulo II – A agricultura para civilizar os homens e a natureza – teve por finalidade abordar a política de construção da nação, especialmente, através da agricultura. Por trás do processo civilizador, defendido pelos representantes políticos do Império, havia a crença de que a agricultura tornaria exeqüíveis a civilização e o progresso, suscitando por parte do governo central, preocupado com a unidade territorial do país, o conhecimento da natureza e da população de lugares remotos de suas diferentes regiões. Dentro deste objetivo, procuro evidenciar a participação do Amazonas nesse empreendimento, bem como estabelecer no discurso dos presidentes: a visão que possuíam sobre progresso econômico-moral e civilização e como procuraram orientar o “projeto” civilizador através das Exposições Nacionais da Indústria e das explorações nacionais, respectivamente, eventos e empresas também identificados como instrumentos para a ordenação e legitimação da natureza e dos grupos humanos da província, essencialmente, índios.

E no capítulo III – Natureza e meio social na Província do Amazonas –, o objetivo foi apresentar a visão de natureza comum a estes políticos durante todo período provincial e a concepção negativa que permeava os relatórios sobre a relação dos habitantes com o meio natural, sobretudo, com respeito às práticas extrativistas. Apesar dessa problemática relação expressada no discurso dos presidentes, eles cogitaram e acreditaram na sua transformação positiva quando expressaram os planos para o progresso da região através da religião, da colonização e da educação, instrumentos que visavam à realização da agricultura. Outro objetivo deste capítulo foi o de demonstrar a formulação de imagens sobre a província como uma área deserta e atrasada e povoada por grupos ociosos, procurando ressaltar o que, nos próprios relatórios, surge como um contraponto e que foi sendo delineado a partir da leitura dessas fontes – o de que a província não era um lugar inerte e que as pessoas não viviam em “constante desídia”.

Cabe, finalmente, um último esclarecimento acerca do emprego das fontes no texto dissertativo. Como poderá ser verificado, a documentação, muitas vezes, aparece em longas citações, o que pode parecer, a princípio, com um certo exagero – mas afirmo que se trata de outra coisa. Os relatórios comportam concepções sobre a natureza e a sociedade as quais entendi por bem levar ao contato com o leitor, ainda que

parcialmente, como forma de apresentar a sintonia entre o que propus e aquilo que obtive como resposta. Não fui levada pelas fontes, na verdade toda seleção e recorte é uma escolha do pesquisador, sem contar que até mesmo as fontes são pré-selecionadas no momento em que são construídas. Não escondo que muitas vezes as fontes revelaram novas possibilidades, mas procurei não desviar a atenção para o que foi estabelecido no início do trabalho. Importante também ressaltar que, para a transcrição dos textos contidos nas fontes primárias, principalmente relatórios provinciais, foi feita a opção pela atualização da ortografia, uma vez que para este estudo a manutenção da escrita oitocentista não representava elemento de significação.

Capítulo I

Os relatórios dos presidentes de província como produção discursiva.

Os papéis produzidos pelos integrantes da burocracia do Império brasileiro constituem um dos mais importantes corpos documentais para o estudo desse período¹⁷. Fazem parte desse conjunto as fontes eleitas para esta pesquisa: os relatórios dos presidentes da Província do Amazonas. A importância dessa documentação existe não só para profissionais interessados em análises estritamente políticas e econômicas, mas também para estudos que buscam um entendimento de como elementos como o meio social e a natureza foram representados no discurso desse segmento ligado ao centro do poder político no Segundo Reinado, que foram os presidentes provinciais.

A presidência de uma província representava a possibilidade de um avanço na escalada pelo poder dos burocratas que almejavam o Congresso ou algum Ministério no Império. De todos os presidentes nomeados para administrar a Província do Amazonas, entre 1852 e 1889, nenhum pertencia ao meio sócio-político local¹⁸. Se bem que em casos como o de Tenreiro Aranha e Wilkens de Matos, por exemplo, nascidos no Pará, eram, respectivamente, filho e neto de amazonenses, representando, muito provavelmente, proximidade e interesse pela região. Porém, não me ative a essas questões de identificação social como definidoras desse segmento político. Pretendo apresentar os presidentes como integrantes do executivo central e como reprodutores e defensores dos ideais do Império e demonstrar que a formação intelectual e política teve um maior peso em relação à forma como descreveram o Amazonas nos relatórios.

Desde já, é importante ressaltar que foi comum na política administrativa do Império a nomeação de presidentes estranhos à maioria das províncias que iriam governar. Por causa dessa constatação, são muitas as críticas em relação à utilização dos relatórios dos presidentes como fontes para um estudo que não seja sobre os embates políticos vividos pelo Império em relação à questão da centralização/descentralização

¹⁷ Carvalho, José Murilo de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro, Campus, 1980, p. 46.

¹⁸ Sobre a questão da identificação e origem social da elite política e econômica da Província do Amazonas, ver dois trabalhos de Ana Maria Daou: *A cidade, o teatro e o "Paiz das Seringueiras": práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX*. Tese de Doutorado. UFF, 1998 e "Instrumentos e sinais da civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense". *História, Ciência, Saúde - Manguinhos*, vol. VI, p.867-888, setembro, 2000.

político-administrativa¹⁹. No entanto, a atenção mais devotada à maneira segundo a qual essa documentação foi elaborada dá a perceber, para o pesquisador, a íntima relação entre aqueles homens do Império e a natureza e a cultura locais presidindo a construção do imaginário nacional sobre a Amazônia.

Por isso, o presente capítulo pretende discorrer acerca dos modos de sua produção e do conteúdo e da forma desses documentos. Os relatórios serão, assim, apresentados a partir de três perspectivas: são indícios da atuação política e administrativa do Império brasileiro; constituem fontes entendidas como portadoras de formas de representação da província do Amazonas elaboradas pelos presidentes; e, por último, são documentos que demonstram relação de poderes entre presidentes e deputados da Assembléia Legislativa do Amazonas, não obstante, os relatórios também sejam vistos como produtos do centro do poder político, formado pelos integrantes do Executivo e Legislativo centrais (poderes que almejavam a unidade nacional e que o Estado estivesse, de fato, presente nas unidades administrativas da nação, tendo os próprios presidentes de província como exemplo indubitável deste empreendimento).

Para tanto, é necessário, em primeiro lugar, contextualizar o momento político em que esta documentação se origina e se insere. Qual o cenário político de sua produção? Em segundo lugar, compreender sua estrutura, estabelecer sua tipologia documental e distinguir suas principais considerações sobre a província. Sendo relatórios confeccionados com fins políticos estritos, obedeciam a uma forma convencionada. Contudo, foi possível perceber que, como em toda ação de relatar, nesses documentos seus porta-vozes diziam, às vezes, mais do que deveriam e, em outros momentos menos do que estava estabelecido²⁰. Por último, é pertinente compreender os relatórios como representação da realidade da Província do Amazonas e como produção discursiva a partir da visão de um grupo ligado ao projeto de civilização e progresso do Estado Nacional, em constante construção através da manutenção de um governo civil e atuante nas suas unidades administrativas.

1.1. Contexto político da produção dos relatórios.

¹⁹ Dolhnikoff, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

²⁰ Sobre esse aspecto ver Bloch, Marc, *op. cit.*.

O cenário político em que a produção dos relatórios teve lugar foi o Brasil Império, mais em específico, o período do Segundo Reinado. Mas, por acreditar que os relatórios e o cargo de presidente não são elementos históricos provenientes de um processo de curta duração, faço um breve recuo até o processo de independência do país com o intuito de demonstrar a construção do arranjo político com o qual os poderes Executivo e Legislativo foram, aos poucos, definindo suas atribuições e importância para a estrutura e o funcionamento do Estado Nacional. De resto, no decorrer do texto, serão comuns alguns retornos e avanços temporais, sobretudo quando me referir ao Ato Adicional de 1834 e à sua Lei de Interpretação de 1840.

Desse momento da história nacional – o período que cobre o Primeiro e o Segundo Reinados –, o que interessa para este trabalho está ligado a uma discussão muito evidente, não só para os pesquisadores atuais, como também esteve presente nos debates dos grupos políticos do período em questão, que é a problemática da centralização/descentralização política.

A compreensão do ambiente político do Brasil Império é importante porque os relatórios são documentos oficiais e porque são encarados nesta pesquisa como uma rede de informações sobre as diversas regiões do Brasil. Portanto, são textos que revelam o desejo de manter um poder centralizado por parte dos grupos que apoiavam a manutenção de um Estado unido politicamente, como também revelam a existência de embates locais entre presidentes de província e deputados das Assembléias Legislativas.

A criação das províncias brasileiras como unidades administrativas é reveladora tanto de interesses de grupos políticos ligados ao governo central e com ele comprometidos a formar um Estado onipresente em território muito extenso, como da existência de grupos regionais preocupados com uma maior autonomia política e administrativa de suas províncias. É através desse embate que a produção dos relatórios será apreendida, posto que passaram a ser produzidos num momento em que o Estado centralizado foi vitorioso, ou seja, a partir da década de 1840. Convém estabelecer uma linha de entendimento do contexto em que surgem esses documentos, mesmo sabendo que os presidentes das províncias somente passaram a ter a obrigação de elaborá-los em 1848. Assim, será pertinente um recuo adentro no processo político de organização administrativa do Império para que seja possível chegar a uma compreensão sobre a importância dessas fontes no decurso da constituição da instituição política do Segundo Reinado.

Com relação à tendência centralizadora e unificadora do Império, resta ainda uma pergunta a ser feita: durante o período de centralização política os relatórios constituíram realmente instrumentos para uma ação administrativa unilateral que emanava sempre do poder central ou revelaram, em algum momento, certa autonomia das unidades administrativas? Compreender o contexto político é um importante passo para a compreensão do tipo de instituição político-administrativa surgida nesse período e, como no dizer de Márcia Pazin, “*compreender a instituição é o primeiro passo para compreender seus documentos*”²¹.

O papel dos liberais

Ainda com relação à questão da centralização/descentralização política e administrativa no Império, é importante fazer um comentário sobre o papel ambíguo da ideologia liberal na construção do poder político no Brasil. Embates entre grupos políticos liberais e conservadores foram constantes no Império: de um lado, estava a defesa do federalismo como fórmula para a autonomia das províncias; do outro, a luta pela permanência de um Estado centralizado e autoritário constituído por quatro poderes, sendo o Moderador o grande regulador da nação.

Segundo Maria Odila Dias, no Brasil, não houve uma revolução empresarial que suscitasse mudanças na estrutura da sociedade nacional. Aqui, os propósitos liberais não representaram um programa modernizador da sociedade: esses ideais perpassaram por entre uma elite ilustrada e culta inspirada nas idéias do despotismo das Luzes do século XVIII. Essa elite assumiu o papel de modernizar e reformar o cenário político e administrativo do Brasil, sem comprometer a continuidade social e econômica, ou seja, sem comprometer seus principais pilares: a economia baseada na monocultura para exportação e o trabalho escravo²².

No século XVIII, dois acontecimentos marcaram as lutas pelo liberalismo na América: a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa. Ambos influenciaram de forma limitada os grupos políticos liberais do Brasil, já que no conjunto das propostas daqueles episódios havia pressupostos que poderiam comprometer a ordem aqui estabelecida, caso fossem implantados, como a igualdade social e a extensão dos direitos políticos para cidadãos não proprietários. E nesse filtro

²¹ Pazin, Márcia Cristina, *op. cit.*, p. 21.

²² Dias, Maria Odila Leite da Silva, *op. cit.*, p.128.

de idéias, o federalismo norte-americano logo cedeu lugar ao constitucionalismo francês. A partir de uma visão negativa sobre a sociedade brasileira, vista como incapaz, a elite política nacional lançou mão de uma missão paternalista, ancorada em uma perspectiva organicista da sociedade. Demonstrando que os grupos liberais não eram tão liberais assim, logo eles cederiam “*diante do poder carismático do príncipe regente e à monarquia constitucional*”²³.

Após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, seguida da Regência, os liberais, inspirados nos Estados Unidos, conseguiram implementar algumas reformas, através das quais pode-se vislumbrar a tentativa de criar um sistema administrativo mais autônomo para as províncias do Estado brasileiro, por meio de figuras como as de: juiz de paz eletivo, sistema de júri, guarda nacional eletiva e as assembleias provinciais²⁴.

Primeiro Reinado

Durante o Primeiro Reinado, as oligarquias dominantes controlaram os cargos do funcionalismo público. Assim, na primeira metade do século XIX, o núcleo da liderança política permanecerá nas mãos de funcionários e burocratas portugueses formados em Coimbra. Mas, mesmo entre os grupos nacionais que apoiaram o primeiro Reinado, a grande maioria também teve formação superior naquela cidade, ou seja, eram defensores da continuidade e da afirmação de um Estado centralizado, característica da política e da administração do Império português²⁵.

Os liberais desejavam controlar o poder moderador, instituído pela Constituição de 1824, mas, para isso, era necessário encontrar formas de fortalecer o poder Legislativo. Deste modo, eles se tornaram os principais críticos do poder real durante todo o período imperial. No manifesto, dirigido ao povo brasileiro por D. Pedro, em 1823, estão contidas as idéias dos segmentos liberais que participaram do processo de Independência. Nesse documento, estava inserido um programa que expunha a pretensão de reformas nas leis, no sistema de impostos, além de prometer aos homens de letras e ciências liberdade e instrução liberal²⁶. O que fica evidente nesse manifesto é o desejo de controlar as idéias liberalizantes que poderiam comprometer o poder

²³ Costa, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 130.

²⁴ *Idem*, p.132.

²⁵ Dias, Maria Odila L. da Silva, *op. cit.*, p.147.

²⁶ Costa, Emília Viotti da, *op. cit.*, p. 125.

moderador e a construção do Estado Monárquico Constitucional autoritário e centralizado.

Conforme salientado, os liberais desejavam controlar o poder real. Como exemplo dessa aspiração, tem-se a abertura da Constituinte, em 1823, quando foram discutidas questões como a nomeação dos governos provinciais, a instituição do princípio da responsabilidade ministerial, que promoveria um maior controle sobre o poder Executivo e, principalmente, limitaria o direito de veto do imperador, subordinando, para este fim, a elaboração e a execução das leis, assim como o controle das Forças Armadas, ao Legislativo²⁷.

Diante das críticas dos liberais, recrudescidas com uma possível reunião das coroas, quando da morte de D. João VI, em 1823, D. Pedro dissolveu a Constituinte. Como evidência do ambiente limitado das idéias liberais em solo brasileiro, a Constituinte, ao procurar extinguir algumas instituições do período colonial, ao mesmo tempo, demonstrou, nas propostas apresentadas ao projeto da Carta Constitucional, os limites sociais e econômicos das idéias liberais. No artigo 179 da Constituição de 1824, a Declaração dos Direitos do Homem foi quase totalmente transcrita, salvo as afirmações sobre a soberania da Nação, que prescreve que nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane e que a lei exprime a vontade geral e, especialmente, silenciou sobre o direito dos povos oprimidos de resistirem à opressão²⁸.

Um salto para a Abdicação: a Regência e o Ato de 1834

O conflito entre Executivo e Legislativo teve como desfecho, adiante, a Abdicação e a Regência. Período marcado pelo conflito de interesses, que envolvia, principalmente, objeções dos moderados e conservadores em relação às propostas dos liberais radicais dos primeiros anos da Regência. No conjunto das aspirações deste grupo, havia pontos que divergiam dos anseios de continuidade social de grupos liberais do Primeiro Reinado, como a crítica aos privilégios da aristocracia em relação à política de terras, à escravidão, à discriminação racial e ao crescente monopólio do comércio pelos ingleses. Destarte, o cenário político da Regência foi delimitado entre liberais radicais de um lado e, do outro, moderados e conservadores defensores de uma ordem

²⁷ *Idem*, p.126.

²⁸ De acordo com Emília Viotti da Costa, tais omissões na Carta Constitucional existiram devido: ao seu caráter de carta outorgada; à organização do Brasil como um Estado monárquico Constitucional de representação limitada pelo critério censitário; à eleição indireta em dois graus e, principalmente, ao desejo das elites políticas e econômicas de manter o trabalho escravo. *Idem*, p.127.

social e econômica incompatível com os ideais universalizantes e democratizantes dos primeiros²⁹.

Foi a partir desse embate de idéias que surgiu o Ato Adicional de 1834. Com o intuito de estabelecer uma conciliação entre radicais e conservadores, foi suprimido o Conselho de Estado, e os Conselhos Provinciais, por sua vez, foram transformados em Assembléias Legislativas, a autonomia municipal foi negada e, como prova das estratégias de reprodução do Estado centralizado, foram mantidos a vitaliciedade do Senado e o Poder Moderador. Das aspirações contidas nos projetos liberais dos primeiros anos da Regência, apenas algumas foram contempladas com o Ato adicional, e pouco tempo depois, por parecer liberal em demasia, já se pensava em uma revisão do documento³⁰.

Representação provincial: surgimento

A idéia de formar um organismo que representasse as províncias vinha desde o período do processo de Independência. As Cortes Gerais portuguesas, ao convocarem a primeira Assembléia Constituinte, em 1821 (que contou com a participação de deputados de todas as colônias do Império português, incluindo os cinquenta e um brasileiros), tornou evidente em suas exigências a intenção de impor medidas restritivas à autonomia administrativa da colônia e à limitação do comércio, exigências que recrudesceram o processo separatista³¹.

Em junho de 1822, através do Conselho de Estado, foi enviada ao príncipe regente uma representação das províncias, que tinha como objetivo solicitar que as unidades administrativas do Império tivessem seus representantes com a criação de uma Assembléia Geral dos Representantes das Províncias. Devido às pressões dos interesses dos brasileiros e em face às exigências dos grupos portugueses, D. Pedro convocou a primeira Assembléia Constituinte do Brasil que apresentou o projeto da Constituição para o Império. Em seus artigos, havia a pretensão de agradar a todos os segmentos convocados. Além da existência de interesses opostos, como os de brasileiros e os de

²⁹ *Idem*, p.119

³⁰ Dolhnikoff, Miriam, *op. cit.*. Sobre essa questão, Dolhnikoff afirma que, na verdade, as reformas liberais instituídas pelo Ato Adicional, na década de 1830, foram consolidadas nas províncias, tornando-se práticas políticas. Nesse caso, a Lei de Interpretação de 1840, na visão da autora, apenas afirmou o arranjo federalista, projeto político apoiado tanto por liberais como por conservadores para a busca da unidade nacional, desejo comum a ambos os grupos. *Idem*, p.18.

³¹ Pazin, Márcia Cristina, *op. cit.*, p.33.

portugueses, contava-se ainda com a existência das idéias liberais que desejavam um Legislativo mais independente com a separação dos poderes. Foi a partir do projeto de constituição apresentado por essa assembléia que D. Pedro fez emendas, modificou e outorgou a Constituição em 1824, dando continuidade ao seu projeto de centralização do poder.

A Constituição do Império modificou a estrutura do Legislativo no Brasil, que, de acordo com esta Carta, passou a ser constituído de três níveis: central, provincial e municipal. Cada qual com seus organismos de representação. O Legislativo Central era composto por Senado e Câmara dos Deputados. O Legislativo Municipal era representado pelas Câmaras Municipais, que, conforme a Constituição, passaram a desempenhar um papel de simples organismos administrativos, limitados às vilas e às cidades. Mais tarde, a Lei de Regimento dos Municípios, de 1828, veio a corroborar com esta situação quando, no artigo 24, ficou estabelecido que: as câmaras municipais seriam “corporações meramente administrativas”, não podendo exercer jurisdição contenciosa. O nível provincial era representado pelos Conselhos Gerais das Províncias, através dos quais ficou claro o funcionamento da província como um elo com o poder central, ou seja, entre as Câmaras Municipais e a Assembléia Geral³².

O artigo 71 da Constituição do Império impôs a criação dos Conselhos Provinciais como forma de representação das províncias. Nesse artigo, era garantido o direito a todo cidadão de intervir nos negócios de sua província, desde que a intervenção não ultrapassasse os interesses próprios de sua região. A atribuição desses Conselhos era a proposição de projetos sobre “os negócios mais interessantes de suas províncias, formando projetos peculiares, e acomodados às suas localidades e urgências”³³.

Com a existência desses organismos representativos das províncias, tornou-se evidente que as atribuições das Câmaras Municipais seriam referentes somente aos assuntos administrativos, sendo necessário para o trâmite de suas propostas a leitura pelos Conselhos, ao contrário do que acontecia no período colonial, quando as câmaras podiam enviá-las diretamente à Corte.

Na prática, a atuação dos Conselhos foi relegada a ser simplesmente consultiva, não se limitavam a temas específicos, mas tampouco lhes cabia propor ou deliberar sobre questões que ultrapassassem os limites das províncias, como projetos relativos às questões de interesse nacional ou inter-provinciais; estas eram atribuições

³² *Idem*, p.35.

³³ *Idem*, p.37.

específicas da Assembléia Geral, que também determinava sobre impostos e recrutamento para as forças nacionais. Os Conselhos tinham como uma das suas mínimas tarefas a análise das contas anuais das freguesias e vilas, evidenciando seu caráter de fiscal do Legislativo em nível provincial. A elaboração de leis de interesses das províncias estava fora do alcance dos Conselhos. Para propô-las, deveriam enviar representações à Assembléia Geral e ao poder Executivo. O Conselho, durante dois meses no ano, era reunido para a elaboração de propostas que não dependiam do seu poder de decisão, e isso aconteceu nos dez anos de sua existência³⁴.

Em 1832, foi votada a Lei de Reforma da Constituição, desejada desde a sua outorga. Esta lei garantia que a revisão da Carta de 1824 seria assunto da legislatura seguinte. A materialização desta reforma foi o Ato Adicional de 1834, dispositivo no qual desaguarão as contendas entre liberais radicais e moderados e conservadores, provocando mudanças no funcionamento e nos princípios dos legislativos das províncias, os quais, a partir de suas disposições, deixaram de ser Conselhos Provinciais para se transformarem em Assembléias Legislativas.

As Assembléias Legislativas

O Ato Adicional, de forma geral, dotou as províncias de mais autonomia. Em contrapartida, manteve as bases que procuravam fazer do Império um governo centralizado, como o senado vitalício e o Poder Moderador, além de negar mais uma vez autonomia aos municípios e estabelecer que os presidentes provinciais seriam nomeados pelo imperador. As Assembléias Legislativas teriam o número de deputados de acordo com o tamanho e a importância de cada província. As províncias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo contariam com 36 membros; Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do sul com 28 deputados e as demais com 20. As legislaturas das Assembléias Legislativas duravam dois anos e suas sessões ocorriam durante dois meses em cada ano. Sua principal atribuição continuou sendo a criação de projetos de interesses das províncias, e se manteve da mesma forma a necessidade de aprovação pela Assembléia Geral e pelo Poder Executivo. Com a criação do cargo de presidente de província, com nomeação feita pelo imperador, o Poder Executivo central definiu mais um nível na sua hierarquia e não abriu mão de tentar manter a centralização do poder, apesar de não ser mais

³⁴ *Idem.*

necessário enviar as resoluções tomadas nas províncias ao Executivo central, posto que o presidente era o elemento político que representava diretamente os interesses do Império.

Não obstante a continuidade dos princípios básicos do Legislativo, presentes na Constituição de 1824, as províncias tiveram a oportunidade de uma atuação mais autônoma. Como exemplo disto, no artigo décimo do Ato adicional, ficou definido que os deputados provinciais legislariam sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica, poderiam até mesmo mudar o local da capital; poderiam criar estabelecimentos de instrução pública de ensino básico e lhes caberia analisar propostas e controlar a atividade financeira dos municípios, bem como criar impostos e fixar despesas³⁵.

Limitações às Assembléias Legislativas e ajustes da relação das províncias com o Governo Central

Devido às idéias liberais em “demasia” instituídas pelo Ato Adicional, os conservadores trataram de impor limites aos poderes conquistados pelas Assembléias Legislativas, especificamente quanto à criação de empregos e à relação com o Poder Judiciário. Em 1840, os conservadores buscaram reverter com a Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834 o processo de descentralização iniciado com a Regência³⁶.

Foi a partir da observação da relação administrativa do município neutro do Rio de Janeiro que o grupo conservador colheu os subsídios necessários para a reforma da legislação que orientava a relação das províncias com o Governo Central. Ao conferir às Assembléias Provinciais atribuições que antes pertenciam às Câmaras Municipais e ao Governo Central, o Ato Adicional, segundo Vicente de Tapajós, assegurou certa autonomia administrativa para as províncias³⁷. Já de acordo com Tavares Bastos, que procurou interpretar o movimento de descentralização no Brasil monárquico, a Lei de Interpretação do Ato Adicional privou

as assembléias de poderem regular os interesses municipais por medidas de caráter geral, por leis orgânicas adaptadas às circunstâncias de cada região,

³⁵ Criar impostos e fixar despesas, desde que não estivessem em discordância com o estabelecido pelo governo central. Pazin, Márcia Cristina, *op. cit.* p. 41.

³⁶ Nas palavras de Tavares Bastos, deputado liberal da Província de Alagoas, nenhuma outra instituição política havia sido mais “funesta às liberdades civis e às franquezas provinciais” como este dispositivo legal, nele foram semeadas “as mais atrevidas doutrinas centralizadoras, tudo que de nobre havia conquistado o legislativo desapareceu”. Bastos, Aureliano Cândido Tavares (1870). *A Província*. Brasília, Senado Federal, 1996, p. 126.

³⁷ Tapajós, Vicente. *História administrativa do Brasil*. Brasília: FUNCEF, 1884.

*ficando sua missão reduzida a uma impertinente tutela, pelas perniciosas práticas introduzidas desde 1840 na administração pública.*³⁸

Cabe lembrar que, apesar de o Estado centralizado ter se saído vitorioso, a partir de 1840, e de os presidentes serem dotados, em 1841, de autoridade e poder de decisão mais amplos, estes fatos não descartaram a possibilidade da existência de acordos políticos entre o Executivo central e as Assembléias Legislativas Provinciais, práticas que tiveram uma afirmação com as reformas de 1834. Na província do Amazonas, para usar um exemplo que nos é pertinente, os presidentes representavam os interesses do Império e procuravam seguir as recomendações do Executivo central, mas, por outro lado, os políticos locais desejavam que seus interesses também fossem contemplados. Por ora, no entanto, não avançarei nesse tema, preferindo trazer à cena os traços que regiam a relação entre os ocupantes do executivo provincial e as respectivas casas legislativas.

1.2. Os presidentes de província e as Assembléias Legislativas.

Antes de tratar da formação intelectual e do treinamento político dos agentes do poder central, isto é, dos ocupantes do cargo de presidente provincial, é pertinente entendê-los a partir de sua prática política junto das Assembléias Legislativas provinciais e como elementos vistos como essenciais para a manutenção da integridade nacional, desejada tanto pelos liberais quanto pelos conservadores³⁹. É importante destacar que os presidentes não gozaram de um poder absoluto nas províncias, malgrado o fato de representarem a unidade política do país. O cotidiano nas Assembléias Provinciais, expresso em formalidades nos relatórios e o próprio discurso presente, elaborado para ser proferido aos deputados, deixam claro que exercer o cargo de presidente significava usar de diplomacia constantemente.

A idéia de que o federalismo de fato só constituiu uma prática política no país a partir da implantação da República deve ser revista. O que nos permitiu a dúvida foi, sobretudo, a análise do Ato Adicional, de 1834 (instrumento responsável pela introdução de um papel mais autônomo para as províncias), e da lei de interpretação dessa emenda constitucional, de 1840, vista como uma atitude regressista dos

³⁸ Bastos, Cândido Aureliano Tavares, *op. cit.*, p.126.

³⁹ Neste caso, será de grande valia seguir a idéia central que orienta o trabalho de Miriam Dolhnikoff, *op. cit.*, sobre as origens do federalismo no Brasil.

conservadores – mas que, na visão de Miriam Dolhnikoff, apenas deu continuidade às práticas federalistas implantadas na década de trinta⁴⁰.

Os presidentes eram os representantes diretos do Executivo central nas províncias, contudo, a vida política dessas unidades administrativas era movida por acordos e alianças que muitas vezes contornavam os canais ordinários de tramitação de decisões, pois os deputados provinciais também queriam ver atendidas suas propostas. Em outras palavras, embora os presidentes se constituíssem no meio pelo qual o poder central transmitia suas pretensões políticas, os planos para as regiões administradas acabavam passando pelo crivo dos deputados provinciais que poderiam aceitar ou não as propostas. Para a realização de suas ações, os presidentes dependiam das decisões dos deputados provinciais, os quais, mais sintonizados com as elites políticas e econômicas locais tratavam acordos, alianças e articulações com os políticos da corte imperial, o que foi freqüente durante o processo de construção do Estado Nacional⁴¹.

Um bom exemplo disto é apresentado no trabalho de Marçal de Queiroz sobre a reorganização do mercado de trabalho em momentos finais da Monarquia⁴². Nele, demonstra-se que os projetos referentes à imigração estrangeira, com o objetivo de criar núcleos coloniais, envolviam a assinatura de contratos com agentes ou empresas de imigração e que, para a realização desse empreendimento, fazia-se mister a autorização da Assembléia Legislativa Provincial. Isto punha os presidentes sempre em busca do apoio dos deputados para a execução dos planos políticos e econômicos do Estado nacional. Do mesmo modo, os presidentes da província do Amazonas, em seus relatórios, incentivavam os deputados para a resolução de problemas e criação de projetos, claramente através de uma linguagem respeitosa, embora, muitas vezes, para tornar sutis as críticas e denúncias sobre a falta de interesse dos legisladores para com a resolução de problemas graves da província.

As considerações sobre as situações administrativa e financeira do Amazonas, na maioria das vezes, não eram lisonjeiras. Muitos presidentes, para justificar as dificuldades de suas administrações, culpavam funcionários e, em suas considerações, dirigidas aos deputados, tentavam sensibilizá-los para que participassem e ajudassem na realização do programa ministerial. A partir do final da década de 1870, as considerações dos presidentes sobre a Província do Amazonas, quanto ao aspecto

⁴⁰ *Idem*, p.21.

⁴¹ Ver Dolhnikoff, Miriam. *Elites Regionais e a Construção do Estado Nacional*. In: Jancsó, Istvan (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo, Hucitec, 2003.

⁴² Ver Queiroz, Jonas Marçal de. *Artífices do Próspero mundo novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889)*. Tese de doutorado, USP, 2005.

financeiro, começam a dar sinais de melhoria, especialmente em relação ao comércio, fato que se deve à conjuntura internacional favorável às exportações da borracha⁴³.

Devido ao fato de serem originários de outras regiões, os presidentes das províncias sofreram muitas críticas e pressões por parte daqueles que apoiavam a descentralização político-administrativa. Tavares Bastos, deputado alagoano, foi veemente em suas objeções quanto ao que chamou de “uma legislação local executada por funcionários estranhos à localidade”. Para este político, era preciso, de forma urgente, tornar notável e acabar com esta incongruência política como demonstra em seu pensamento:

Ao passo que se consagrava a autonomia legislativa da província, confiava-se o poder executivo a um delegado do governo central. Assim, pediam as províncias e deu-se-lhes poder legislativo independente para prover aos seus interesses meramente locais; careciam, mas recusou-lhes poder executivo próprio para cumprir as suas leis particulares, relativas a esses interesses locais. A experiência das estereis lutas entre as assembleias e os delegados do imperador tem de sobra patenteado o engano daqueles que reputaram feliz a combinação de dois princípios antinômicos⁴⁴.

Para agravar o fato de que os presidentes provinham de locais diferentes daqueles que iam administrar, eles ainda ocupavam o cargo por tempos geralmente curtos, devido aos rearranjos constantes da burocracia nacional, ocasionados pelo presidente do Conselho de Ministros⁴⁵, e porque muitos exerciam funções paralelas como, por exemplo, ter assento numa cadeira no Congresso, fazendo com que se deslocassem para o Rio de Janeiro uma vez iniciadas as legislaturas. Era quando os vice-presidentes assumiam, o que garantiu a um significativo número deles um importante papel político no cenário geral da província e do Império⁴⁶. Embora isto tenha sido uma marca válida para boa parte do território, quando observamos os presidentes do Amazonas, nota-se que a sua permanência no cargo não foi por durações

⁴³ Apesar dos números da exportação da borracha terem aumentado e provocado um movimento maior nas relações comerciais da província, os presidentes não se iludem com este fato e insistem na concepção negativa sobre o extrativismo e civilizadora da agricultura como será visto posteriormente.

⁴⁴ Bastos, Cândido Aureliano Tavares, *op. cit.*, p. 124-125.

⁴⁵ Ver Graham, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, 1997.

⁴⁶ “O vice-presidente acabaria naturalmente por assumir uma grande importância no jogo político provincial, pois era a ele quem cabia governar a província durante a maior parte do tempo... Ao contrário do presidente, os vices eram homens da província, vinculados aos interesses do grupo que ali detinha a hegemonia política e econômica. A cada nova legislatura eram escolhidos pelos deputados provinciais, seis dentre eles que deveriam exercer o cargo de vice-presidente. O presidente enviava essa lista ao ministro dos Negócios do Império, que por sua vez determinava a ordem a ser cumprida em caso de sucessão no cargo”. Dolhnikoff, Miriam. *O Pacto Imperial - origens do federalismo no Brasil*, 2005, p.103.

tão curtas, principalmente se for levado em consideração que o período em questão foi marcado por embates políticos e pela transitoriedade desses cargos no Império

Como forma de mitigar os embates entre partidos políticos, a indicação para presidente recaía sobre um nome de outra região, justamente porque os grupos políticos regionais apresentavam divisões que geravam grande obstáculo à gerência dos negócios públicos. Não raro, essa escolha era responsável por fortes reações dos grupos regionais. Mesmo sendo acusados de não conhecerem a realidade das províncias, devido à grande circulação no interior dos cargos burocráticos, havia, ainda assim, a aplicação de uma política econômica constante, seguindo as recomendações do Gabinete Ministerial⁴⁷.

Refletindo acerca das prerrogativas contidas no Ato Adicional de 1834 e, depois, daquelas que figuraram na lei de interpretação dessa mesma emenda, de 1840, é possível ir além da oposição centralização-descentralização política na percepção do que foram a construção e o funcionamento do Estado brasileiro naquela fase de nossa história. No período regencial, houve a formação de um arranjo político-institucional federalista. Deste modo, mesmo no período posterior, conhecido como Regresso, não se deve pensar que as conquistas das elites regionais estipuladas pelo Ato desapareceram. Pelo contrário, em 1840, elas já haviam se consolidado como prática política das províncias e foram de extrema importância para o processo de consolidação do Estado e para a manutenção da unidade nacional⁴⁸.

O Ato Adicional, apesar de ter passado por uma revisão dos senadores comprometidos com a centralização política, manteve, ainda assim, boa parte das propostas federalistas apresentadas no projeto original. De acordo com o Ato Adicional, cabia às Assembléias Legislativas: determinar as despesas municipais e provinciais; determinar impostos; fiscalizar o emprego das rendas públicas provinciais e municipais; verificar o controle final das contas; com os impostos, promover as obras necessárias ao desenvolvimento da província; prover a segurança dos habitantes criando e mantendo uma força policial; e promover a instrução pública (com exceção do ensino superior, de competência do governo central). As Assembléias controlavam ainda os empregos provinciais e municipais, podiam suprimi-los também, bem como estabelecer ordenados; decretavam a suspensão ou a demissão de magistrados; e, essencialmente, deveriam determinar os casos e as formas através das quais o presidente poderia nomear, suspender e demitir os empregados provinciais. Cabe lembrar também que as

⁴⁷ Ver Iglesias, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958.

⁴⁸ Dolhnikoff, Miriam, *op. cit.*, p. 127.

Assembléias deveriam estabelecer as divisões civil, judiciária e eclesiástica da província; encarregar-se da desapropriação municipal e provincial; junto da Assembléia Geral e do governo central, organizar as estatísticas da província, da catequese e da civilização dos indígenas e cuidar do estabelecimento de colônias⁴⁹.

Dentre as atribuições dos presidentes, além da de “garantir a vitória nas eleições dos candidatos afinados com o ministério em exercício”⁵⁰, eles também deveriam, com as novas disposições do Ato Adicional, convocar a Assembléia Provincial, expedir ordens, instruções e regulamentos adequados à execução das leis provinciais e sancionar leis⁵¹. Segundo Miriam Dolhnikoff, aos presidentes “estava vedado qualquer poder ativo, uma vez que não” tinham “capacidade de apresentar projetos”⁵².

Ainda em 1834, houve a promulgação de uma nova lei destinada a esclarecer sobre as atribuições dos presidentes. As atribuições especificadas nessa lei foram dispostas para contemplar àquelas contidas no Ato Adicional. Deste modo, as funções dos presidentes provinciais passavam a ser: fazer cumprir as leis; zelar pelo bom funcionamento das repartições públicas; dispor da Guarda Nacional para garantir a segurança e tranqüilidade dos habitantes; preencher os empregos segundo determinação legal e fiscalizar os empregos públicos, etc⁵³.

E mesmo com a lei de Interpretação, de 1840, os conservadores não estenderam a capacidade de interferência do presidente nos negócios das províncias. Em contrapartida, os liberais reconheciam que era preciso a existência de um representante do centro do poder político nessas unidades administrativas. O presidente encarnava, assim, um meio importante para a preservação e o funcionamento do Estado brasileiro, então em processo de construção⁵⁴, naqueles moldes já conhecidos. Como exemplo desta aceitação pelos liberais, Diogo Antônio Feijó reconheceu que era necessário um agente do governo central nas províncias. Ao tomar posse como regente em 1835, afirmou em sua declaração:

⁴⁹ Pazin, Márcia Cristina, *op. cit.*, *passim*.

⁵⁰ Dolhnikoff, Miriam, *op. cit.*, p.100-101.

⁵¹ *Idem*, p.101. Em caso do presidente não sancionar uma lei, deveria devolver o projeto para os deputados para uma outra apreciação, especificando os motivos do veto. Sendo o projeto original mantido por dois terços dos votos, os deputados deveriam enviar o projeto mais uma vez ao presidente, que era obrigado a sancionar.

⁵² *Idem*, p. 106.

⁵³ Pazin, *op. cit.*, p.

⁵⁴ Dolhnikoff, Miriam, *op. cit.*.

A constituição do estado é a lei suprema a que tanto os cidadãos como o governo devem prestar culto e homenagem, por ser e expressão da vontade geral; ela e o ato adicional serão religiosa e muito lealmente observados. O governo, longe de disputar às províncias o gozo de vantagens que a reforma lhes outorgou, será o primeiro em mantê-las literalmente, instruindo convenientemente aos presidentes, como seus delegados, para que o espírito e a marcha da administração sejam francos e uniformes a este respeito em todo o império⁵⁵.

Sendo reconhecidos pelos conservadores e liberais como elementos importantes para a administração do Império, os presidentes de província atuaram como elo político entre as províncias e o Rio de Janeiro, e o meio pelo qual mantiveram essa ligação foi através dos relatórios, documentos que eram dirigidos aos deputados provinciais e enviados ao Gabinete Ministerial.

1.3. Conteúdo e forma dos relatórios do Amazonas.

Pretendo, neste momento, fazer uma exposição acerca do conteúdo dos relatórios dos presidentes da Província do Amazonas, apresentando-os como documentos que obedeciam a um intento político, ao apresentarem a situação econômica e social da localidade a que faziam referência, assim se constituindo, como também considera Marçal de Queiroz, em algo que vai além do mero relatório técnico, reservado à leitura nos gabinetes do poder central⁵⁶.

Antes de tudo, vejo os relatórios como um conjunto documental de características bem homogêneas, que se pode abrir a diversos campos de investigação para os historiadores. Essa documentação possui um caráter serial que a inscreve num contexto de longa duração e, o mais importante – pois que constitui um dos pilares desta pesquisa –, oferece ao pesquisador uma grande amplitude de exemplos sobre o imaginário e as representações elaboradas pelo grupo político dirigente do Império brasileiro sobre as províncias⁵⁷.

Em primeiro lugar, os relatórios eram textos que buscavam apresentar um balanço da situação das províncias ao final de cada administração, além de ser o meio

⁵⁵ *Idem*, p.114-115.

⁵⁶ Queiroz, Jonas Marçal de, *op. cit.*, p. 37.

⁵⁷ Sobre a utilização dos conceitos de imaginário e representação para a apreensão dos relatórios enquanto fontes históricas e para a compreensão dos elementos *sociedade e meio natural* da província, o tópico “Representação e discurso nos relatórios” tem como função demonstrar como os presidentes tratavam daquelas duas categorias em seus discursos.

pelo qual os presidentes explicitavam os principais atos de seu governo e as dificuldades que explicariam eventuais insucessos, traço que muito transparece nos relatórios do Amazonas. Os relatórios provinciais eram especificamente dirigidos às respectivas assembleias legislativas e, assim como os presidentes, os vice-presidentes de província também deviam formular seus relatórios, caso substituíssem os titulares por algum motivo. Alguns desses presidentes e vice-presidentes, por permanecerem no cargo por períodos curtos, deixaram relatórios contendo basicamente as justificativas para a falta de êxito de suas administrações, mas, em compensação, os que tiveram permanência mais dilatada, e estes constituíram a maioria, deixaram relatórios extensos, em que faziam questão de demonstrar preocupação com o estado sócio-econômico do Amazonas, junto de planos para o seu progresso.

Nestes documentos, os presidentes procuravam subsidiar seus argumentos, preocupações e planos mediante a anexação de outros relatórios, tais como os da Tesouraria das Rendas, dos Serviços de Estatística, dos Diretores de Índios, das Comissões de Exploração, etc. Além disso, fazia uso de algumas das informações desses anexos no corpo do seu próprio relatório, o que evidencia a existência de um aparato de apoio aos presidentes, que precisavam, nesses casos, dos responsáveis pelas diversas secretarias da província para a elaboração de suas considerações.

A documentação elaborada pelos presidentes e vice-presidentes se compõe de três tipos de comunicações textuais: são as falas, as exposições e os relatórios propriamente ditos. Nesses documentos, os presidentes se dirigem à Assembleia Legislativa em tom bastante decoroso, aspecto que não dissimula críticas à casa; na verdade, apenas demonstra a diplomacia praticada pelos presidentes para a busca da resolução dos problemas da província. Esses documentos do executivo, de modo geral, tratam de assuntos vistos como essenciais pela administração e apresentam propostas dirigidas aos deputados para o desenvolvimento de projetos que contemplam essencialmente a economia e a sociedade local.

- 1) Falas – Designa o discurso proferido pelo presidente à Assembleia Legislativa Provincial na abertura dos trabalhos; representavam documentos que propunham medidas e soluções imediatas aos problemas levantados.
- 2) Exposições – Considerações apresentadas aos deputados para informá-los sobre algum assunto ou propor medidas; são documentos muito parecidos com os relatórios, pois seguem a

mesma divisão por tópicos. Caso não tivessem no frontispício a especificação “Exposição”, poderiam ser tomados como relatórios.

- 3) Relatórios – Síntese da situação política, econômica e social da província, elaborada pelos presidentes ao final de suas administrações ou quando entregavam o cargo ao vice-presidente; apresentavam a situação da província por áreas de atuação como: “catequese e civilização indígena”; “instrução pública”; “agricultura, indústria e comércio”; “ordem pública”; “navegação”; “colonização”; “divisão civil e judiciária”; “exploração dos rios”, etc. Neles, estes temas mereciam considerações pontuais em que os presidentes procuravam propor planos aos deputados para a resolução das problemáticas que, a seu ver, impediam o progresso da região.

Para cada um destes três tipos de documentos foram computados:

- 1) Falas: ao todo foram 19 (dezenove), sendo 14 (catorze) elaboradas por presidentes e 5 (cinco) por vice-presidentes.
- 2) Exposições: formam um total de 36 (trinta e seis), sendo 21 (vinte e uma) elaboradas pelos presidentes e 15 (quinze) pelos vice-presidentes.
- 3) Relatórios: somam 34 (trinta e três), sendo 27 (vinte e seis) de elaboração de presidentes e 7 (sete) de vice-presidentes.

É importante informar que, acompanhando cada um desses que acabamos de descrever, existiam os documentos acessórios, dentro ou no final dos textos. Constituíam os documentos acessórios mais comuns: mapas, tabelas, relatórios de outras secretarias, pareceres de engenheiros e de diretores de índios, ofícios, portarias e regulamentos. Ao computar estes documentos, observei que mesmo com a grande transitoriedade do cargo de presidente (se exercido até o fim, teria duração de dois anos), os documentos assinados diretamente pelos presidentes titulares da Província do Amazonas constituem a maioria das falas, das exposições e dos relatórios⁵⁸.

Os relatórios do Amazonas obedeciam a um padrão de forma, escrita, tratamento e ordem dos assuntos expostos. A partir dessa uniformização dos relatórios é possível entrever os limites das ações dos presidentes, que, importante, sempre notar,

⁵⁸ As falas e as exposições, assim como os relatórios, representam fontes históricas muito ricas em informações e possibilidades de novas pesquisas. No caso do tema deste trabalho, elas também foram utilizadas em alguns momentos.

não tinham o poder de formular e apresentar projetos – esta era atribuição específica dos deputados. Como pude apreender na leitura dos relatórios do Amazonas e como também explicita Marçal de Queiroz em relação ao Pará, a uniformização desses documentos não corresponde ao sucesso de imposições políticas e econômicas vindas da corte no Rio de Janeiro. É claro nesses textos que os discursos dos presidentes dirigidos à Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas possuíam como fim sensibilizar os deputados para aquilo que consideravam como as reais necessidades da região. Por meio dessa percepção, foi possível notar os assuntos que mais receberam ponderações nas quatro décadas de existência da Província do Amazonas, bem como fez-se possível delinear o caráter do diálogo entre esta unidade administrativa e o Império⁵⁹.

No Amazonas, os relatórios já apresentam, desde o início, os assuntos vistos pelos presidentes como primordiais e isto assim se manteve ao longo de todo o período provincial. Atribuo essa característica a uma consolidação advinda do período em que o Amazonas fez parte da Província do Pará, como comarca do Alto Rio Negro. Neste sentido, já havia pré-informações e pré-visões sobre o espaço da região, o que, para os presidentes, facilitou-lhes o reconhecimento e o conhecimento das singularidades e problemas da província. Eles tinham acesso a visões já formuladas sobre os meios social e natural da nova província, assim como um repertório de problemas a serem resolvidos com os respectivos planos e idealizações para o progresso e participação do Amazonas na unidade nacional. Além do mais, é fato que os novos presidentes tinham acesso aos relatórios dos seus antecessores, como sobejamente demonstraram em seus relatos ao citar, comparar ou mesmo corroborar com o que foi exposto nos anos anteriores. O relatório de Tenreiro Aranha, por exemplo, foi dos mais mencionados até a década de 1870.

Os relatórios dos presidentes não ficavam restritos à Assembléia Legislativa, eles eram consultados e publicados por pessoas e grupos diversos. Saíam publicados em forma de livros, tinham trechos estampados em jornais⁶⁰ e eram consultados por editores

⁵⁹ Garcia, Ledonias Franco. *Goyaz uma província do sertão: entre o signo da unidade nacional e a força do isolamento*. Tese de doutorado, USP, 1999, p. 123. Ledonias Garcia informa em seu estudo que, quando da elaboração dos primeiros relatórios pelos presidentes de Goyaz, a forma padronizada dos assuntos tratados constituía resultado de “um processo meramente burocrático”, apenas preocupado em “cumprir a determinação da lei”. Todavia, no decorrer dos anos, a administração foi de forma natural evidenciando outros assuntos de importância capital para a província, juntando-se ao corpo principal dos relatórios.

⁶⁰ “O primeiro jornal da Província, *A Estrela do Amazonas*, aplaude a iniciativa em prol da civilização e educação dos índios. A boa vontade por parte dos pais dos pequenos aprendizes em confiar seus filhos aos cuidados da Província foi recebida como um sinal de confiança no governo recém empossado, representando um ato instaurador do governo da população. *A Estrela do Amazonas* anuncia a vinda dos índios e informa que o pequeno filho do “Principal dos Mondurucus do rio Canumá” já vinha sendo

de almanaques, viajantes estrangeiros e nacionais, mas, sobretudo, por sucessores da presidência ao assumir a administração das províncias. Além de representarem documentos oficiais das ações dos agentes do poder imperial, os relatórios eram textos que continham informações diversas para todos aqueles que desejassem ter conhecimento sobre as condições sociais, políticas e sócio-econômicas das províncias⁶¹.

Os assuntos mais destacados e tidos como primordiais para a Província do Amazonas desde a sua instalação até os anos finais foram: a agricultura, a questão indígena, a indústria e o comércio e a colonização. Sobre a questão indígena, os presidentes foram unânimes em destacar sua importância para a província, pois, como explicitou um deles, os gentios eram os únicos “braços” com os quais se podia contar. Em contrapartida, evidenciaram e denunciaram a falta de uma política indígena mais específica para a região, ou seja, que levasse em consideração suas características naturais, além de sempre fazerem um diagnóstico negativo do Regulamento das Missões na província, dispositivo impraticável na visão dos presidentes por uma série de fatores.

Quando os presidentes faziam considerações sobre o estado econômico do Amazonas, era visível o tom de lamentação. Para esses administradores, a província nunca correspondia em suas atividades de produção à sua magnitude natural. Descreviam a província como sendo um lugar muito rico em recursos a serem explorados, com uma natureza a espera de ser dominada, principalmente através das atividades agrícolas. Para trazer o progresso tão desejado e para ajudar no processo civilizador da população e das florestas, os presidentes insistiram na idéia de colonização. Em seus discursos, admoestavam os deputados sobre esse ramo da

educado nas primeiras letras no Palácio do Governo, a pedido do pai. Uma nova era parecia chegar à região, quando “algumas tribus indígenas do Amazonas vão chegando a reconhecer que com a educação e a instrução é que virão a ser úteis a si e à Sociedade; e esse reconhecimento já alguns chefes delles tem manifestado ao atual Exmo. Presidente da Província, que tem sabido gravar-lhes no coração o dito princípio” (*A estrela do Amazonas*, 23-03-1852)”. Trata-se do primeiro presidente, Tenreiro Aranha, e criador do dito jornal que, antes, denominado *5 de Setembro* (1851), passou, após a instalação da Província, quando “uma nova estrela apareceu no diadema imperial”, a ser o *Estrela do Amazonas*, cujo primeiro número circulou em 07/1/1852. Nesse periódico, eram divulgados os atos administrativos do governo local e do Império, além de informações sobre os acontecimentos da Corte e das outras províncias. Cf. Rizzini, Irma. Educação popular na Amazônia Imperial: crianças índias nos internatos para formação de artífices. In: Sampaio, P. M. e Erthal, R. de C. (org.). *Rastros da memória – histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia*. Manaus, EDUA, 2006, p.135.

⁶¹ Como exemplo, Elizabeth Agassiz, em *Viagem pelo Brasil*, cita a consulta que fez ao relatório do presidente Adolfo de Barros, de 1864, definindo esses documentos como “interessantes relatórios”. Agassiz, J. L. R. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Brasília, Senado federal, 2000, p. 278. Assim como Tavares Bastos utilizou esse mesmo relatório para a apresentação da situação econômica do Amazonas em relação ao aumento das exportações dos produtos espontâneos. Bastos, Aureliano Cândido Tavares. *O vale do Amazonas*. Belo Horizonte, Itatiaia, 2000, p.115.

administração pública, através de uma retórica sempre embasada em informações sobre a província quanto aos seus aspectos naturais (áreas propícias, clima, rios navegáveis, etc.).

Como observou Ledonias Franco Garcia, em seu estudo sobre Goiás no período provincial⁶², a repetição de assuntos ano após ano, não obstante configurar um caráter monótono da retórica desses agentes do Império, ao mesmo tempo, confirma o argumento de que essas fontes se inserem em uma abordagem de longa duração. No caso do Amazonas, as lamentações e os problemas, os planos e a certeza de um grande futuro para a região estiveram permanentemente presentes nos relatórios dos presidentes durante toda sua existência como província⁶³. É importante dizer que, além da constância dessas informações e de os presidentes esclarecerem que falavam em nome do Império, tornando do conhecimento da Assembléia Legislativa do Amazonas a defesa dos ideais de civilização, muitos utilizaram seus relatórios como instrumento de denúncia sobre a falta dos meios necessários a uma boa administração e à falta de empenho de certos agentes no processo de desenvolvimento econômico e moral do Amazonas, referindo-se, respectivamente, ao Império e aos deputados do Amazonas⁶⁴.

1.4. Os relatórios como documentos.

Sem pretender fazer um estudo da diplomática, desejo, aqui, apresentar um esboço da tipologia documental dos textos que compunham os relatórios dos presidentes de província.

Documento é a materialização de uma informação por meio da fixação ou do registro em um suporte dado, conforme a definição adotada por Márcia Pazin⁶⁵. A informação, ao ganhar forma como documento, torna-se passível de análises sobre sua construção e estrutura, posto que o documento é produzido em uma dimensão jurídica ou administrativa específica (para o caso daqueles de que estamos tratando), logo, sua

⁶² Garcia, Ledonias Franco, *op. cit.*, p. 124.

⁶³ No capítulo três, o objetivo é mostrar como foi vaticinado e como foi planejado esse futuro pelos presidentes, processo que envolvia a população e a natureza do Amazonas.

⁶⁴ Esse mesmo pensamento tem Ledonias Garcia em relação aos relatórios de Goyaz, quando faz a seguinte afirmação: “embora elaborados dentro do mais rígido e formal respeito ao Imperador, os relatórios podem ser vistos como instrumentos de denúncia e de reivindicações”. Garcia, L., *op. cit.*, p.15.

⁶⁵ Pazin, M., *op. cit.*, p. 66-68.

existência é destinada a registrar ou a, presumivelmente, provar as ações de uma instituição ou pessoa⁶⁶.

Quanto à autenticidade dos documentos que tivemos em mãos, os relatórios dos presidentes do Amazonas, não foi preciso investigar muito sobre sua configuração interna (partes e caracteres) para constatar sua autenticidade. Os exemplares consultados, que se encontram no Museu Amazônico, correspondem a uma cópia xerográfica dos volumes publicados tão logo os Relatórios tinham sua elaboração concluída pelos presidentes. Ao longo dos anos, foram impressos em várias tipografias, da própria capital amazonense, do Recife, de Belém do Pará, etc. No Museu, a coleção se encontra dividida em trinta e cinco tomos completos, nos quais se incluem também as Falas e as Exposições. Esses exemplares foram confrontados com outras cópias das versões originais, existentes no Arquivo Público de Manaus, mas não com os originais, também guardados no Arquivo Público, porém inacessíveis. Além destas, existe a versão em formato digital⁶⁷, também fiável para se consultar. Dirimida essa questão ontológica do documento, o que passa a ser pertinente para este tópico é a exposição do conjunto documental do qual fazem parte os relatórios provinciais, de modo a apresentar os aspectos de sua proveniência e estrutura.

Com o intuito de fornecer um panorama explicativo do conjunto documental do qual fazem parte os relatórios, adoto, como já venho fazendo com outros elementos, a classificação de Márcia Pazin. Essa divisão permite compreender porque os relatórios dos presidentes integram o conjunto documental da Assembléia Legislativa e, do mesmo modo, podem ser incluídos num contexto documental macro, ou seja, como parte dos documentos burocráticos do Executivo do Império.

Acredito que a mais importante argumentação para entendê-los como pertencentes a ambas as esferas documentais dos poderes Executivo e Legislativo reside na própria estrutura segundo a qual foram produzidas essas fontes. Um relatório reunia grande número de informações e as condensava, sugerindo que os dados eram provenientes de outras séries documentais como leis, resoluções, ofícios, balanços contábeis, mapas, que, por sua vez, eram originados nas secretarias que compunham os aparelhos administrativo e legislativo provinciais. Considerados por este ângulo, podemos dizer que os relatórios consistiam em sínteses do movimento administrativo e legislativo das províncias, afinal, os presidentes deveriam ter acesso a vários

⁶⁶ *Idem*, p.16.

⁶⁷ A Biblioteca Pública colocou à disposição, sob a forma de CD-ROM, intitulado *Documentos da Província do Amazonas*, sendo que a relação dos documentos coligidos alcança até a data de 1877.

documentos para a construção de suas considerações sobre economia, educação, saúde, demografia, etc.

No estudo que empreendeu, Márcia Pazin dividiu os documentos da Assembléia Legislativa de São Paulo em quatro grandes grupos, considerando as diferentes áreas de atuação daquela casa independentemente das estruturas formais existentes em cada período. Para este trabalho, apenas os dois primeiros grupos respondem aos propósitos que por hora desejo especificar⁶⁸.

O primeiro grupo é denominado Administração Geral e contém documentos atinentes à administração dos negócios da Assembléia. As séries documentais que o integram são, por exemplo, atas de sessão, decretos do governo imperial, diretrizes, normas, falas do imperador, relatórios dos subsídios dos deputados e os relatórios dos presidentes.

Corresponde a um segundo grupo a Atividade Legislativa, que se refere às atividades próprias do Legislativo como deliberações e votações. Subdividi-se em Projetos e Proposições Gerais e conta com as seguintes séries: decretos, projetos de lei, resoluções, representações, propostas, emendas, requerimento de deputados, indicações.

Portanto mesmo assinalando que os relatórios fazem parte de uma série documental que procura demonstrar a atuação do Estado, é possível entrever como nesses textos os presidentes assumiam uma postura destoante daquilo que se esperava de um relatório dessa natureza. Já que eram documentos oficiais sobre política e economia das províncias, esperava-se que fossem escritos de forma direta, sem a necessidade de conceder um tom testemunhal ou crítico. O que não aconteceu no caso específico da Província do Amazonas, já que os administradores demonstraram em suas considerações formas de relatar em que se comportam como testemunhas e críticos da situação sócio-econômica do Amazonas.

Nos relatórios, foi necessário identificar quem estava decerto falando: o representante político do projeto de civilização do Império ou um crítico desse mesmo projeto? São nuances, às vezes nem tanto sutis, que não descaracterizam o discurso geral e as representações sobre o meio natural e social da região que aparecem nestes documentos. Para demonstrar comprometimento com o governo imperial, os presidentes deixaram relatórios bastante extensos e com muitas informações. Situação inversa

⁶⁸ Os demais são: Grupo das Comissões Ordinárias ou Permanentes, as quais tinham como atribuição a discussão de temas específicos relativos a grandes funções da Assembléia Legislativa de São Paulo; Grupo das Comissões Extraordinárias, convocadas somente em ocasiões especiais ou por motivos alheios às atividades ordinárias da Assembléia. Pazin, M., *op. cit.*, p. 67-68.

também foi possível visualizar, a de que foram poucos os presidentes que redigiram aquém do que deveriam, posto que dependendo do momento político, por exemplo, não se pronunciavam sobre determinados assuntos ou faziam observações rápidas. Ou, dependendo da situação econômica da província, assuntos como a “catequese e civilização indígena” e “indústria e comércio” durante o aumento da exploração da borracha a partir de 1880, não recebiam mais tanta importância nem eram rodeados pelo tom de lamento e preocupação como acontecera nas três décadas anteriores⁶⁹.

Apesar de apresentarem uma característica padronizada, carregam inegavelmente representações de mundo que permeiam o discurso dos diferentes presidentes, formuladas a partir de seus valores, ideologias, formação intelectual e política. E, o mais importante, representações de onde emanam o *outro*, no caso do que nos preocupa neste trabalho, o outro sendo os habitantes e mesmo a natureza da província do Amazonas. A análise dos elementos natureza e meio social foi possível mediante uma leitura detalhada, já que as referências encontram-se dispersas nos tópicos arrolados nos relatórios, mas especialmente em: “civilização indígena”, “agricultura, comércio e indústria”, “colonização e imigração”, “explorações dos rios” e “navegação”.

Os presidentes, em muitas das vezes, esclareciam de onde retiravam os dados para a elaboração dos seus relatórios, apontando os relatórios de integrantes das secretarias de “obras públicas”, “instrução pública” e “tesouraria provincial”, bem como os relatórios de engenheiros e diretores dos índios. Alguns demonstram que suas considerações foram construídas também a partir de viagens por eles realizadas pela província⁷⁰.

⁶⁹ Nesse período, os presidentes foram unânimes em demonstrar preocupação com esses ramos da administração, vistos como de grande importância para o progresso moral e econômico do Amazonas. Sempre em tom de lamentação, explicitavam os motivos que faziam a catequese e a civilização indígena não terem sucesso e a indústria e o comércio apresentarem uma quase inexistência na região, assuntos que serão trabalhados no Capítulo III.

⁷⁰ Como Epaminondas, quando acompanhou o casal Agassiz em uma excursão à lagoa Januari, na margem ocidental do rio Negro. Excursão que contou com a companhia do secretário da província, “Sr. Codicera, e dos Srs. Tavares Bastos, Coutinho, Burkhardt, James e Dexter”. Esse encontro rendeu uma conversa entre Epaminondas e Tavares Bastos sobre as características do Amazonas e seu futuro: “Enquanto descíamos o canal, pitoresco resumo das maravilhas duma região em que todos éramos mais ou menos estrangeiros, o Dr. Epaminondas e o Sr. Tavares Bastos achando-se pela primeira vez nesta província, a conversação se encaminhou naturalmente para as questões do vale do Amazonas, sua configuração e estrutura, sua origem, seus recursos, numa palavra, sobre o seu passado e o seu futuro, ambos obscuros e motivos de admiração e conjecturas... O legislador deve encarar esta região como um mar ou como um continente? Qual o interesse que deve prevalecer, o da navegação ou da agricultura? Estas regiões são essencialmente terrestres ou aquáticas? Foram estes os problemas que se apresentaram no decorrer da discussão... Enquanto se discutiam todas essas questões, e se anteviam os tempos em que, sobre as margens do Amazonas, florescerá uma população mais ativa e vigorosa do que aquela que até agora aí tem vivido – em que todas as nações do globo terão sua parte nessas riquezas – em que os dois

Mas, ao contrário do que pode estar parecendo, ao confeccionarem seus relatórios, os presidentes não contavam justamente com indicadores eficientes das atividades econômicas desenvolvidas na província, não tinham acesso a estatísticas muito confiáveis e muitos reclamavam, por exemplo, da má qualidade das informações sobre a população e da falta de funcionários burocráticos. Isto não bastasse, havia fatores como a grande extensão da província, as dificuldades de locomoção, o nomadismo da população e outros mais.

1.5. Representação e discurso nos relatórios.

Como a natureza e o meio social foram representados por este segmento político do Segundo Reinado formado pelos presidentes de província? Quais as atitudes desses presidentes diante desses elementos? E como se viam enquanto grupo encarregado de levar adiante o projeto de civilização do Império?

Por meio da noção de representação, pretendo fazer uma apreciação mais ampla destas fontes, que são os relatórios dos presidentes, que serão vistos como representações da realidade, enquanto o pensamento político do período será encarado como uma cultura política que condicionou a compreensão desses agentes do Império sobre a região. Muito embora seja através de uma cultura política dos grupos dominantes que a natureza e o meio social serão analisados, é possível ainda assim

continentes irmãos colaborarão um com o outro, o americano do Norte ajudando o do Sul a desenvolver os seus recursos – em que a navegação se estenderá de norte a sul até às nascentes de todos os tributários – enquanto assim se faziam cogitações, aproximávamo-nos do fim de nossa excursão”. Epaminondas também participou da excursão à Maués e seus arredores junto do casal Agassiz; nesta oportunidade, houve a distribuição de brindes pelo próprio presidente, como bem descreveu o episódio Elizabeth Agassiz: “Terminada a nossa visita à igreja, toda a população, homens, mulheres e crianças, nos acompanharam até embaixo na praia, para receber os presentes que o presidente distribuiu em pessoa. Foram esses, para as mulheres, adornos de vidrinhos pelos quais se mostram doidas de desejo, vestidos de algodãozinho, colares, tesouras, agulhas, espelhos; para os homens, facas, anzóis, machados e outros instrumentos de trabalho; finalmente grande variedade de pequenos objetos e brinquedos para as crianças. Se bem que essa boa gente se mostrava cheia de cordialidade e boa vontade, mantiveram os índios a impassibilidade que caracteriza a sua raça. Não vi uma mudança de expressão num só rosto, não ouvi uma palavra de gratidão ou de alegria. Uma única coisa foi capaz de provocar o riso: fatigada de estar de pé e exposta ao sol, sentei-me entre as mulheres, e, como a distribuição dos presentes se fizesse com muita pressa, fui considerada como uma delas e recebi por minha parte um vestido de cores berrantes. Houve entre as índias uma risada geral e o incidente pareceu diverti-las muito”. Agassiz, *op. cit.*, p.248-250, 298.

buscar uma visualização quanto às formas de sobrevivência da população e da sua relação com o meio natural⁷¹.

Integrantes de grupos dominantes na política do Segundo Reinado e porta-vozes do projeto de civilização do Império brasileiro⁷², os presidentes e seus relatórios serão os fios condutores para a compreensão da imagem ambivalente apresentada nos relatórios e desencadeada pela relação da população com o meio natural. Situação que gerou um comportamento político particular nesses administradores. A província surge nos discursos como uma região com enormes possibilidades naturais e humanas e, ao mesmo tempo, com uma imagem adversa: ora é apresentada como um lugar deserto e decadente e seus habitantes dados à ociosidade, ora, como o lugar do porvir. A província encontrava-se distante do processo de desenvolvimento desejado e vivia envolta na dinâmica do atraso econômico e moral.

Nos relatórios, as representações da província transparecem a partir de imagens sobre a natureza e os habitantes em total contraposição à perspectiva daquilo a que a nação deveria ascender. Neste conjunto documental percebe-se que seus autores reconheciam a existência da nação, consciência que se apresentava com a expressão de palavras como Estado, pátria e império. Por conseguinte, os discursos transmitem imagens políticas significativas do período e, essencialmente, traduzem a visão de mundo daqueles que dirigiram o Executivo no Império. Deste modo, a natureza e o meio social aparecem nas representações inseridas na dimensão política e do poder político.

Durante o Segundo Reinado, todos os representantes do Amazonas no governo central, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, eram estranhos ao meio político da região. Como exemplo dessa situação parlamentar alheia à província, pode-se citar: o deputado-senador Francisco Carlos de Araújo Brusque, originário do Rio Grande do Sul; o deputado-senador Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda, de Pernambuco; o deputado-senador Ângelo Thomas do Amaral, do Rio de Janeiro; o deputado-senador Leonel Martiniano de Alencar, do Rio de Janeiro; o deputado-senador Joaquim Saldanha Marinho, do Rio de Janeiro; o deputado-senador José da Costa Azevedo, do Rio de Janeiro; o deputado-senador Antônio José Moreira, originário da Bahia, este o único a ser radicado no Amazonas. Dos trinta

⁷¹ Os presidentes retrataram a região a partir de uma cultura política na qual se achavam inseridos e se embasavam numa visão organicista da sociedade – questão a ser discutida no tópico a seguir.

⁷² No Capítulo II, apresento os critérios e a concepção de civilização que guiavam os discursos dos presidentes da Província do Amazonas.

administradores nomeados para a presidência da Província do Amazonas, todos eram estranhos à região; dos dezesseis vice-presidentes, apenas cinco eram amazonenses. Nesse aspecto, a província pode ser encarada como uma área de exploração política mais do que uma área administrativa com poder local fortemente fundamentado em seu poder econômico⁷³. Enquanto que o que ocorreu na maior parte do Império foi diferente, com o poder econômico nas mãos dos donos de terras, na Província do Amazonas ele repousava nas mãos de grupos representativos do incipiente meio urbano, comerciantes principalmente⁷⁴.

Destarte, sob o aspecto político-econômico, a região apresentava uma particularidade que fez com que não se enquadrasse no modelo tradicional de poder exercido pelos grandes proprietários de terra, o que explica em grande medida que a elevação da região à categoria de província tenha correspondido aos anseios, essencialmente eleitores, de grupos políticos estranhos à terra. A importância da província para esses políticos apresentava-se como um estágio que futuramente poderia render-lhes um cargo com *status* superior.

Os presidentes, estranhos ao meio político da província, deixaram, como se disse, representações de como perceberam a relação da população com a natureza, dando mostras de que, na condição de agentes do governo central, desejavam uma outra realidade e em função disto planejaram sua adequação para alcançar os propósitos do projeto civilizador da nação, que envolvia a natureza e os segmentos sociais.

Por meio da noção central que estamos instrumentalizando, é possível entender que em todas as épocas são construídas representações da realidade para que os diversos segmentos humanos possam viver dentro dos limites do espaço ao qual conferiram sentido real; sentido que é exteriorizado através de discursos, imagens, ritos, palavras, gestos, possibilitando para cada grupo a organização e a compreensão do mundo em que vive⁷⁵.

Para Roger Chartier, as representações se articulam a três modalidades de relação com o mundo social: em primeiro lugar, é a ação de classificar que gera construções intelectuais diversas sobre a realidade, logo, são elaboradas pelos diferentes grupos que vivem numa dada sociedade; segundo, são as práticas que despertam nos grupos o reconhecimento das suas identidades sociais, práticas que demonstram e

⁷³ Lima, Regina. *A Província do Amazonas no sistema político do Segundo Reinado (1852-1889)*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1978.

⁷⁴ *Idem*, p.75-76.

⁷⁵ Pesavento, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

significam simbolicamente uma posição, um estatuto; e, por último, são as formas institucionalizadas que tornam evidentes a existência dos grupos ou classes⁷⁶. Tendo em vista essas modalidades, formula-se o seguinte pensamento em relação aos presidentes da Província do Amazonas: as configurações que emitiram sobre a realidade local devem-se à ação de classificação e do recorte que fizeram do mundo social da região; por sua vez, essas configurações também se originam em pertencas sociais múltiplas, que podem coexistir em um mesmo grupo ou indivíduo. No caso dos presidentes, além de serem representantes do Governo central, eles possuíam características comuns em relação à sua formação política e intelectual, pois as práticas administrativas revelam que, no cotidiano desse grupo, eles eram reconhecidos como um segmento detentor de uma posição que expressava *status* político e social. Do mesmo modo, por pertencerem ao quadro do Executivo central e por representarem a figura do imperador, tornavam visíveis a existência e a presença de um grupo com prestígio político e distinto socialmente.

A representação, enquanto forma de compreender e organizar o mundo, está relacionada às diversas construções de exposições de algo ou alguém que guardam relações de semelhança com o que é representado. Outrossim, a representação encarada como construção a partir do real, pode ser definida como um processo que envolve: percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão. É um processo de mobilização e legitimação social desenvolvido pelos diversos grupos humanos em tempo e espaço determinados, e que faz com que as representações sejam múltiplas, entrando em cena conflitos e contradições de realidades construídas sobre o mundo. Nesse jogo de forças, existem os grupos que possuem o poder de ordenação e controle social, que impõem através de uma supremacia elaborada a partir deste jogo de forças a maneira como desejam uma realidade. Esses segmentos que detém o poder de organização da realidade desenvolvem processos em que sempre procuram estabelecer divisões e classificações, além de propor normas e valores com a intenção de orientar percepções para a definição de comportamentos e papéis sociais⁷⁷.

Deste modo, as representações, como definidoras de papéis sociais e como elaboração de imagens, conduzem, neste trabalho, ao discurso produzido sobre a província. As imagens criadas pelos presidentes reportam-se a um conjunto maior, o imaginário, que dá corpo às representações e torna evidente o papel social desses

⁷⁶ Chartier, R., *op. cit.*, p.73.

⁷⁷ Pesavento, S., *op. cit.*, p.41-42, cujas reflexões foram também inspiradas nos ensaios em Roger Chartier.

políticos. Nesse aspecto, tem-se que os sistemas e os símbolos de uma sociedade podem ser analisados partindo da idéia de que o imaginário é organizado a partir de utopias e ideologias, que, se aceitas, exercem poder político⁷⁸. Portanto, “o imaginário social torna-se inteligível e comunicável através da produção dos discursos nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem”⁷⁹. Linguagem que, nos relatórios dos presidentes, encontra-se permeada de idéias sobre progresso e civilização e que remete à compreensão de que “através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade, elabora uma certa relação de si, estabelece a distribuição dos papéis e posições sociais”⁸⁰.

Destarte, os relatórios, tomados como fontes passíveis de se contemplar a partir do conceito de representação, e os presidentes, reconhecidos como o grupo ordenador da realidade através de suas percepções sobre a natureza e a população da província, possibilitaram chegar às formas como a região foi representada em discursos, por meio dos quais os porta-vozes do Império expressaram pensamentos, planos e ideologias do mundo do qual faziam parte e, em assim percebendo a realidade local, idealizaram outra mais harmônica com as pretensões do projeto civilizador que defendiam.

Então, de que forma o quadro vivido pela província teria suscitado nos agentes do Império uma representação das formas de produção e sobrevivência dos grupos locais? Como a província teria desencadeado nesses presidentes a afirmação de seus próprios valores e, enquanto grupo político do Império, a exposição de suas expectativas quanto ao desenvolvimento desta região que, como será apresentado nos capítulos posteriores, não correspondeu aos anseios de desenvolvimento econômico e moral em razão de suas particularidades naturais e sócio-culturais?

Através do exame das representações sobre a natureza e sobre os grupos humanos da província, abrirei caminho para elucidar como os presidentes trataram a região em planos sócio-econômicos gerais, mediante os quais visaram a instituir os instrumentos necessários para infundir na população uma visão de mundo mais condizente com a busca do progresso tão idealizado naquele período para o Brasil⁸¹. Lembrando que os presidentes buscaram empreender uma redefinição do homem da

⁷⁸ Baczko, B., *op. cit.*, p.311.

⁷⁹ *Idem*, p. 311.

⁸⁰ *Idem, ibidem*.

⁸¹ Em relação aos meios para a redefinição cultural, o Capítulo III tem como intuito apresentar os instrumentos pensados para essa transformação.

região através dos meios que demonstravam ser os mais indicados para a adequação da produção, da mão-de-obra e dos recursos naturais oferecidos pelo ambiente a partir da religião, da educação e da colonização.

Em suas exposições, a maior expectativa era transformar a região em uma área que participasse do desenvolvimento econômico e moral do Império. Para isto, especialmente para a produção econômica, dependiam quase exclusivamente da mão-de-obra indígena. A população da região era formada, na quase totalidade, por grupos indígenas que, em sua maioria, ainda viviam como organizações tribais. Além destes, havia grande número de tapuias e caboclos e mesmo estes apresentavam modos de vida baseados em práticas de subsistência e em atividades extrativas, às vezes muito semelhantes às dos indígenas.

A natureza era especialmente percebida sob o ângulo da abundância: rica em madeiras, em quantidade de rios para a navegação e para a pesca, em produtos inumeráveis para o extrativismo e, primordialmente, com uma grande vocação para a agricultura, por causa da generosidade de suas extensões de terra. Porém, na percepção dos presidentes, esse ambiente não se apresentava propício para o progresso somente em virtude do que ele oferecia, mas, sim, pelas possibilidades de sua transformação que vislumbravam. Em outras palavras, a importância da natureza encontrava-se em suas potencialidades de usos através de sua dominação. A natureza, portanto, significava insumo para o desenvolvimento, o que deixa claro que as opiniões dos presidentes sobre o meio natural, visto como intacto e vasto, retratavam na verdade a constatação do atraso econômico da região e, principalmente, da falta de indícios que demonstrassem em que medida a civilização se encontrava, já que o meio natural não apresentava sinais de utilização mais racional pelos habitantes, o que seria atestado certamente com a agricultura caso ela representasse a atividade econômica característica da província.

O projeto civilizador que é adotado pelos grupos políticos do Império pode ser definido pelo antagonismo entre a humanidade e a natureza física, pensamento que defendia e propagava a fé no homem civilizado como o ser mais perfeito da natureza, pois era o único que poderia dominá-la. A natureza deveria ser sujeitada pelo homem para o seu desenvolvimento econômico e moral. Quanto mais a população da província adotasse modos de vida civilizados, sobretudo com as práticas agrícolas e com o trabalho disciplinado, a natureza deixaria de ser a causa da ociosidade, selvageria e barbárie em que se encontravam não só os grupos indígenas mas também os outros extratos sociais que conviviam na província.

Tal diagnóstico derivava da percepção da população como extensão da natureza, a qual também precisava ser dominada, educada, disciplinada. Para os presidentes, a maioria dos habitantes da província vivia entregue às possibilidades de sobrevivência oferecidas em grandes proporções pelo meio natural. Apesar da sensação de ser árdua a tarefa para a redefinição da relação da população com o meio natural, os presidentes demonstraram sempre uma preocupação com o desenvolvimento das atividades agrícolas, como é percebido em seus relatórios. A província se encontrava em estágio muito aquém do desenvolvimento objetivado pelo Estado e em completa inércia se comparado à produção de riquezas das províncias do Sudeste.

Em suma, os relatórios transmitem a representação da realidade da província observada pelos presidentes no período de quase quatro décadas. É importante salientar que não houve mudança significativa na representação do ambiente natural, tampouco nas imagens emitidas sobre a população. Contudo, houve transformação em relação às atitudes mais objetivas para a ordenação da natureza e dos grupos humanos nas duas últimas décadas do Império. Resta explicar então porque não percebi as intermitências quanto às representações num período razoavelmente amplo. Para responder a esta problemática, que acompanhou toda a pesquisa, procuro demonstrá-la enquadrando os presidentes como parte de um segmento político homogêneo, a partir do qual reproduziram um mesmo discurso e uma mesma visão sobre a população e o meio natural.

1.6. Cultura Política no Império.

Por que liberais e conservadores participavam de uma mesma cultura política, apesar de apresentarem oposições quanto à atuação do poder do Estado? Para dar resposta a isto, é necessário compreender a formação desses grupos.

Tendo em mente uma pequena visualização da hierarquia política do Império, encontramos: os integrantes dos Ministérios, membros do Congresso, que estava subdividido entre senadores e deputados e, por último, a burocracia do Executivo, composta por funcionários dos ministérios, diretores, chefes de seção e, por fim, presidentes de província, os quais, para José Murilo de Carvalho, integravam o segundo

escalão da burocracia imperial, sendo que grande parte estava dentro da elite homogênea dirigente⁸².

Antes de prosseguir, é importante frisar que o conceito de cultura política utilizado deve-se a René Rémond, que compreende como cultura política a formação ideológica, as ações e os valores comuns a certos grupos políticos, elementos que se inscrevem numa longa duração⁸³.

Conservadores desejavam a afirmação de um Estado centralizado, os liberais desejavam uma descentralização política influenciada pelo federalismo norte-americano, contudo, ambos apoiavam a idéia de manter a ordem sócio-econômica do Brasil e a unidade nacional. Seria através do sistema representativo da Monarquia Constitucional que esses políticos trariam para o país o progresso, tornando claro que possuíam em comum a visão organicista da sociedade e tinham consciência da atuação paternalista do Estado como forma de construir a ordem política adequada aos seus interesses.

Nas discussões sobre a formação do Estado brasileiro no Império, existem muitos estudos que utilizam abordagens econômicas e políticas para compreender o processo de Independência e a atuação de grupos nos dois reinados que se seguiram. José Murilo de Carvalho, ao participar do mesmo debate, propõe uma explicação que ele mesmo define como alternativa, e que durante muito tempo foi relegada a um segundo plano. Este autor parte da idéia de que a decisão de fazer do Brasil um Estado independente – através da monarquia representativa, da manutenção do território unido, de evitar o predomínio militar e de centralizar as rendas públicas – foi, na verdade, uma opção política entre várias possibilidades, e por ter sido uma escolha política, entende ser possível explicar o processo de construção da ordem do Estado imperial a partir do estudo daqueles que tomaram as decisões, ou seja, os próprios políticos.

Falar sobre o papel das elites no processo histórico do Brasil suscita críticas severas. Muitas vezes, a historiografia brasileira foi acusada de promover uma explicação elitista da história do país ignorando a existência das forças sociais. No caso desta pesquisa, ao optar pelos relatórios dos presidentes de província como fontes para a compreensão da relação sociedade e meio natural na Província do Amazonas, tive como meta trazer à superfície da história regional as representações da população e da

⁸² José Murilo de Carvalho explica a construção do Estado imperial a partir da formação e das carreiras comuns aos integrantes do grupo político dirigente. Para o autor, os presidentes de província estão incluídos nesta elite nacional, devido à constatação de que a administração de uma província representava um passo na carreira política. Carvalho, J. M. de, *op. cit.*, p. 46

⁸³ Rémond, René. Por que a História Política? *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 13, 1994.

natureza elaboradas pelo imaginário político do Segundo Reinado. Quando falo de um grupo que representava a política do Império na Província do Amazonas, não estou me reportando a grandes personalidades, estou me referindo a um segmento que possuía características que o diferenciavam das massas da população e de outros grupos expressivos e atuantes na região.

A construção do Estado monárquico-civil-unido no Brasil a partir do processo de Independência foi em grande medida possível devido à existência de um grupo gerado pela política colonial portuguesa. Do mesmo modo, percebe-se o desenvolvimento de um Estado centralizado e autoritário no primeiro período imperial como influência da política administrativa do Império português⁸⁴.

O meio político do Império caracterizava-se por uma homogeneidade ideológica e de treinamento. Homogeneidade que reduziu conflitos intra-elite e que forneceu a base para a implantação de um arranjo em que se procurou proteger os interesses econômicos dos grupos participantes para a preservação da unidade nacional. Foi por meio da socialização desses agentes, através da educação formal universitária, da ocupação e da carreira política, que a homogeneidade ideológica foi construída, e foi por intermédio desta que os interesses do Império foram defendidos nas diversas províncias pela figura dos presidentes.

A manutenção da estabilidade e unidade do Brasil, após a Independência, nunca é demais repetir, é devida, em boa medida, à herança burocrática recebida de Portugal, assim como a homogeneidade ideológica e o treinamento dos políticos brasileiros foram marcados pela influência exercida pela elite política portuguesa. Uma das estratégias desta foi reproduzir no Brasil um grupo a sua semelhança. Durante a primeira metade do século XIX, os políticos brasileiros tiveram seu treinamento na Universidade de Coimbra⁸⁵, onde obtiveram formação jurídica, fato que concorreu para que esta mesma instituição fosse responsável também pela formação de boa parte do funcionalismo público, tanto das pessoas ligadas à magistratura quanto daquelas ligadas ao Exército.

⁸⁴ Carvalho, J. M. de, *op. cit.*, p.34-35.

⁸⁵ Essa instituição foi criada em Lisboa, em 1290, e transferida para Coimbra em 1308. Sendo de origem francesa a primeira dinastia portuguesa, as influências intelectuais que predominaram no início dessa universidade foram as orientações jurídicas francesas e italianas marcadas pelo direito romano. Um dos principais centros de ensino desse direito foi a Universidade de Bolonha, que forneceu diversos romanistas a Coimbra, onde ficaram conhecidos como os “bolônios”. Cf. Carvalho, J. M. de, *op. cit.*, p.51.

A homogeneidade ideológica funciona como mitigadora de conflitos entre classes dominantes e tem como consequência a formação de regimes de compromisso ao estilo da modernização conservadora⁸⁶. Mesmo com esta superação de conflitos intra-classe, o Império brasileiro contou com um paradoxo, devido ao fato de que, para os marginais do sistema agrário e escravista, como no caso dos filhos da aristocracia agrária nordestina, o canal de mobilidade que lhes restou foi o aparato burocrático do governo. Entre aqueles que ocupavam os cargos políticos e burocráticos, havia diferença de *status* social, que era em parte compensada pela mesma formação educacional e, acima de tudo, ideológica⁸⁷.

Quando é instalada a Província do Amazonas, em 1852, o Estado centralizado havia sido vitorioso, muito embora esta situação não tenha feito arrefecer o debate sobre centralização/descentralização político-administrativa, conforme procurei demonstrar anteriormente. Mas foi somente no último quartel do século XIX que o meio político começou a perder o caráter de homogeneidade, mudança que foi suscitada pelas pressões por maior representação de interesses dentro do Estado por parte dos radicais liberais e, principalmente, pelos militares⁸⁸.

Para compreender a cultura política daqueles que formavam a política imperial e relacioná-la ao discurso presente nos relatórios dos presidentes do Amazonas é preciso apreender o pensamento comum deste último segmento. Até que ponto os presidentes estavam conscientes e preparados para a realização dos planos gerais do Império, especificamente, sobre a questão da civilização e do progresso moral e econômico da nação? Em outras palavras, como nesses agentes, se manifestava a cultura política do Império quando tratavam do meio natural e da população?

Ao procurar conhecer as origens e a formação dos presidentes que ocuparam a administração da Província do Amazonas, pude constatar que alguns realmente tiveram passagem pela Universidade de Coimbra, outros foram educados nas faculdades de Direito de Olinda, Recife e São Paulo, e uns poucos na faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nota-se assim, que foi mantida a tradição dos estudos jurídicos na primeira década do século XIX. Enquanto que, no período posterior, a formação se deu nas escolas militares surgidas na década de 1870. A princípio, devido à mudança de formações e instituições de ensino, pode-se pensar que eles não se enquadram em um grupo ideologicamente homogêneo; por outro lado, é possível constatar que muitos

⁸⁶ *Idem*, p. 33.

⁸⁷ *Idem*, *passim*.

⁸⁸ *Idem*, p. 39.

obtiveram êxito na escalada política do poder ao assumirem cargos no Ministério e no Congresso. Algo dessa configuração pode se notar no quadro abaixo⁸⁹:

Presidentes	Período da administração	Formação E origem	Outros cargos e gabinetes⁹⁰ a que pertenciam
1. João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha	01/1/1852 a 27/6/1852	Professor de geometria, natural do Pará	Deputado pelo Pará (conservador)
2. Conselheiro Herculano Ferreira Pena	22/4/1853 a 11/3/1855	Natural de Minas Gerais	Senador e presidente do PA, MA, PE, BA, ES, MG (Conciliador)
3. João Pedro Dias Vieira	28/1/1856 a 26/2/1857	Bacharel em Direito por São Paulo, professor de Filosofia, natural do Maranhão	Deputado, ministro e senador (Conciliador)
4. Ângelo Thomaz do Amaral	12/03/1857 a 10/11/1857	Natural do Rio de Janeiro	Deputado pelo AM e presidente do PA e AL (Conciliador)
5. Francisco José Furtado	10/11/1857 a 30/5/1859	Bacharel em Direito por São Paulo, natural do Piauí	Deputado, Senador e presidente do Conselho de Estado entre 1864-65 (Moderação e Justiça)
6. Manuel Clementino Carneiro da Cunha	24/11/1860 a 07/1/1863	Bacharel em Direito por Olinda, natural da Paraíba	Presidente de Pernambuco (Liga Progressista)
7. Sinval Odorico de Moura	07/2/1863 a 07/4/1864	Bacharel em Direito por Olinda, natural do Maranhão	Presidente do CE, PI, PB, deputado pelo MA (Liga Progressista)
8. Adolfo de Barros Cavalcante de A. Lacerda	07/4/1864 a 08/5/1865	Bacharel em Direito por Recife, natural de Pernambuco	Presidente de PE e SC (Liga Progressista)
9. Antônio Epaminondas de Melo	24/8/1865 a 30/4/1867	Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas por Olinda, natural de	Presidente do MA, deputado por PE (Liberal)

⁸⁹ Cf. Reis, A. C. *História do Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998, e Loureiro, Antônio. *O Amazonas na época Imperial*. Manaus: Valer, 2007. Não foi encontrada a origem de cinco presidentes.

⁹⁰ Segundo Antônio Loureiro, “Apesar da maior parte dos presidentes não revelar a que partido pertenciam, nos documentos oficiais, denotando-se apenas através de seus atos de perseguição, as suas nomeações estavam relacionadas às subidas e quedas dos primeiros-ministros e de seus gabinetes, umas de imediato, outras a longo prazo, quando não havia mudança de partido, mantendo-se o continuísmo liberal ou conservador.” Loureiro, Antônio, *op. cit.*, p.26.

		Pernambuco	
10. José Coelho da Gama de Abreu	24/11/1867 a 08/2/1868	Bacharel em Filosofia por Coimbra, natural do Pará	Presidente do Pará de 1879 a 1882 (Liberal)
11. Jacinto pereira do Rego	09/2/1868 a 24/8/1868	Bacharel em Direito	(Liberal)
12. João Wilkens de Matos	26/11/1868 a 08/4/1870	Bacharel em Matemática e Engenharia Civil nos EUA, natural do Pará	Cônsul do Brasil, presidente do CE, diretor do Correio Geral da Corte (Conservador)
13. José de Miranda da Silva Reis	08/7/1870 a 08/7/1872	Bacharel em Matemática pela Escola Militar, natural do Rio de Janeiro	Marechal do Exército e presidente do MT (Conservador)
14. Domingos Monteiro Peixoto	26/7/1872 a 16/3/1875		Presidente do ES em 1875 (Conservador)
15. Antônio dos Passos Miranda	08/7/1875 a 27/5/1876		(Conservador)
16. Domingos Jacy Monteiro	26/7/1876 a 26/5/1877	Dr. Em Medicina pelo Rio de Janeiro, Dr. Em Direito na Europa, natural do Rio de Janeiro	(Conservador)
17. Agesilao Pereira da Silva	26/5/1877 a 14/2/1878	Bacharel em Direito por Recife, natural do Piauí	(Conservador)
18. Rufino Eneias Gustavo Galvão	07/3/1878 a 26/8/1879	Bacharel em Matemática pela Academia Militar, natural de Sergipe	Ministro do Supremo Tribunal Militar (Liberal)
19. José Clarindo de Queiroz	15/11/1879 a 26/6/1880	Academia Militar, curso de Artilharia e Infantaria, natural do Ceará	Marechal Reformado (Liberal)
20. Satiro de Oliveira Dias	26/6/1880 a 16/5/1881	Dr. Em Medicina por Salvador, natural da Bahia	Presidente do CE e RN, deputado pelo AM (Liberal)
21. Alarico José Furtado	16/5/1881 a 07/3/1882	Doutor em Direito pelo Recife, natural do Maranhão	(Liberal)
22. José Lustosa da Cunha Paranaguá	17/3/1882 a 16/2/1884	Bacharel em Direito, natural do Rio de Janeiro	Presidente do Rio Grande do Sul (Liberal)
23. Theodoreto Carlos de Faria Souto	11/3/1884 a 12/7/1884	Natural do Ceará	Presidente do Banco do Brasil, presidente de SC e

			senador pelo CE (Liberal)
24. José Jansen Ferreira Júnior	11/10/1884 a 21/9/1885		Deputado em 1885 (Liberal)
25. Ernesto Adolfo de Vasconcelos Chaves	27/10/1885 a 10/1/1887		(Conservador)
26. Conrado Jacob de Niemeyer	23/3/1887 a 10/1/1888	Bacharel em Matemática pela Academia Militar, natural do Rio de Janeiro	Gal de Brigada do Exército (Conservador)
27. Francisco Antônio Pimenta Bueno	10/1/1888 a 12/06/1888	Bacharel em Matemática e Ciências Físicas pela Academia Militar, natural de Mato Grosso	(Conservador)
28. Joaquim Cardoso de Andrade	12/7/1888 a 11/11/1888		(Conservador)
29. Joaquim de Oliveira Machado	12/2/1889 a 01/7/1889	Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas por São Paulo, natural do Rio de Janeiro	(Conservador)
30. Manuel Francisco Machado	01/7/1889 a 21/11/1889	Dr. em Direito por Coimbra, natural do Pará	Senador em 1891 (Liberal)

Embora a educação dos quadros políticos do Império seja marcada, na primeira metade do século XIX, pela formação jurídica da Universidade de Coimbra, isto não invalida o raciocínio que se quer aqui imprimir – e que devo a José Murilo de Carvalho – para a compreensão da constituição do segmento político dos presidentes da província do Amazonas, implantada em 1852. Os presidentes que passaram pela região apresentam formações diversas, parte deles manteve a tradição de estudar direito nas primeiras faculdades brasileiras, outros obtiveram uma formação técnica nas escolas militares do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Destarte, a cultura política do Império da segunda metade do XIX apenas demonstra que a tradição, para continuar a existir, precisa sempre de renovação.

A história política atenta aos fenômenos de longa duração e voltada para o estudo das mentalidades e representações políticas é dos melhores terrenos para se

compreender o funcionamento e a instrumentalização do conceito de cultura política. Desta forma, ao acompanhar as trajetórias dos presidentes provinciais, podemos apreender a tradição, as sobrevivências, as continuidades que atravessaram a mentalidade e as representações dos grupos políticos dominantes do Império. Visualizando o quadro da formação dos presidentes do Amazonas, pude, *grosso modo*, apreender que, nas duas primeiras décadas de instalação da província, atuaram mais bacharéis, sobretudo ligados ao Direito, enquanto que, no período de 1870 a 1889, houve a atuação de presidentes com formação mais técnica, ocorrência que se enquadra no que foi exposto acima, pois mesmo com formações diferentes manteve-se a essência daquela cultura política, principalmente quanto ao aspecto da manutenção da unidade territorial e política do país⁹¹.

A homogeneidade gerada pelo nível educacional foi reforçada pelo local comum de formação nesses dois momentos. O corte gerado pela Independência, teve como consequência a formação de duas gerações distintas de políticos para o Império, uma que predominou durante a fase de consolidação política do sistema imperial e outra, formada no Brasil através de lugares comuns, caso que corresponde aos presidentes de província formados pelas universidades brasileiras implantadas no Nordeste e no Sudeste do Brasil⁹².

As escolas de Medicina e de Direito funcionaram de fato como centros regionais de formação. O fato de ser uma concentração regional e não provincial, apenas reforça a homogeneidade política, se encararmos esta concentração como produto das ações e do pensamento político do poder central, que manteve sempre estrita supervisão das escolas superiores, especialmente em relação às de direito. Os relatórios ministeriais são os exemplos deste controle, pois apresentavam comentários, críticas e sugestões referentes a estas escolas que sempre resultavam em freqüentes reformas⁹³.

⁹¹ Ainda em relação a essa questão, posteriormente será demonstrado que a existência de dois tipos de formações nesses períodos específicos influenciaram em uma mudança na forma como os presidentes buscaram a ordenação da natureza.

⁹² Para José Murilo de Carvalho, como já tinham sido criadas escolas de medicina e militar no Rio de Janeiro e uma escola de medicina na Bahia, a grande luta foi travada em torno das escolas de direito. Os centralistas conseguiram contornar a rivalidade provincial em troca da rivalidade regional, as escolas de direito, ambas criadas em 1827 e iniciadas em 1828, foram implantadas uma na cidade de São Paulo, outra em Olinda, transferida, em 1854, para Recife. Minas seria, mais tarde, compensada com escolas de farmácia, em 1839, e de Engenharia Civil, em 1876; o Rio Grande do Sul contou com a criação de uma escola militar. Após o Ato Adicional de 1834 a educação passou a ser responsabilidade tanto do governo central como dos governos provinciais, mas nenhuma escola superior foi criada pelas províncias durante o Império, fato que confirma a reprodução interna de estratégia semelhante à buscada pela política colonial na centralização e homogeneização da formação das elites. Carvalho, J. M. de, *op. cit.*, *passim*.

⁹³ *Idem*, p. 67.

Entendendo o surgimento da Província do Amazonas no cenário político-administrativo do Império, durante o Segundo Reinado, apenas como forma de responder aos interesses de grupos políticos estranhos e não aos interesses dos pequenos proprietários rurais e comerciantes locais, põe-se em evidência uma fraqueza econômica e política da região que deu oportunidade para que grupos alheios explorassem politicamente a província. Assim, com a nova província foi incorporado o patrimônio territorial da antiga Comarca do Rio Negro ao cenário das unidades do Império, passando a área então a ser administrada por representantes da Monarquia⁹⁴.

Para civilizar a população e a natureza era preciso que pessoas capazes e treinadas fossem trazidas para a região. Ou seja, o Estado durante o Segundo Reinado assume a tarefa de civilizar a nação e demonstra uma cultura política embasada nas idéias iluministas quanto a uma ação pragmática para a busca do progresso social e econômico, e os presidentes tornaram-se os agentes desse ideal.

Por último, é importante frisar que a unidade ideológica não significava unidade social, posto que somente esta última não teria garantido um pensamento uniforme desses políticos. E mesmo não parece ter havido diferenças radicais em relação à origem social desse grupo político; a maior parte foi recrutada dentre os elementos ligados à propriedade da terra, ao comércio e à mineração. Deste modo, somente a existência de identidade de interesses econômicos destes grupos que formavam a classe proprietária não seria suficiente para a construção de uma unidade política. Então foi através da formação educacional comum e pelo treinamento em cargos burocráticos que a política do Império garantiu sua unidade de pensamento sobre a estrutura administrativa do Estado Nacional.

A partir da cultura política do Império, encarada neste estudo como conservadora, torna-se possível vislumbrar, no discurso dos presidentes, a idéia de natureza tal qual se fazia presente no meio político. Foi comum tanto a conservadores quanto a liberais a visão de natureza fecunda e destinada à agricultura. Se não se conseguiu implantar na Província do Amazonas o projeto de civilização em que acreditavam, pelo menos foram bem sucedidos em deixar clara a forma como o idealizaram e seu comprometimento com as diretrizes do Império para a realização tal empreendimento.

⁹⁴ Daou, Ana Maria, *op. cit.*, p.151.

Capítulo II

Agricultura para civilizar os homens e a natureza.

Em meio a uma política que se queria centralizadora por parte dos grupos que formavam o Executivo central, o Estado pretendeu estender sua presença em todo o país. Nesse processo de construção da nação e afirmação do Império brasileiro, na segunda metade do século XIX, a valorização das riquezas naturais e a busca pela integração territorial constituíram aspectos desse empreendimento⁹⁵.

Conhecer e organizar o vasto território e a cultura dos povos de lugares recônditos foi uma prática comum do governo central. A partir de 1840, as comissões científicas de exploração foram organizadas com a finalidade de conhecer as potencialidades naturais e as propensões das sociedades indígenas para a vida civilizada. O Brasil, assim, buscava civilizar-se através de suas próprias forças natural e humana. Ao mesmo tempo, dava mostras de que pretendia organizar seu próprio conhecimento sobre a geografia, geologia, botânica, zoologia e mineralogia das regiões que formavam o país⁹⁶. Outra forma de mostrar-se como uma nação a caminho da civilização foi a participação do Brasil nas Exposições Universais, sendo as exposições nacionais e provinciais um treinamento para inserção do país no conjunto das nações aptas e detentoras do progresso moral e econômico. Afinal de contas, esses eventos serviram muito mais para expor o descompasso social e cultural vivido pelas várias regiões do território brasileiro, e como um alerta, sobretudo, para os presidentes do Amazonas.

Os presidentes da Província do Amazonas exprimem esse sentimento de que o Brasil deveria alçar-se sobre si mesmo e despontar como uma grande nação, sobretudo quando se referiam às riquezas naturais da região. A retórica para a civilização e progresso é algo muito explícito nos relatórios desses administradores. Mormente quando lamentam sobre o estado econômico e social, simultaneamente, lançam um olhar para o futuro cheio de esperança quando a rica natureza, viesse a ser, de fato, explorada e utilizada de forma industriosa pela população e pelo Estado. A natureza era representada, deste modo, como um grande reservatório de riquezas e vista como um

⁹⁵ Domingues, Heloisa Maria Bertol. *Ciência: um caso de política*. Tese de doutorado, USP, 1995, p.155.

⁹⁶ *Idem*, p.155.

dos elementos da nacionalidade pelos presidentes. Além de ser encarada como um “instrumento concreto da construção e consolidação da nação”⁹⁷.

2.1. A política para a agricultura.

A política de institucionalização da agricultura no Brasil manteve fortes laços com as ciências naturais desde o período colonial, ainda sob o reinado de D. João VI. Quando independente, o Império buscou institucionalizar as ciências naturais e a agricultura com a intenção de valorizar o solo e a flora do país, numa evidente invocação dos princípios iluministas⁹⁸. Tanto as ciências quanto a agricultura faziam parte das atividades de uma elite social que transitava em torno do poder imperial. Deste modo, podem ser encaradas como parte das práticas de um grupo que, pela formação e ideologia, era herdeiro da experiência colonial portuguesa⁹⁹.

Mesmo vivendo mudanças políticas, crises sociais e econômicas no século XIX o Brasil manteve a economia agro-exportadora¹⁰⁰. Na década de 1840, a agricultura encontrava-se numa espécie de limbo do poder, já que a economia do país estava sendo dominada pelo capital mercantil, além de estar vivendo um momento de queda nas exportações. A economia açucareira do Norte e Nordeste, que nas primeiras décadas do XIX havia dominado os números das exportações, estava agora perdendo mercado para o açúcar antilhano produzido pelos ingleses; e a produção local do algodão também havia sofrido queda, por causa da competição com o produto plantado na América do Norte. O café ainda não era o grande produto das exportações brasileiras nesse período¹⁰¹.

O momento político vivido pelo Brasil no século XIX, que serve de cenário ao tema deste trabalho, coincide e está relacionado com as oposições partidárias entre liberais e conservadores conforme apresentado no capítulo I. Oposições que se deram

⁹⁷ *Idem, ibidem.*

⁹⁸ *Idem, p. 65.*

⁹⁹ Fragoso, J. L. e Silva. F. C. T. da. A política no Império e no início da República Velha: dos barões aos coronéis. In: Linhares, M. Y. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 1990, p.177-210.

¹⁰⁰ Holanda, Sérgio Buarque de. A Herança Colonial. Sua desagregação. In: _____(org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1976, p.18. Em relação às mudanças políticas, estou me referindo ao processo de Independência do Brasil, ao período Regencial e ao Golpe da Maioridade, conhecido como Regresso. As crises sociais referem-se aos movimentos: Cabanagem, no Pará (1835-1840); Farrapos, no Rio Grande do Sul (1835-1845); Balaiada, no Maranhão (1833-1841); Sabinada, na Bahia (1837-1840); Praieira, em Pernambuco (1848-1851) e outros movimentos populares.

¹⁰¹ Prado JR., C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p.162.

durante o processo de Independência, que caminharam até o fim da Monarquia e que diziam respeito, essencialmente, às formas de atuação do Estado. Pois, como bem foi demonstrado por Ilmar Rohloff de Mattos, nos anos 1840 e 1850, ao chegarem ao poder, os propósitos defendidos por liberais e conservadores confundiam-se, como a defesa por uma agricultura voltada para o mercado externo. Os saquaremas (conservadores) que dominaram o poder central, entre 1848 a 1852, promoveram reformas defendidas pelos liberais, os luzias, num período de aliança que ficou conhecido como Conciliação e que continuou nos anos de 1853 a 1857¹⁰². Os liberais eram anti-escravistas e defensores de maior autonomia para as províncias com o objetivo de modernizar a estrutura política para compatibilizá-la com o desenvolvimento do capitalismo (civilização) no Brasil. Enquanto que os conservadores defendiam a continuidade política e econômica para que o Brasil caminhasse em direção à civilização.

Em verdade, esses dois grupos pugnaram pela consolidação da vocação agrária do Brasil baseada no modelo agro-exportador. Ambos acreditavam que a civilização e o progresso da nação seriam alcançados a partir da utilização de uma natureza rica e fértil, intensificando, para este propósito, as relações das ciências naturais com a agricultura¹⁰³ – relações que foram se modificando em função de mudanças políticas e econômicas.

Na primeira metade do século XIX, a prioridade do Governo era a diversificação dos produtos agrícolas para a exportação. Como consequência, os estudos botânicos receberam maior importância devido ao seu caráter pragmático e classificatório, e por permitir, com sua prática, trocas de diferentes espécies com outras nações, contribuindo assim para a inserção do Brasil no capitalismo internacional¹⁰⁴.

Obedecendo a outros imperativos, o que se verifica, na segunda metade do século XIX, após sucessivas crises na produção das culturais tradicionais para a exportação (como o café e o açúcar, que levaram ao surgimento de debates sobre a fertilidade do solo), é a intensificação das relações entre agricultura e ciências naturais, caracterizadas pela promoção de estudos que envolviam a entomologia, a fisiologia vegetal, a química e a física, estas duas últimas tratando da influência do clima na produção agrícola.

Além de diversificar e melhorar a produção agrícola, o Governo procurou, concomitantemente a isto, consolidar a unidade nacional. As relações entre ciências

¹⁰² Mattos, I. R. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo, Hucitec, 1987, p. 91.

¹⁰³ Ver Domingues, Heloísa M. B., *op. cit.*.

¹⁰⁴ *Idem*, p.155.

naturais e agricultura possibilitaram aos grupos políticos envolvidos a expansão da fronteira agrícola do país, o conhecimento das potencialidades naturais e humanas e a afirmação de sua unidade territorial. Para a realização desses propósitos, os instrumentos foram a geografia, a geologia, a astronomia, a botânica, a zoologia e também a etnografia. Com a passar do tempo, esses instrumentos foram se impondo como práticas científicas no Brasil, e as comissões nacionais de exploração foram progressivamente incentivadas pelo Governo a partir da segunda metade do século XIX¹⁰⁵.

Exemplo maior das relações entre agricultura e ciências naturais promovidas pelo Governo imperial constituem as Instituições criadas para este fim como: o Jardim Botânico, de 1808¹⁰⁶, o Museu Nacional, de 1818, e, especialmente, a criação do Ministério da Agricultura em 1860. Vale lembrar que, quando o Brasil passou a viver, a partir da década de 1870, um período de descentralização política, a promoção dessas relações passaram a ser empreendidas no âmbito provincial¹⁰⁷. Ou seja, as províncias também participaram deste movimento de afirmação e diversificação das práticas agrícolas, sobretudo através dos representantes do poder central, os presidentes de província, que além de atuarem como peças fundamentais da unidade nacional, foram, por outro lado, reprodutores dos planos de progresso econômico do Governo embasados na agricultura.

Portanto, através da promoção e intensificação das relações entre as práticas agrícolas e as ciências naturais, sendo que estas representavam o meio para a concretização dos propósitos econômicos do Governo, é permitido em contrapartida compreender as mudanças da representação da natureza pelos grupos políticos e intelectuais do país em âmbito geral. No início do século XIX, a natureza era vista como um reservatório de riquezas perenes, no meio político acreditava-se que essas riquezas poderiam ser utilizadas sem a preocupação com o seu esgotamento. Acontece que, devido às crises econômicas que se abateram sobre as culturas “tradicionais”, impôs-se a busca por alternativas, abrindo espaço para a percepção de que a natureza do país, mesmo que ainda apresentando uma riqueza imensa a ser explorada, também

¹⁰⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁶ Mas que assumirá esse papel a partir da independência do Brasil, ou seja, no Primeiro Reinado.

¹⁰⁷ E a esse título também foram criadas instituições locais, como o Museu Paranaense (1882), em Curitiba (cf. http://www.pr.gov.br/museupr/historico_museu.shtml), e o Museu Paulista (1895), em São Paulo, ambos voltados para as ciências naturais, e a Comissão Geográfica e Geológica, também em São Paulo, especialmente criada, em 1886, para descobrir o potencial agrícola do território paulista.

necessitava ser melhor conhecida, e mais, era preciso descobrir quais as formas que melhor se aplicavam a essa utilização.

2.2. Os relatórios sobre a geografia e etnografia: informações sobre os elementos naturais e humanos da província.

Como exemplo de uma tomada de atitude diante da natureza da região, alguns presidentes solicitaram que engenheiros nacionais explorassem rios ainda pouco conhecidos. Nas duas primeiras décadas, desde a instalação da província, rios como o Purus, o Juruá e o Madeira configuraram áreas sobre as quais os administradores sentiram a necessidade de obter informações quanto ao espaço físico e sócio-cultural com a intenção de promover uma apropriação sistemática dos recursos hidrológicos, mineralógicos e humanos. Resultados das explorações realizadas pelos engenheiros militares João Martins da Silva Coutinho¹⁰⁸, Serafim da Silva Salgado, João Rodrigues de Medeiros, Joaquim Thomaz da Silva Coelho, Joaquim Leovegildo Coelho e outros foram anexados aos relatórios e apresentados à Assembléia Legislativa com o objetivo de se adquirir e fornecer informações sobre a “remota província do Norte” – ficando claro que esses agentes da política imperial buscaram, na medida do possível, conhecer as possibilidades de desenvolvimento econômico oferecidas pela região para a elaboração de planos que visassem à ordenação do meio natural e social.

Essas empresas de exploração geográfica encarnavam pelo menos dois objetivos para o Estado realizar¹⁰⁹. O primeiro era complementar uma atuação mais onipresente nas diversas regiões do país, como por exemplo, em áreas pouco conhecidas como o Norte e o Centro-Oeste, afirmando assim a unidade territorial e nacional do Estado brasileiro. Em segundo lugar, ainda devido a este caráter centralizador da política inaugurada no Segundo Reinado, as comissões científicas visavam a ajudar na política de interiorização do país. Ora, interiorização que aconteceria com o cultivo e

¹⁰⁸ Leonardi, Victor. *Os historiadores e os rios*. Brasília, Ed. UnB, 1999, p. 82. Sobre o major Silva Coutinho, é importante lembrar que durante décadas de exploração e pesquisa na Amazônia, acabou se tornando mais um cientista que engenheiro. Teve participação na comissão presidida pelo poeta Gonçalves Dias, este encarregado de organizar a participação da Província do Amazonas na exposição que o Império promoveu sobre os “produtos naturais e industriais” em 1861. Através de missões especiais e expedições pela província, elaborou vários relatórios sobre os rios Madeira, Japurá, Iça, Purus, Negro e Alto Solimões, desenvolveu estudos geológicos na região e publicou ensaios sobre o cacau e o guaraná. Outro ponto especial de sua carreira de pesquisador foi um livro em co-autoria com Agassiz sobre a tartaruga da Amazônia.

¹⁰⁹ Domingues, H., *op. cit.*, p.155.

povoamento das terras e que demandava o conhecimento sobre os aspectos físicos e humanos. Dentro deste movimento de reconhecimento e interiorização do território, sobressaiu-se a valorização da natureza, que passou a ser vista como elemento da nacionalidade e os grupos indígenas como possível mão-de-obra.

Os presidentes do Amazonas, como porta-vozes do projeto de reconhecimento e interiorização do Império, manifestaram sempre a intenção de promover comissões de exploração pelo interior da Província do Amazonas. Nas duas primeiras décadas da província, os presidentes tinham como grande preocupação política o reconhecimento dos limites e fronteiras, logo, um dos primeiros objetivos das explorações realizadas por sua solicitação era o reconhecimento territorial. Por outro lado, o conhecimento dos aspectos físicos desse território e dos povos indígenas que o habitavam era recomendado pelos presidentes aos engenheiros¹¹⁰. Os presidentes, por meio desse conhecimento empírico, presumiam ter em mãos as informações necessárias para a ação dos planos do Estado e, no âmbito regional, para a sugestão de projetos em prol do desenvolvimento da região.

Esta política era condizente com a necessidade de reconhecimento do território brasileiro para a integração nacional. Destarte, a conquista do território, além de estar relacionada à formação política e ideológica do Brasil, representou um aspecto relevante para a construção da nação, e a ocupação de lugares não povoados constituiu “um dos elementos fundadores da unidade nacional”¹¹¹.

Junto dessa conquista territorial, a valorização da natureza como patrimônio e reservatório de riquezas foi evidenciada, questão que revela do mesmo modo uma preocupação nacional com a organização do ambiente natural e do meio humano, já que o país, há muito, vinha sendo explorado e classificado por viajantes estrangeiros. Neste sentido, o Império, desde antes da Independência e mesmo após, já dava mostras de querer conhecer seu território por intermédio de pesquisadores nacionais¹¹². Contudo,

¹¹⁰ Eis algumas destas explorações, executadas entre as décadas de 1850 e 1860, e que constam nos relatórios dos presidentes como anexos: 1- “Descrição da viagem feita a cidade da Barra do Rio Negro, pelo rio do mesmo nome, até a Serra do Cucuí, indo em comissão como engenheiro, por ordem do Exm. Sr. Conselheiro Herculano Ferreira Pena, presidente da província, no ano de 1854, pelo major da artilharia e bacharel em matemática, Hilário Maximiano Gurjão”; 2- “Informações sobre o rio Purus. Ofício dirigido ao Exm. Sr. Presidente pelo Dr. João Martins da Silva Coutinho”; 3- “Relatório de Serafim da Silva Salgado sobre a exploração do rio Purus” (1852); 4- Relatório de João Rodrigues de Medeiros sobre a exploração do rio Abacaxis” (1853); 5- “Relatório sobre o estado das povoações do rio Negro por Joaquim Leovegildo Coelho” (1861); 6- “Roteiro da viagem do Vapor Monarca, desde a cidade da Barra do Rio Negro, capital da província do Amazonas, até a povoação da Nauta na República do Peru, feito por João Henrique da Matos”.

¹¹¹ Domingues, H., *op. cit.*, p. 157.

¹¹² De acordo com Heloisa Domingues, em 1819, nas *Instruções para os Viajantes e Empregados nas Colônias sobre a maneira de colher, conservar e remeter os objetos da história natural*, frei Leandro do

foi devido à conjuntura política da segunda metade do século XIX, em específico durante o momento conhecido como Regresso, que essa ideologia nacionalizante encontrou um ambiente propício para sua reprodução no pensamento político dos dirigentes do país. Ideologia que se somou à defesa da agricultura vista como instrumento essencial para o alargamento das fronteiras e da integração territorial¹¹³.

Quando as explorações constituíram objetos da política imperial no início da segunda metade do século XIX, as sociedades científicas nacionais foram peças fundamentais neste empreendimento, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838¹¹⁴. Nesse empreendimento, as províncias também desempenharam um papel relevante através de seus presidentes. Estes, em muitos momentos, eram encarregados de enviar amostras de espécies vegetais e etnográficas ao Museu Nacional, às Exposições da Indústria ou mesmo enviar os relatórios das explorações para a publicação na revista do IHGB ou para o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Além disso, davam apoio às comissões de exploração, o que caracteriza toda uma rede de informações em operação nesse período, boa parte dela passando pelos presidentes provinciais¹¹⁵. Como exemplo desta atividade

Sacramento expressou: “Ninguém espere que de viagens de meses ou de alguns anos, e muito menos de informação somente, resulte uma exata notícia da História Natural desta região, onde os produtos e as circunstâncias são, pela maior parte, tão diferentes das do antigo Mundo. Só de naturalistas dignos e judiciosamente empregados no Brasil por toda a sua vida se poderá esperar uma serie de observações sabiamente feitas, comparadas e sistematizadas, que tenham em toda a sua luz a natureza inteira desta parte, e nos ensinem os modos de a converter em nosso proveito”. E depois de 1822, o Imperador, deu mostras de querer reforçar o papel do Museu Nacional, criando a figura do viajante-naturalista do Museu. Cf. Domingues, H. M. B., *op. cit.*, p.159-160.

¹¹³ *Idem*, p. 159.

¹¹⁴ “Ali a Geografia era vista como parte da história nacional e englobante da geologia, da arqueologia e da etnografia... As publicações da Revista do Instituto Histórico mostram quanto as ciências naturais seriam importantes para a implementação da história nacional que se propunham fazer. Nela foram publicados com destaque os relatórios das viagens realizadas com a finalidade de palmilhar os quatro cantos do país para dar conhecimento da natureza e dos índios. Estes relatos formam um volumoso conjunto de documentos abarcando principalmente os decênios 40 e 50 do século XIX e contém, além de notícias sobre usos, costumes, modos de vida e suas reações à colonização em praticamente quase todas as províncias, descrições pormenorizadas do aspecto físico das regiões e dos produtos mais abundantes, cultivados ou para o extrativismo. As regiões do Amazonas, Grão-Pará, Maranhão, Mato-Grosso, Goiás, Bahia, Rio Grande do Norte, São Pedro do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, tiveram relatórios publicados denotando que a instituição estava preocupada em fazer conhecer o interior do Brasil como um todo, juntamente com seus habitantes”. Cf. Domingues, H. M. B., *op. cit.*, p.160-161.

¹¹⁵ Na segunda metade do século XVIII, o Estado português sustentou uma rede de informações sobre as potencialidades econômicas de seus territórios através da atuação de funcionários, cientistas e mesmo indígenas no caso do Brasil. Com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico do Reino, amostras da fauna e flora eram enviadas às instituições da corte, como o Jardim Botânico da Ajuda, o Arsenal Real do Exército e o Hospital Real Militar de Lisboa, onde posteriormente eram estudados para serem utilizados na agricultura, comércio e farmácia. “Dos recônditos da Amazônia e Goiás, das capitânicas do Rio de Janeiro e da Bahia, das Ilhas de Cabo Verde e dos sertões de Angola remetiam-se para o reino produções naturais e etnológicas, herbários, amostras de cascas de árvores, raízes e resinas, frascos com terra e sementes; enviavam-se caixotes com plantas e gaiolas com pássaros, répteis, macacos, zebras, tabuleiros com borboletas, peixes e animais embalsamados, peles, enxofre, ferro, salitre,

desempenhada pelos presidentes, em 1877, Domingos Jacy Monteiro informou, em seu relatório sobre a “Comissão de exploração dos afluentes do rio Amazonas”, que

Esta comissão, em virtude do aviso do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 17 de setembro e 13 de outubro de 1874, tinha de explorar os rios Urubu, Jatapu, Atuman e Andirá no Baixo Amazonas, Coari, Tefé, e Jutai no Solimões.

Em princípio de 1875 os dois membros da comissão, tendo ido explorar o rio Urubu, levantaram as plantas dos lagos Saraca e Canaçari, perto de Silves, e quando seguiram para o dito rio naufragaram, perdendo a maior parte dos instrumentos que levavam. Regressaram à capital onde só muitos meses depois chegaram outros instrumentos, e em 8 de junho do ano passado foi a comissão explorar o rio Andirá. Os trabalhos feitos pela comissão, consta-me foram remetidos aquele ministério¹¹⁶.

De forma geral, as explorações apoiadas e financiadas pelo Estado eram dirigidas por engenheiros nacionais, que desenvolviam o levantamento de produtos naturais de potencial agrícola, perscrutavam rotas adequadas por rio e por terra e investigavam os lugares mais propícios para o estabelecimento de colônias. Interesses que revelam a importância de ciências como a geografia, a geologia e a etnografia, esta última vista como uma forma de contatar e conhecer as culturas dos grupos indígenas. Em relação às duas ciências que intitulam este tópico – geografia e etnografia –, deve-se compreender a concepção de ambas neste período para melhor caracterizar as explorações que se desenvolveram na Província do Amazonas.

Quanto à geografia, sua abrangência ia além do aspecto meramente físico. Sua relevância nas explorações estava ligada à valorização da natureza e seu consequente gerenciamento, que seria levado a cabo pelas práticas agrícolas. Por se apresentar como um conceito amplo, a geografia envolvia estudos complementares como a geologia, a zoologia, a arqueologia e a etnografia¹¹⁷. A geografia manteve fortes laços, sobretudo, com a etnografia, o que é demonstrado com as explorações feitas no Amazonas motivadas pelas preocupações dos presidentes quanto ao conhecimento da principal

antimônio e bismuto ou, simplesmente pedras”. Domingues, A., *op. cit.*, p. 824-825.

¹¹⁶ Relatório Provincial de Domingos Jacy Monteiro de 1877, p.31.

¹¹⁷ Em 1840, o cônego Januário da Cunha Barbosa, quando secretário do IHGB, expressou bem a concepção da geografia neste momento para a construção da nação, mostrando a ligação desta ciência com a história: *A Geografia não pode dispensar-se da coadjuvação da História, porque não pode deixar de ser uma ciência real das relações do nosso globo com o espaço; da mesma sorte que a História, ocupando-se da sucessão dos acontecimentos no tempo, tem necessidade de um teatro, em que se operam os fatos que relata. O objeto da Geografia é o estudo da superfície da terra; mas não merecera o nome da ciência se se contentasse de estudar somente as formas materiais, e os acidentes que a cobrem. A superfície da terra é o teatro da atividade do homem; ela se modifica debaixo de sua ação, e com ele está em uma relação eterna.* Citado em Domingues, H. M. B., *op. cit.*, p. 170.

possibilidade de mão-de-obra da região. Esses administradores desejavam conhecer a cultura dos índios dos rios explorados com a intenção de saber quais os grupos mais afeitos ao trabalho e quais teriam mais aptidões para alçarem graus de civilização. No embate já esperado, resultante do iminente contato, a barbárie era representada pelos índios e a civilização pelos seus defensores: políticos, cientistas e escritores. Como já ficou patente, o processo civilizador idealizado por esses grupos, ligados sobremaneira à necessidade de domínio do meio natural e dos grupos humanos que o habitavam, caracterizou a finalidade funcionalista da etnografia também no Brasil daquele período, aplicada pelas explorações nacionais no estudo da formação dos grupos indígenas, de seu modo de sobrevivência, sua organização com o intuito ulterior de elevá-los ao grau de civilizados por meio de seu ingresso nas formas modernas do trabalho.

Em 1864, o presidente Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda encarregou o engenheiro João Martins da Silva Coutinho e o prático Manoel Urbano da exploração dos rios Hiupura, Ituxi e Madeira. Sua missão era, essencialmente, verificar a possibilidade da comunicação do Amazonas com o Mato Grosso e com a Bolívia, promovendo assim a navegação e o comércio. Além desse objetivo, outras instruções não menos importantes foram transmitidas aos exploradores, instruções que demonstram a preocupação em se fazer conhecer a geografia dessas áreas e as populações indígenas que as habitavam. Em seu relatório, após fazer um resumo da exposição de Silva Coutinho sobre a exploração inacabada do rio Purus, Adolfo de Barros exprime desejar prosseguir com o “louvável empenho de alguns antecessores”, no sentido de descobrirem uma comunicação entre o rio Purus e o Madeira, acima das suas cachoeiras, para verificar a franca navegação. Nas recomendações a Manoel Urbano da Encarnação para a exploração do principal afluente do Purus, o rio Ituxi, o presidente solicitava que:

- 1. Subisse o rio Ituxi em toda sua extensão navegável, procurando verificar se por si, ou por algum seu afluente, comunica com o Madeira.*
- 2. Observasse a navegabilidade dos rios que percorresse, e indicasse os lagos, pedras, saltos, bancos e outros fenômenos dos mesmos; figurando por horas as distâncias das diversas tribos e rios entre si, e sondando-os tanto na subida como na descida.*
- 3. Relacionasse as tribos de índios, com discriminação das conhecidas daquelas que não o são, calculando aproximadamente a população, e mencionando as indústrias e os costumes de cada uma.*

4. Procurasse, na falta de comunicação fluvial, o mais curto trajeto para o Madeira, em altura que salva as cachoeiras, verificando a qual das duas províncias pertence o território, por onde atravessasse de um a outro rio.

5. Determinasse com a possível exatidão a extensão desse trajeto, indicando a natureza do terreno, gênero da produção, índole e caráter das tribos aí existentes, e o mais que fosse de interesse.

*Como vedes, é uma exploração modesta, mas que pode trazer um resultado de elevadíssimo alcance para a província e para o Império.*¹¹⁸

Conhecer a vida dos índios que viviam espalhados pelo imenso território teve importância, de modo geral, porque eram vistos como os potenciais substitutos dos escravos negros. Todavia, na Província do Amazonas, isto não se aplicava e, em verdade, eles eram os reais trabalhadores com os quais a região podia contar. Aos índios, os presidentes dispensaram uma preocupação especial, sobretudo quando criticavam a política indigenista do Império (contida no Regulamento das Missões de 1845), vista como impraticável pelos presidentes por diversas razões, sobretudo devido à atitude dos diretores dos índios, que, ao contrário de promoverem a civilização, afastavam os “selvagens” e “infelizes” índios dos cômodos da vida em sociedade. Nota-se, nos discursos dos presidentes do Amazonas, a proeminência da idéia de que os índios deveriam ser tutelados pelo Estado, ainda mais quando expunham que ambos dependiam um do outro: o Estado, dimensionado nos relatórios pela província, tão carente de “braços” para o seu desenvolvimento, e os índios esquecidos à própria sorte e entregues às facilidades da natureza sem a intervenção de um governo que se dizia “cristão” e “livre”.

O que se passou na Província do Amazonas, representada nos relatórios dos presidentes como uma região vasta e desconhecida, permite compreender que as explorações desempenharam um papel essencial em suas administrações, e durante as quatro décadas foram sugeridas, expostas e solicitadas nas Sessões Ordinárias da Assembléia Legislativa. Os presidentes pediam aos deputados que pensassem no assunto e ajudassem na efetivação das solicitações. Outras vezes, denunciavam a falta de interesse dos políticos regionais em procurar conhecer as potencialidades naturais da própria província bem como a falta dos meios materiais para a realização das explorações. Fato significativo e que marcou muitas administrações foi que os presidentes sem o apoio local e central, nas duas décadas finais do Império, procuraram reunir os meios necessários para essas empresas através de embarcações e pessoas

¹¹⁸ Relatório Provincial de Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda de 1864, p.31.

habilitadas da própria província. Buscaram, desta maneira, a solução improvisada para uma questão que viam como essencial, sobretudo nesse período marcado pelo aumento da procura pela borracha. Envolvido pela necessidade de conhecer e utilizar as potencialidades da natureza do Amazonas, em 1883, o presidente José da Cunha Paranaguá relatou à Assembléia Legislativa suas ações para empreender a exploração dos rios navegáveis da seguinte maneira:

Na fala que tive a honra de dirigir a esta Assembléia na sessão do ano passado, pude aludir à necessidade de promover todos os melhoramentos materiais da província entre os quais ocupa lugar importantíssimo a exploração dos seus rios navegáveis.

Nada mais natural, com efeito, do que, quando vemos viajantes estrangeiros, no puro interesse da ciência, empreender no Amazonas explorações mais ou menos arriscadas, ver também a província interessar-se por abrir novas vias de comunicação, e com a vulgarização da riqueza dos seus produtos, patentear novo campo à atividade industrial e ao comércio. Compreendeu-a muito perfeitamente a Assembléia Provincial, e consignou na lei do orçamento do exercício corrente o credito de 30.000\$000 para a exploração dos rios.

Havia, entretanto, um obstáculo à realização deste pensamento: era não dispor a província de pessoal técnico, nem de material indispensável. Entendi, porém, que esse obstáculo poderia ser vencido com vantagem, confiando o serviço da exploração ao pessoal e lanchas da flotilha de guerra aqui estacionada, que nele pudessem ser empregados sem prejuízo do serviço; e, de acordo com o digno comandante da flotilha, designei para explorar o rio Urubu o 1º tenente da armada Antônio Madeira Shaw¹¹⁹.

Ainda no mesmo relatório, Paranaguá faz suas recomendações relativamente aos estudos que desejava ver efetuados nessa exploração. Tendo partido o tenente, da capital da província, em 16 de outubro de 1882, levou consigo as seguintes instruções:

estender a exploração desde a foz daquele rio, no lago Sacará, até o último ponto navegável, fazendo o levantamento da respectiva planta e assinalando em escala que apresente todos os detalhes a boca dos seus afluentes e lagos; para reconhecer por meio de sondagens se o rio presta-se à navegação e até que ponto, e, havendo obstáculos, se poderão ser removidos; medir a velocidade das águas e principalmente das correntezas, estudar a natureza das margens afim de reconhecer se o terreno presta-se à agricultura, conhecer quais são os seus produtos naturais, e se contém minerais; colhendo todas as informações que pudesse obter dos moradores do lugar e práticos¹²⁰.

¹¹⁹ Relatório Provincial de José da Cunha Paranaguá de 1883, p.88-89.

¹²⁰ *Idem*, p.89.

Com a apresentação do relatório, acompanhado do respectivo mapa, Paranaguá desejava mandar imprimir-lo e litografá-lo para que fossem submetidos ao conhecimento dos deputados os dados sobre a “riquíssima região”. O motivo que determinou a exploração do rio Urubu, para este presidente, foi:

*a suposição de que, nascendo ele nas proximidades da Guiana Holandesa, atravessasse campos apropriados à criação de gado e freqüentados por tribos mansas de índios, que presume-se serem os próprios Uaimiry do rio Jauapery, com o qual é crença que se comunica*¹²¹.

À época em que a exploração gomífera já dava mostras de sua importância econômica, as explorações se deram com o intuito de investigar onde melhor se desenvolveria o cultivo regular da seringueira e de outros produtos nativos. Como exemplo desse pensamento, o relatório do engenheiro Silva Coutinho, apresentado ao presidente Sinval Odorico de Moura, em 1863, em que manifesta preocupação tanto com a cultura da seringueira como com o conhecimento sobre a geografia local e sobre os índios do rio Purus. Em seu relatório, o presidente José da Cunha Paranaguá demonstra que leu o relatório do engenheiro e que utilizou suas informações para repassá-las, de forma resumida, em sessão ordinária, aos deputados¹²². Além de esboçar planos para a civilização dos índios e para a extração regular da salsa e da seringa, ele escreveu:

Aquele engenheiro apresentou-me o seu relatório sobre a exploração do rio Purus. O trabalho dividi-se em cinco partes. A primeira trata da hidrografia da região do Purus compreendendo a descrição do rio, seus afluentes, lagos, bacias e rios, variação do nível das águas na enchente e vazante, regime na navegação, etc.

A segunda é uma análise sobre o que se tem escrito a respeito das correntes, que descem dos Andes nas proximidades de Cuzco, e considerações sobre as cabeceiras do Purus e Hhiupurá.

A terceira compreende a descrição dos índios, costumes, propensões, etc... catequese e estabelecimento de missões, etc.

A quarta trata das produções do reino vegetal, da indústria, meios de melhorar o sistema de trabalho empregado na extração das drogas.

A quinta sobre meteorologia.

¹²¹ *Idem*, p.89.

¹²² Anexo ao Relatório, de 1863, de Sinval Odorico de Moura, encontra-se a “Breve notícia sobre a extração da salsa e da seringa”, de autoria de Silva Coutinho, da qual o mesmo presidente embasou suas informações emitidas aos deputados.

Os práticos informam que para diante as circunstâncias variam pouco, que durante a enchente navegariam com facilidade grandes canoas, e maiores navios se lá fossem...

Os terrenos são mui férteis, e as melhores drogas abundam extraordinariamente; o rio é piscoso e há extensos campos na margem direita, do Mucuím em diante, onde a criação de gados pode-se desenvolver em grande escala.

É de 18 o número de tribos conhecidas no Purus. Quase todas são propensas ao trabalho, tem boa índole, e facilmente entrariam no grêmio da sociedade. É de grande vantagem o estabelecimento de missões nesse rio importante. O resultado imediato seria termos um acréscimo de 12 mil produtores, e mais tarde de 12 mil defensores da fronteira. Não é menos urgente regularizar-se o trabalho da extração das drogas.

Como demonstra o relatório, só em quatro léguas quadradas a plantaçaõ da salsa daria 936:250\$000 réis anualmente; isto é, valor superior ao de toda produçaõ da província!

A cultura da seringueira não é menos rendosa. Um quadrado de meia légua de face acomoda 30 mil seringueiras, deixando-se lugar para roças, pastos, casas, etc. extraíndo-se de 16 libras de seringa e vendendo-se a 10\$000 a arroba, o produto sobe a 150:000\$000!...

Sobre a extração da salsa e da seringa achareis entre os anexos uma memória escrita pelo dr. João Martins da Silva Coutinho, trabalho recomendável pelo interesse do assunto, e que deve merecer a atenção dos produtores da província¹²³.

A partir das explorações de engenheiros nacionais, os presidentes do Amazonas procuraram conhecer as potencialidades naturais e humanas, e alimentaram a certeza de que a região estava predestinada à agricultura, que seus habitantes eram propensos à vida civilizada e que um grande futuro estava iminente.

2.3. As Exposições Nacionais da Indústria: oportunidades para expor as riquezas e potencialidades da natureza.

Através da institucionalização das pesquisas científicas, com a criação de museus e do Instituto Histórico e Geográfico, o Brasil pretendeu lançar mão de um propósito civilizador. Para isso, parte das condições era que escritores, cientistas nacionais e políticos demonstrassem que a civilização no Brasil poderia ser alcançada¹²⁴. Nesse processo, como um dos exemplos, o índio foi escolhido como objeto de estudo da nascente Antropologia Física do Império, e alvo de debates científicos e políticos que

¹²³ Relatório Provincial de Sinval Odorico de Moura de 1863, p.38-40.

¹²⁴ Schwarcz, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

envolviam especificamente seu futuro. Visto como uma das matrizes da nacionalidade, mesmo assim esses debates preconizavam seu fim, sobretudo por intermédio de sua miscigenação com a sociedade nacional então em formação¹²⁵.

Sobre a questão da possibilidade da civilização do índio, e como prova das contradições evidenciadas com o desejo de tornar o Brasil uma nação moderna, no dia 29 de julho de 1882, foi inaugurada a primeira Exposição Antropológica Brasileira, organizada pelo Museu Nacional. Nesta exposição, destinada, essencialmente, a apresentar aspectos históricos, etnográficos e antropológicos da presença indígena no Brasil, havia uma visível oposição de idéias, pois, ao mesmo tempo em que as origens indígenas do Brasil eram retratadas, era também exposta uma visão negativa sobre a presença deles no país.

O então diretor do Museu Nacional, Ladislau Netto, quando proferiu o discurso de abertura da exposição, dirigido à honrosa presença do Imperador, justificou que o maior objetivo do evento era “soerguer o Império do Brasil ao nível da intelectualidade universal, na máxima altura a que pode ela atingir além do Atlântico e nas extremas luminosas ao norte do continente americano”¹²⁶. Pode-se então depreender desse discurso a declarada “vocação civilizadora”¹²⁷ dessa exposição, assim como nas Exposições Nacionais da Indústria promovidas pelo Estado.

Além de exposições organizadas por museus, outras relacionadas ao estado da indústria foram realizadas sob a tutela do Império brasileiro em nível provincial e nacional. A província do Amazonas participou desses eventos e promoveu uma apresenta o local. Antes, porém, de falar especificamente sobre como foram preparadas e sobre as implicações que estas exposições trouxeram para a atividade industrial no Amazonas,   necessário comentar as exposições universais que marcaram a segunda metade do século XIX e o início do XX, posto que a partir destas os objetivos e a ideologia das exposições nacionais serão compreendidos, assim como a existência de problemáticas envolvendo a participa o do Amazonas.

As exposições universais constituem uma das mais ricas oportunidades de estudo sobre a ideologia burguesa do período que vai da segunda metade do século XIX

¹²⁵ Monteiro, John Manuel. “As raças indígenas no pensamento brasileiro do Império”. In: Chor, Marcos e Santos, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, p.15-22.

¹²⁶ *Idem*, p.15.

¹²⁷ Hardman, Francisco Foot. *Trem-Fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 90.

até a Primeira Guerra Mundial, pois, através desses eventos, desejava-se articular, projetar e afirmar as imagens de progresso dos países participantes.

Como festa da modernidade, para celebrar a riqueza econômica e o progresso tecnológico dos países, também podem ser encaradas como “uma das primeiras amostras bem-sucedidas de cultura de massa”¹²⁸, já que envolviam a organização de espetáculos para o público, em que o exotismo de várias partes do mundo e a magia da mecânica promoviam os apelos necessários para que fossem prestigiados. Conforme Francisco Foot Hardman, deve-se ter em mente que o entusiasmo pelo progresso material não se apresentou como algo uniforme, já que o setor da indústria moderna era ainda minoritário não só nas exposições, mas no conjunto das sociedades européias. A inovação tecnológica, o sistema de trabalho fabril e a publicidade como apelo ao consumo de massa apresentados nessas exposições universais da segunda metade do século XIX, representaram, em grande medida, experimentos de vanguarda. O que o público assistiu nesses eventos não foi especificamente a exposição dos produtos da indústria moderna, ele também encontrou produtos artesanais, agrícolas e minerais, que em verdade eram majoritários na disposição dos objetos, aspecto que indica uma herança do enciclopedismo¹²⁹. Manteve-se a febre classificatória que, no caso das exposições, juntou-se com um “desejo ilimitado de exibir o máximo” de “tradição e novidade, (de) técnicas rudimentares e experimentais”¹³⁰.

Muito embora fosse o propósito das exposições universais externar a ideologia burguesa do progresso, sobretudo, das nações mais abastadas, por meio dessa moderna *exhibitio* do capital burguês, o Estado Monárquico teve marcada a sua presença. As casas reais tanto financiaram e visitaram as exposições como foram convertidas em objetos de exibição. Estratégia que revela que o enobrecimento do espaço nesses eventos funcionaria como um meio de afirmar a supremacia das mercadorias exibidas.

O Brasil, durante o período monárquico, participou das exposições universais de 1862 (Londres), 1867 (Paris), 1873 (Viena), 1876 (Filadélfia) e de 1889 (Paris). Para Foot Hardman, os relatórios produzidos durante esses eventos são reveladores da importância econômica, política e cultural que as exposições representaram para o país. Através desses documentos pode-se entrever que não eram empreendimentos deslocados dos objetivos de desenvolvimento do Império; na verdade, as exposições

¹²⁸ *Idem*, p. 63.

¹²⁹ “Daí a vocação abrangente daqueles certames, reunindo tradição e novidade, técnicas rudimentares experimentais, dentro do espírito enciclopédico de classificar todas as coisas do mundo, espécie de utopia ansiosa em não perder nada de vista.” Cf. *Idem*, p.71.

¹³⁰ *Idem*, p.71.

universais determinaram a organização de exposições nacionais e provinciais, e todas funcionaram como preparação para a participação do Brasil em nível mundial.

Organizadas pelo Estado brasileiro, as exposições nacionais e provinciais representaram boas oportunidades para um balanço e um inventário das forças produtivas e dos bens produzidos em escala regional. Ao todo, foram organizadas, sob o patrocínio do governo central, as exposições nacionais de 1861, 1866, 1873, 1875 e 1889¹³¹. Apesar da existência de debates nessas exposições, envolvendo empresários de manufaturas nacionais e representantes da agricultura, o pensamento dominante foi o desenvolvimento de uma indústria no Brasil combinada às atividades agrícolas, posto que o próprio sentido de indústria existente no país nesse período possibilitava esta relação. A indústria era vista como uma atividade plástica, ainda não havia se espalhado pela elite econômica e intelectual um sentido de produção ligado estritamente à fábrica¹³². No caso da província do Amazonas, os presidentes manifestaram claramente que o desenvolvimento da indústria na região deveria caminhar junto com o desenvolvimento da agricultura.

Da mesma forma como as exposições universais exibiram seus produtos e mercadorias, as exposições nacionais e provinciais brasileiras também o fizeram. Cada objeto no seu devido lugar e com a devida descrição. O trabalho de classificar e inventariar coube, no caso do Amazonas, aos engenheiros nacionais. O mais atuante organizador dos produtos artesanais e naturais destinados a esses eventos foi Silva Coutinho, conforme já comentado, e que, durante uma década, estudou as potencialidades da natureza amazônica.

Em 1861, para a comemoração do “aniversário natalício”¹³³ do imperador, foi promovida uma exposição nacional da indústria. A província do Amazonas não foi esquecida. No dia sete de outubro daquele mesmo ano, a comunicação oficial foi recebida pelo então presidente Clementino Carneiro da Cunha, sendo que, no dia vinte e cinco do mesmo mês, os produtos inventariados deveriam seguir para a corte.

¹³¹ Outras exposições contaram com patrocínio e objetivos diferentes, como por exemplo, a Exposição Industrial do Rio de Janeiro, de 1881, que visava a promoção de produtos e equipamentos manufatureiros. Este evento foi organizado por uma entidade de classe: a Associação Industrial. *Idem*, p. 84.

¹³² Havia pessoas neste período, como André Rebouças, que defendiam uma industrialização do Brasil diferente daquela ligada somente ao setor agrário. Engenheiro formado na Academia Militar do Rio de Janeiro, preocupava-se com a modernização do Brasil em relação ao progresso material e social, engajou-se na confecção de projetos para construção de estradas de ferro, construção de portos, companhias de exploração madeireira, etc. Após ter acompanhado a família real no exílio de 1889, em seu diário demonstrou um desencanto em relação às possibilidades de mudanças na “estrutura senhorial do poder político brasileiro”. Araújo, Hermetes Reis de. “Da mecânica ao motor: a idéia de natureza no Brasil no final do século XIX”. *Projeto História*, PUC-SP, n.23, p.151-167, nov.2001. Ver Hardman, *op. cit.*

¹³³ Relatório Provincial de Clementino Carneiro da Cunha de 1862, p.16.

Circunstância que gerou uma verdadeira corrida contra o tempo, exigindo da comissão interna encarregada da catalogação de artefatos e produtos naturais que vencesse as barreiras impostas pela falta de material e pela vastidão do território. Tanto no relatório de Carneiro da Cunha quanto nos relatórios dos integrantes da comissão organizadora, é visível o desejo de levar a província para o que esse presidente chamou de a “festa da inteligência e do trabalho”¹³⁴.

No prazo de quinze dias, foram coligidos os produtos naturais e os artefatos da indústria local, que “ainda mesmo atrasada” deu provas de sua potencialidade econômica. Sobre esse aspecto, é esclarecedor o depoimento de Carneiro da Cunha:

*A modesta coleção dos produtos do Amazonas representou sua riqueza, que se pode dizer ainda obra da natureza, e exibiu uma prova do engrandecimento, a que atingirá, logo que a indústria vier explorar seus tesouros e opulência natural*¹³⁵.

A participação da província nessa exposição foi marcada pela atuação de Antônio Gonçalves Dias, presidente da comissão¹³⁶. Em seu relatório, apresentado ao presidente Carneiro da Cunha, Antônio Gonçalves Dias teceu elogios aos integrantes da comissão e aos “filhos da cidade” que compreenderam o sentido e a importância do evento, posto que a população local doou artefatos e produtos naturais. O poeta ainda fez questão de enumerar e comentar as dificuldades encontradas para o desenvolvimento da tarefa, obstáculos referentes especificamente à imensa extensão da província e à falta de um transporte mais organizado. O resultado ficou a contento de todos, contudo ele expressou o seguinte desabafo:

Esta Província tão magnificamente dotada pela Providência, apesar de seus esforços e patriotismo ficará sendo tão mal representada para o que poderia ser, que a exposição dos seus produtos não pode senão dar uma fraca idéia do que ela é, um vislumbre apagado do que poderia vir a ser. Posso dizê-lo sem

¹³⁴ *Idem*, p.16

¹³⁵ *Idem*, p.16-17.

¹³⁶ Em anexo ao relatório de Clementino Carneiro da Cunha, temos os nomes dos integrantes e suas respectivas atribuições: “O relatório dos objetos marcados com algarismo mas sem ser acompanhado de alguma letra versa sobre amostras mineralógicas - trabalho do Sr. João Martins da Silva Coutinho; O relatório (A) trata de madeiras de construção naval, cordoalha e objetos que dizem respeito à navegação - Sr. I Tenente Rufino Luis Tavares; O relatório (B) do Sr. Major Sebastião José Bazillio Pyrro trata de madeiras de construção e de Marcenaria; O relatório (C) sobre óleos, leites, resinas é do senhor Dr. Antônio José de Freitas Junior; O relatório (E) de objetos ethnographicos, armas, ornatos, artefatos indígenas e curiosidades naturaes - de Antônio Gonçalves Dias; O relatório (F) de matérias de comércio e indústria, e tudo mais que não coube nos anteriores relatórios ficou a cargo dos Srs. Drs. Antônio José Moreira, João Martins da Silva Coutinho e Antônio Gonçalves Dias”. Relatório Provincial de Clementino Carneiro da Cunha de 1862, nota p.1.

exageração de provincialismo; porque não sendo natural da Província, ufano-me todavia de a conhecer melhor do que muitos de seus filhos. Um ano pelo menos, com contos de réis, e um administrador que, como V. Ex. se interesse de coração por estas coisas, seriam apenas bastantes para que a exposição de seus produtos não fosse de todo deficiente, mas essa despesa estaria muito longe de improdutiva, quando se considera que as exposições só tem por alvo abrir novos horizontes à indústria e à riqueza das nações”¹³⁷.

Em 1866, a província do Amazonas contou com outra oportunidade de exibição de suas realizações. Não houve mais tantas adversidades como em 1861. A comissão teve mais tempo para catalogar os produtos naturais e os artefatos que tanto seriam exibidos na exposição nacional, no Rio de Janeiro, como na própria província, sendo esta última sua primeira e única experiência em tais eventos. O presidente da comissão e que representou o Amazonas na corte foi o engenheiro João Martins da Silva Coutinho.

Antônio Epaminondas de Mello, então presidente, em virtude da deliberação do governo central “que mandou fazer exposição de produtos agrícolas e industriais e de obras de arte”¹³⁸, expediu ordens para a nomeação da comissão, ordenou também que este grupo se reunisse todas as quintas-feiras e, quando sentissem necessidade, poderiam se reunir em suas próprias casas. Com a proximidade da abertura da exposição local, marcada para o dia vinte e nove de junho, o presidente achou necessário nomear auxiliares. Todos os membros, efetivos e auxiliares, demonstraram zelo em seus trabalhos, porém, para Antônio Epaminondas, em comentário semelhante ao de Gonçalves Dias sobre a exposição de 1861, o resultado a que chegou a catalogação dos produtos estava longe de corresponder aos recursos e riquezas naturais oferecidos pelo Amazonas.

No programado dia vinte e nove de junho de 1866, a província do Amazonas já contava com um novo administrador, Adolfo Ramos Ferreira. Foi ele quem procedeu à inauguração da exposição provincial. Esta exposição permaneceu aberta ao público durante cinco dias, e as entradas foram gratuitas por ordem sua. De acordo com as observações de Ramos Ferreira, a exposição “abundou em produtos naturais, bem como em artefatos de índios selvagens”, porém apresentou um menor número de objetos ligados à indústria e às artes. Em seu relatório, Ramos Ferreira fornece o número de

¹³⁷ Relatório Provincial de Clementino Carneiro da Cunha Relatório de 1862; Ofício do presidente da comissão, Antonio Gonçalves Dias, p. 03.

¹³⁸ Relatório Provincial de Antônio Epaminondas de Mello de 1866, p.305.

visitantes, que chegou a um total de 631 pessoas¹³⁹. Todos os produtos exibidos na capital do Amazonas seguiram para o Rio de Janeiro no dia dez de julho sob os cuidados de Silva Coutinho.

Quando dos trabalhos para a organização da participação do Amazonas na Exposição Nacional de 1873, mesmo tendo sido oficializada com o decreto de 30 de abril do ano anterior, a comissão¹⁴⁰ responsável pela reunião dos produtos amazonenses apresentou tamanhas dificuldades que inviabilizaram a realização do evento em nível local. Os entraves que levaram o presidente Domingos Monteiro Peixoto a dispensar a realização da exposição na capital da província e optar apenas pelo envio de “importantes amostras de suas riquezas” à Corte deveram-se a uma alegada exigüidade de tempo, agravada por coincidir com a “época em que a população se achava espalhada e nos trabalhos dos seringais”. Mesmo assim, procurou auxiliar a comissão, pois seu desejo era o de que o Amazonas “figurasse naquela festa do trabalho”¹⁴¹. Além da comissão principal, nomeou “comissões parciais” em todos os municípios e designou às Câmaras Municipais o concurso de todas para que a província “concorresse dignamente à exposição”¹⁴².

Em 1875, o Amazonas organizou sua participação na Exposição Nacional, que serviria como uma preparação para a exposição universal em Filadélfia. Antes dessas duas etapas, deveria ter lugar uma exposição provincial, mas a comissão achou melhor que não acontecesse devido à falta de produtos suficientes para a realização dessa “festa industrial”¹⁴³ em sua versão local. No ano de 1878, o presidente, Barão de Maracaju, em seu relatório, emitiu queixas relativas ao não recebimento de nove diplomas devidos aos expositores premiados na quarta Exposição Nacional e na Exposição de Filadélfia, e aproveitou a ocasião para agradecer ao “patriótico empenho”¹⁴⁴ desses participantes “que concorreram para representar de um modo condigno o progresso e a categoria da nossa pátria naquele grande certame da indústria e civilização”.

Todavia, o aparente entusiasmo esconde que, para os presidentes do Amazonas, havia sempre um grande descompasso entre a riqueza existente na região e a

¹³⁹ O presidente Ramos Ferreira não deixou de distinguir que se tratavam de: 192 senhoras e 439 cavalheiros. Relatório de Gustavo Adolfo Ramos Ferreira de 1866, p. 06.

¹⁴⁰ A comissão foi composta pelo Coronel Graduado Antônio Tiburcio Ferreira de Souza, Comendador Alexandre Paulo de Brito Amorim, Major Francisco Antônio Monteiro Tapajós e os comerciantes José Antônio da Costa e José Teixeira de Souza. Fala do Presidente Domingos Monteiro Peixoto de 1873, p. 47.

¹⁴¹ Fala do Presidente Domingos Monteiro Peixoto de 1873, p.47.

¹⁴² *Idem*, p.47.

¹⁴³ Relatório Provincial de Domingos Monteiro Peixoto de 1875, p.37.

¹⁴⁴ Fala do Presidente Rufino Eneias Gustavo Galvão (Barão de Maracajú) de 1878, p.62-63.

quantidade de produtos enviados para as exposições. Eles nunca demonstraram satisfação plena, apesar de tecerem elogios aos envolvidos nas comissões organizadoras. Como maiores representantes dos ideais de civilização e progresso do Império, os presidentes do Amazonas, em seus relatórios, explicitavam as dificuldades surgidas durante a preparação da participação da província nesses eventos, porém não deixavam jamais de participar, demonstrando sempre a vontade de expor as riquezas da natureza e suas potencialidades econômicas.

No decorrer do século XIX, sobretudo em sua segunda metade, o Brasil viveu um processo de institucionalização das ciências. Processo que teve na dianteira as ciências naturais, desenvolvidas num primeiro momento pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro, que foi o grande responsável pela profissionalização de brasileiros como naturalistas. Com o surgimento de outros museus¹⁴⁵ de mesma natureza no país, os interesses de estudos das ciências naturais foram afirmados, mas outras áreas de conhecimento também elaboraram suas pesquisas, como a antropologia e a etnologia¹⁴⁶. A segunda metade do século XIX é marcada por um movimento de revisão cultural, em que a atividade científica brasileira, apesar da distância em relação ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia européias, apresentou mesmo assim significativo incremento. Contudo, nem o movimento na cultura nem a busca pela modernização, levados adiante pelos cientistas nacionais, foram acompanhados pela elite política do Império, que não teve modificada sua concepção sobre natureza. A partir da visão de uma natureza fecunda, essa elite pretendeu inscrever o Brasil ao lado das demais nações civilizadas. Pretensão que se imaginava possível de ser alcançada devido à convicção de que a existência de um meio natural tão extenso e exuberante representava a prova da “vocação agrária” do país.

Apesar de não apresentar os meios ideais para uma modernização desejada, o Império procurou utilizar os recursos com os quais podia contar para esse processo. Por meio da natureza, própria para a agricultura e esta combinada a uma indústria plástica, o país teria com certeza um lugar entre as nações civilizadas e a província do Amazonas uma grande participação nesse empreendimento.

¹⁴⁵ No capítulo III, faço um comentário sobre a criação do Museu Botânico do Amazonas como indício de uma atitude mais pragmática dos presidentes para a organização da natureza na última década do período provincial.

¹⁴⁶ Lopes, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

2.4. Civilização e progresso econômico-moral no discurso dos presidentes do Amazonas.

Os políticos do Segundo Reinado, como já foi dito no Capítulo I, procuraram ressaltar em seus discursos o pensamento de que representavam a civilização no Império. A partir de suas considerações sobre diversos assuntos, eles deixaram claro que tinham consciência da incumbência da realização dos ideais de desenvolvimento econômico e moral da nação. Buscando a promoção junto aos deputados provinciais dos meios necessários para a execução desse projeto, o Amazonas teria assegurado um futuro próspero¹⁴⁷.

O projeto para a civilização do país pretendeu ser um movimento geral. Dentro dessa busca, empreendimentos como exposições sobre o estado da indústria no Brasil deixaram evidente que o desenvolvimento da nação deveria ser mostrado a partir do que já possuía em relação aos recursos naturais e do que poderia ser construído com o gerenciamento deles. Através de exposições nacionais e provinciais promovidas pelo Estado Monárquico, foram reunidas uma série de informações sobre a situação da indústria no país e, ao mesmo tempo em que mostraram um país rico em possibilidades de desenvolvimento, tornaram evidentes as contradições econômicas e sócio-culturais. Projetava-se uma indústria combinada com a vocação agrária da nação.

Os presidentes do Amazonas, seguindo as recomendações do Ministério da Agricultura e Obras Públicas, organizaram a participação da província em algumas exposições nacionais, além de promoverem uma exposição provincial, como foi mostrado. Apesar de exporem em seus relatórios considerações lastimáveis sobre o estado da indústria na região, sucumbiram ao desejo de afirmar sua potencialidade natural.

Com o intuito de reunir informações sobre o vasto território da província, investigações sobre o meio natural e social foram realizadas a pedido de muitos presidentes, conforme demonstrado, pois estes sentiram necessidade de conhecer as riquezas naturais e as propensões para o trabalho da população local. Para esta tarefa,

¹⁴⁷ Otoni Mesquita também expressa essa idéia quando informa que os discursos dos presidentes exprimem e evidenciam uma consciência do papel de administradores do “projeto civilizador”. O mesmo autor diz ainda que: “a figura do presidente da província representava o ponto mais alto da hierarquia administrativa provincial. Em geral, eram ocupantes dos cargos administrativos mais elevados (...). Seus discursos constituíam uma das principais manifestações da estrutura de Estado e, muitas vezes, evidenciavam as idéias políticas e administrativas que os colocava como os representantes da civilização”. *La Belle Vitrine: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890-1900)*. Tese de doutorado, UFF, 2005, p. 143-144.

engenheiros nacionais foram enviados à província e se dedicaram a estudos que englobavam geologia, hidrologia, mineralogia e etnografia, conhecimentos que formavam o conjunto dos interesses da geografia naquele período. Outrossim, as Explorações Nacionais e as Exposições Nacionais da Indústria constituíram para os presidentes oportunidades para conhecer, classificar e ordenar a natureza da província, além, é claro, de fornecer informações sobre os habitantes no que dizia respeito a suas práticas de trabalho, costumes e relação com o meio natural.

A partir das exposições e explorações que efetuaram, respectivamente, o recolhimento de materiais e a produção de informações, os presidentes conheceram com maior propriedade os “problemas” da região que retardavam a civilização e o progresso regional. Mas, que ideal de civilização e progresso queriam os presidentes instaurar no Amazonas e o que entendiam por isso?

Antes de prosseguir, é necessário fazer um breve comentário a respeito da relação entre as idéias de civilização e progresso, que costumam aparecer juntas, sobretudo no século XIX, e ao mesmo tempo relacioná-las com a concepção que delas tinham os presidentes do Amazonas para, assim, compreender o caráter desse pensamento no interior do discurso desses políticos.

A palavra civilização, que diz respeito a um processo, surgiu na história das idéias simultaneamente à concepção moderna de progresso¹⁴⁸. Civilização é um conceito que traz consigo a oposição entre si de outros conceitos ou categorias, como por exemplo, grego e bárbaro, maneiras do camponês e da corte, civilizado e selvagem, etc. No caso dos relatórios dos presidentes, esses pares de opostos configuravam-se em considerações sobre o estado econômico e social do Amazonas e sobre o ambiente natural. Neles, são muito evidentes oposições como: agricultura e extrativismo, progresso econômico-moral e decadência econômico-moral, homem e natureza, etc.

Uma das primeiras formas de uso do conceito de civilização apresentava uma formulação múltipla e variada para designar abrandamento dos costumes, educação, polidez, artes e ciência, desenvolvimento do comércio e indústria, etc. Como conceito unificador, ela passou a designar o processo que fazia de alguns povos, civilizados. Como conceito síntese da história da humanidade, passou a ser objeto de estudos desde o fim do século XVIII, momento em que os intelectuais possuíam como objetivo distinguir as condições e os constituintes materiais e morais da civilização¹⁴⁹. Nesse

¹⁴⁸ Starobinski, J., *As máscaras da civilização*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

¹⁴⁹ *Idem*, p.14.

aspecto, o importante não é identificar diferentes teorias ou filosofias que marcaram o conceito civilização, e sim compreender que os pensadores que dela se ocuparam, ao proclamá-la como o processo fundamental da história e sendo ela mesma, a civilização, o resultado final deste processo, procuraram identificar, mais que tudo, os seus fatores determinantes¹⁵⁰. No caso da Província do Amazonas, seus presidentes, por mais que exprimissem uma visão insatisfatória sobre o estado social dos habitantes, demonstravam em seus relatórios a fé na transformação do homem da região, posto que acreditavam na propensão para a vida civilizada dos “filhos do Amazonas”. Assim considerando, os presidentes eram, sob certos aspectos, partidários de uma noção una de humanidade, podendo ser remetida à idéia da perfectibilidade de Rousseau¹⁵¹.

Não se deve esperar, entre os intelectuais dos séculos XVIII e XIX, que tiveram o conceito de civilização como objeto de estudo, uma uniformidade de pensamento. Suas idéias de civilização expressavam significativas contradições internas e entre si, além de imprecisões quanto à forma como a definiam, ora compreendida como processo, ora como uma materialização do Estado. Quando a atenção se volta para os grupos políticos brasileiros da segunda metade do século XIX, o que se observa é a questão da civilização sendo entendida como um fim a ser concretizado por meio de um processo que seria levado adiante, sobretudo, pelo Estado. Acreditavam que o país estaria predestinado a alcançar um lugar no que, à época, chamavam de “concerto das nações civilizadas”. O estado econômico e social apresentava os indícios de que o processo civilizador seria desencadeado por meio das práticas agrícolas, que cultivariam de civilização os interiores ainda incultos do país. A Província do Amazonas, sob esse aspecto, apresentava uma situação bastante adversa para a materialização de um tal

¹⁵⁰ *Idem*, p.14. Para Mirabeau, foi a religião; para Rousseau a perfectibilidade; para outros, fatores escalonados durante o processo civilizador. Quando tratarmos da realização da civilização na Província do Amazonas, ver-se-á que a idéia da perfectibilidade da população, sobretudo a indígena, estava presente nas considerações dos presidentes, que acreditavam na potencialidade dos grupos locais em alcançar um grau civilizado de existência.

¹⁵¹ “Conceito chave na teoria humanista de Rousseau, a “perfectibilidade” resumia – conjuntamente com a “liberdade” de resistir aos ditames da natureza ou acordar neles – uma especificidade propriamente humana. Longe da concepção que será utilizada pelos evolucionistas no decorrer do século XIX, a visão humanista discorria, a partir dessa noção, sobre a capacidade singular e inerente a todos os homens de sempre se superarem. Afirmava o filósofo genebrino: “há uma outra qualidade muito específica que distingue os homens, a respeito da qual não pode haver contestação – é a faculdade de aperfeiçoar-se”. Via de mão dupla, “a perfectibilidade” não supunha, porém, o acesso obrigatório ao “estado de civilização” e à virtude, como supunham os teóricos do século XIX. “Será triste para nós vermo-nos forçados a convir que seja essa faculdade distintiva e quase ilimitada, a fonte de todos os males do homem, que seja ela que, fazendo com que através de séculos desabrochem suas luzes e erros, seus vícios e virtudes, o torna com o tempo o tirano de si mesmo e da natureza”. Schwarcz, Lilia M. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 p. 44.

projeto, como será demonstrado no Capítulo III. E mesmo assim, seus presidentes, ao mesmo tempo em que emitiam considerações negativas a respeito do estado econômico e social da região, viam o Amazonas civilizado como um horizonte possível.

A civilização apresentava-se ao Brasil da segunda metade do XIX como uma necessidade, sobretudo para o Amazonas, segundo o olhar dos políticos a frente dos cargos executivos e/ou com a tarefa de pensar a nação como um conjunto. O desenvolvimento das atividades individual e coletiva na busca pelo progresso econômico e moral, deveria ser externado. Os segmentos político e intelectual aspiravam a uma correção das imperfeições do estado social e do gênero humano brasileiros, e estes apresentavam uma vocação latente, ou seja, que poderia ser trabalhada como pensavam os presidentes do Amazonas em relação aos habitantes da região fossem eles mestiços ou mesmo os índios das missões e aqueles que ainda viviam “internados nas matas”.

A idéia de civilização, como devir e como valor, teve como principal foco irradiador a França revolucionária. Os intelectuais reivindicaram para aquela nação a vanguarda da civilização. “A linguagem pós-revolucionária consagrava a identificar os valores sagrados da Revolução com os da civilização e, em conseqüência, consagrava-se igualmente reivindicar para a França, país da Revolução, o privilégio de ser vanguarda da civilização”¹⁵². Aspecto importante é que esse papel nacional foi explorado na retórica do Estado, sobretudo na era napoleônica. E nesse aspecto, as demais nações européias que não se identificavam com esse espírito da civilização não ficaram imunes de uma suspeita de barbárie. Conseqüentemente, também houve uma suspeita de que a civilização defendida na França apresentava perigo à própria civilização. Perigo que emergia através da retórica de um discurso contra os valores consagrados pela Revolução que haviam sido externados, tais como liberdade e igualdade. A partir dessa inversão dos termos preconizados pelos revolucionários, o perigo passou a se encontrar, no interior da sociedade francesa, no igualitarismo e na revolta das classes populares. Se existia a ameaça de um mundo selvagem, o contra-discurso tentou proteger os valores cristãos por intermédio da educação e da propaganda de Estado¹⁵³. Como fica explícito nos relatórios dos presidentes provinciais, o Estado Monárquico brasileiro assumiu o papel de fomentador da civilização, papel

¹⁵² Starobinski, *op. cit.*, p. 35.

¹⁵³ *Idem*, p.40.

que foi muito explorado na sua retórica, espelhado sobretudo nos discursos dos presidentes do Amazonas.

Ao ser definida e reconhecida como um valor, civilização tornou-se uma norma moral, o critério que, no século XIX, serviria para medir, julgar e condenar as sociedades não-civilizadas, os selvagens, a barbárie. Ela passou a conviver muito bem com a idéia, logo tornada correlata, de progresso. Não bastava, portanto, para uma nação ser civilizada, ela deveria apresentar sinais objetivos de progressos científico, tecnológico e moral contínuos. Os presidentes do Amazonas sabiam que não adiantava somente indicar a riqueza natural da província e a propensão dos grupos humanos da região à civilização, eles precisavam provar mediante números, mapas, estatísticas, explorações e exposições o estado do progresso econômico-moral do lugar, ou mesmo apresentar suas possibilidades. Outrossim, as estatísticas sobre a produção agrícola, comercial, industrial e demográfica deveriam ser externadas, não obstante muitas vezes esses números não estarem imunes a contradições ou imprecisões devido à falta de pessoas habilitadas nas secretarias da província para a confecção de quadros anuais. Mesmo assim, esses números eram apresentados, com as devidas ressalvas, sobretudo quando não condiziam com uma realidade mais positiva¹⁵⁴. A natureza estaria de acordo com o projeto civilizador quando passasse a ser dominada e quando os habitantes fossem transformados em seus dominadores, e isto era o que desejavam apresentar os presidentes em seus relatórios, essencialmente através dos números da receita.

De acordo com Le Goff, até o final do século XVI, a idéia de progresso ainda não havia se manifestado¹⁵⁵. Conceito ocidental, a idéia de progresso sofreu transformações durante séculos no continente europeu. Na Antiguidade e na Idade Média, a acepção de progresso técnico e científico foi, como ele diz, semi-percebida¹⁵⁶, e o progresso moral foi somente pensado no final século XVIII, quando foi proposto que o progresso tecnológico trazia consigo o progresso moral. É necessário ter em mente que a idéia de progresso, em vários períodos da história, mantém as implicações sobre os objetivos e os juízos de valores que marcam os pensamentos de intelectuais

¹⁵⁴ Em relação aos números referentes à agricultura, ao comércio e à indústria, os quadros sobre a importação proporcionaram aos presidentes uma conclusão, até finais da década de 1860, de que esses ramos da economia não haviam tido êxito e que a capital era o lugar que mais sofria com a falta de alimentos como carne, café, açúcar, feijão, farinha, etc.

¹⁵⁵ Le Goff, Jacques. *História e Memória*. São Paulo, Ed. Unicamp, 1996, p.234.

¹⁵⁶ *Idem*. Segundo Le Goff, dentro das reflexões dos pensadores da Antiguidade, a idéia de progresso foi implícita. Na maioria das vezes, os pensadores gregos e romanos relacionaram progresso ao desenvolvimento técnico-científico que, ao mesmo tempo, representava uma regressão moral. Eliminaram a idéia de providência divina como obstáculo à idéia de progresso, mas conservaram um tom de pessimismo moral.

sobre as transformações de suas próprias sociedades. Deve-se entender o conceito de progresso presente nas diversas sociedades e tempos com base no seguinte questionamento: quais os critérios e os valores em que se inscreve a idéia de progresso? Quais os critérios e valores que guiaram o pensamento sobre o progresso entre políticos do Segundo Reinado, especificamente entre os presidentes da Província do Amazonas? Os critérios por eles utilizados para a aferição do grau de civilização na província diziam respeito à quantidade de fazendas, de colônias, de fábricas, de locais de comércio, dos números de exportação e importação, do número de povoados fixos. E o valor que guiava esses critérios era a agricultura, pois esta prática, além de ser a vocação do Brasil, também constituía o meio pelo qual seria alcançada a moralização dos costumes da população e o gerenciamento dos recursos da natureza.

Como já ficou prefigurado, acima, do século XVI até o XVIII, a idéia de progresso esteve longe de compor a pauta da maioria dos intelectuais¹⁵⁷, e mesmo aqueles que se propuseram a isto, o fizeram com limitações, conscientes ou inconscientes, não raras vezes contendo contradições implícitas¹⁵⁸. Ainda segundo o medievalista francês, num período que vai aproximadamente de 1620 a 1720, a idéia de progresso começa a ser afirmada no âmbito científico, para logo depois, em cerca de 1740, o conceito se generalizar no conhecimento histórico, filosófico e da economia política¹⁵⁹.

Sobre a idéia de progresso na área científica, seu surgimento deve-se a uma série de invenções e descobertas: a imprensa, o sistema copernicano, a obra de Galileu Galilei, o cartesianismo e o sistema de Newton¹⁶⁰. O pensamento racional, tributário do iluminismo, sedimenta a idéia de que o mundo físico, social e moral é governado por leis. Porém, dois obstáculos epistemológicos, segundo Le Goff, impedem a imposição do conceito de progresso nos séculos iniciais das Luzes. O primeiro está relacionado ao fato de que o modelo do progresso ainda é baseado no passado, ou seja, os pensadores humanistas, ao buscarem se desvencilhar do sentimento do progresso medieval, identificaram na Antiguidade Clássica as bases para sua noção de progresso. Como exemplo sobre a concepção dominante da história, verifica-se que ela ainda continuava cíclica nessa fase, passando por períodos de progresso, apogeu e decadência. Pairava certo pessimismo com relação ao desenvolvimento moral das sociedades em face do

¹⁵⁷ *Idem*, p.244-245.

¹⁵⁸ *Idem*, p.245.

¹⁵⁹ *Idem*, p.245

¹⁶⁰ *Idem*, p.245.

tipo de progresso técnico e científico que apresentavam. Até o século XVIII, via-se os progressos na ciência e na tecnologia como ameaçadores do progresso moral ou mesmo antagônicos¹⁶¹.

Até a primeira metade do século XVIII, a idéia de progresso ainda estava indefinida nas discussões dos pensadores das Luzes. Somente a partir da segunda metade daquele século, com os enciclopedistas, é que progresso figurará como uma de suas preocupações. Apesar das poucas vezes em que mencionaram a palavra e do sentido vago que deram a ela, progresso estava subordinado a outras noções como a de razão, natureza, humanidade e luzes. Grande parte dos iluministas continuava seguindo os humanistas em relação ao pensamento pessimista sobre progresso técnico e científico. É somente com a Revolução Francesa que o avanço do conhecimento passa a ser visto como um dos meios para se chegar ao progresso social devido ao valor dado à liberdade e à igualdade. Desse modo, o progresso passa a iluminar tanto o futuro quanto o passado¹⁶². Na França, a relação entre progresso técnico-científico e moral assume ligação estreita com a agricultura, pois a escola dos fisiocratas concebiam que a riqueza e o progresso da sociedade advinham, primordialmente, das práticas agrícolas¹⁶³. E com certeza, esse pensamento influenciou os políticos do Segundo Reinado no Brasil¹⁶⁴.

Será no século XIX, como conseqüência das idéias da Revolução Francesa e dos sucessos técnico-científicos produzidos pela Revolução Industrial, que o progresso moral passará a ser explicitado. Nesse período, recusa-se a perspectiva histórica do eterno retorno e os pensadores passam a acreditar que a humanidade, ao desenvolver conhecimentos e invenções, pode ascender a uma moralização da vida. Em conformidade com tais princípios, o positivismo de Comte, com sua visão organicista das sociedades, por sua vez, em estreita consonância com os ideais liberais e evolucionistas que apregoaram a concepção linear da história humana e natural. Tal orientação tomada pelo pensamento ocidental formou, adiante, a base para afirmações como a de que existiam sociedades mais aptas que outras na busca pelo progresso técnico e moral, e que, logo, serviriam de modelo para as menos aptas¹⁶⁵. É expressivo que o Brasil, por meio sobretudo da retórica, tenha buscado juntar-se a esse propósito da

¹⁶¹ *Idem*, p.245-247.

¹⁶² *Idem*, p.251

¹⁶³ *Idem*, p.251

¹⁶⁴ Araújo, H., *op. cit.*, p.152-153: “O debate sobre o lugar do Brasil no concerto das nações civilizadas permaneceu, até o início do século XX, especialmente em função da economia cafeeira, fortemente marcada pela idéia da “vocação agrária” inscrita em sua natureza tropical. Uma concep o de natureza que evocava uma fecundidade divina da terra, lembrando os postulados dos fisiocratas do século XVIII”.

¹⁶⁵ Schwarcz, L., *op. cit.*.

busca pela civilização e pelo progresso, transformando-o num dos principais assuntos entre políticos e cientistas nacionais, e fazendo-o presente em discursos que exprimem a “exuberância da linguagem civilizatória”¹⁶⁶.

A retórica, contudo, não mitiga nem as inações do cotidiano nem as contradições da política. Malgrado coubesse aos presidentes do Amazonas a defesa dos grupos autóctones ou há mais tempo enraizados, descrevendo-os como aptos à vida civilizada ou mesmo como tendo inata a capacidade de ascender a alguns graus de civilização, não podiam se furtar ao fato de que essa mesma busca pelo progresso trazia, muitas vezes, males que prejudicavam o desenvolvimento moral e econômico da província.

Embora encarnassem o projeto civilizador do Império e buscassem realizá-lo, nem por isso os presidentes calaram-se diante de circunstâncias desfavoráveis motivadas justamente pela execução desse projeto. Faziam críticas sutis ao Império, que exigia a civilização de seus habitantes, quando aquele não proporcionava os meios necessários. Essa crítica transparecia, principalmente, quando os presidentes tinham que falar da catequese e da civilização indígena, tópicos em que registravam desabafos sobre o Governo, que desejava ter os índios como trabalhadores, mas que não sabia como trazê-los à civilização, posto que a política indigenista daquele período, externada com o Regulamento das Missões, de 1845, demonstrou ser inadequado como instrumento de promoção e regulação, e mais propício à prática de crimes e descasos.

No início, o Regulamento das Missões foi visto como uma das formas de instilar nos índios princípios de civilização, como o trabalho disciplinado e a agricultura regular. Alguns anos após sua implantação na província, o insucesso foi patente, como bem demonstrou o presidente Francisco José Furtado, ao desabafar que a “ineficácia está mais do que muito demonstrada pela experiência”¹⁶⁷. Os principais motivos da impraticabilidade desse dispositivo para os presidentes foram, segundo suas alegações, as verbas exíguas, a ausência de pessoas leigas “idôneas” e “probas” e, especialmente, a falta de missionários, considerados os únicos capazes e preparados para a tarefa de civilização dos índios¹⁶⁸. O Regulamento das Missões supunha muita “abnegação”, o que os diretores parciais não possuíam na visão dos presidentes. Não deixariam seus confortáveis cômodos e as conveniências da vida social para entregar-se a um trabalho em que a única recompensa eram as honras militares. O que se podia esperar de tais

¹⁶⁶ Hardman, F. F., *op. cit.*, p.87.

¹⁶⁷ Relatório Provincial de Francisco José Furtado de 1859.

¹⁶⁸ *Idem.*

peças era o usufruto do cargo a seu próprio favor, como bem foi expressado pelo já citado presidente, ao falar sobre o trabalho dos índios nas obras públicas, que contradiziam às justificativas dos diretores interessados em usar os trabalhadores indígenas¹⁶⁹.

Criticavam também muitos integrantes da guarda policial, como os inspetores, e, sobretudo, a figura dos regatões, vistos como aqueles que levavam os piores vícios aos índios¹⁷⁰. Em relação à visão dos presidentes sobre os regatões, Antônio dos Passos Miranda expressou uma grande preocupação quanto às atividades desenvolvidas por esses comerciantes junto aos índios, levando a denúncia até aos deputados provinciais.

Não é porque esta presidência se tenha poupado de empregar os meios, de que dispôs, para elevar ao maior grau de desenvolvimento possível as missões de São Francisco, Madre de Deus, S. Pedro e S. Francisco do Caldeirão, únicos excelentes nesta província, e nem ajuda que aos respectivos missionários falta a necessária solícitude no desempenho de suas funções.

É que embaraços de ordem secundária, mas que muito têm impedido aquele desenvolvimento, vão sendo o maior antolho para que as referidas missões atinjam o fim de sua criação, porque, se por sua parte, aqueles missionários, com o sacrifício de seus cômodos, e mesmo de suas vidas, têm podido conduzir para o grêmio da civilização centenas de índios selvagens, vêem, com a maior dor, sua obra destruída por indivíduos denominados – Regatões, que a semelhança de vampiros, vão abusando da ingenuidade e boa índole dos catequizados, sugando-lhes o melhor fruto de seus trabalhos, em troca de objetos de insignificante valor, e de bebidas alcoólicas.

Ignorantes, dóceis por índole, tornam-se os índios verdadeiros autômatos dos regatões, e inanidos, não se opõem a operação da pilhagem, e ainda mais, vêem, impassíveis, o sexo frágil, mesmo em idade infantil, ser arrastado para servir à concupiscência daqueles indivíduos.

Eles contam com a impunidade de seus nefandos crimes, porque têm a certeza de que a ação da lei sempre chegará tardia para, ao menos, malograr seus

¹⁶⁹ “Os problemas que impediam a observância do Regulamento das Missões irão persistir até 1871. Além da falta de verbas e de pessoas abnegadas, havia o problema religioso. Não era o Regulamento e suas discrepâncias as causas do malogro da obra para a civilização dos grupos indígenas, mas o ínfimo número de missionários. A incorporação e adequação do índio à sociedade nacional tinha como um dos principais instrumentos o discurso religioso, sendo que a falta de missionários era sentida em todo o Império, sobretudo no Amazonas. Neste sentido uma das tentativas para solucionar essa questão foi o aproveitamento daqueles que se encontravam na província exercendo funções de vigários nos povoados. A partir de 1860, aparecem casos em que os missionários também vão exercer o cargo de diretor parcial dos índios. Devido a essa sobrecarga de trabalho, a busca pela civilização não foi levada adiante, pois os índios preferiam viver em seus sítios ou nas malocas que no lugar destinado a ser residência do missionário”. Pereira, Nasthya Cristina Garcia. A Questão Indígena na Província do Amazonas (1852-1871). Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas, 2000, p. 51-52.

¹⁷⁰ No Capítulo III, que trata da decadência e desertificação da Província do Amazonas, conforme expostas nos relatórios, veremos que os presidentes atribuíam a causa daqueles fenômenos às ações arbitrárias e criminosas de inspetores de polícia e até de diretores de índios. A população, ameaçada de possíveis prisões e muitas vezes explorada pelos diretores de índios, preferia fugir e viver afastada da “civilização”, a natureza da província oferecia a possibilidade de uma vida mais livre.

*intentos, atenta a longitude em que se acham tais missões dos respectivos distritos policiais, pois deveis saber que aqueles missionários não dispõem da força pública, e a única arma de que usam é a palavra do Evangelho*¹⁷¹.

Os presidentes desejavam ver florescer na província uma sociedade industriosa, desejavam que o progresso chegasse aos mais afastados rincões da região, mas não a qualquer custo, não corrompendo o próprio projeto civilizador, muito menos a população antes mesmo de alcançarem a civilização. Os agentes do insucesso pareciam indiferentes às reiteradas denúncias e críticas feitas pelos presidentes em seus relatórios àqueles cujas práticas comprometiam a transformação moral e econômica da província. Mas, na complexa conjuntura, nem mesmo os presidentes escaparam de ser criticados, justamente por levarem adiante tal projeto civilizatório, denunciado nas páginas dos jornais locais¹⁷². Os deputados provinciais também ofereceram resistência e fizeram críticas em relação aos atos administrativos dos presidentes – muito embora se saiba que eram devidas muito mais aos contornos da política partidária do período, marcado pelas contendas entre liberais e conservadores¹⁷³.

¹⁷¹ Relatório Provincial de Antônio dos Passos Miranda de 1876, p. 22.

¹⁷² Sobre as críticas, Irma Rizzini informa que, “em foro privado”, o presidente da Província, José Paranaguá, em 1882, abordou o tema da civilização dos indígenas em carta enviada ao Barão de Loreto, em que “fez seus desabafos ao ser acusado pela imprensa amazonense de que estaria empreendendo uma ‘caçada de menores’ pela cidade, ao mandar a polícia apreender meninos desertores da Companhia de Aprendizes Marinheiros e outros menores desvalidos e vagabundos. Entendia Paranaguá que os verdadeiros caçados eram os curumins empregados nas casas das famílias da cidade: ‘Chamam isso de caçada, quando não há aqui casa que não tenha o seu curumim (menino tapuyo) apanhado nos matos para servir de criado’”. Correspondência entre José Lustosa da Cunha Paranaguá e Franklin Américo de Menezes Doria, Barão de Loreto, carta de 9-5-1882, reproduzida em Rizzini, Irma, *op. cit.*, p.160.

¹⁷³ Como exemplos das contendas políticas entre deputados e presidentes, Antônio Loureiro cita os seguintes episódios: “16. Presidente nomeado – Domingos Jacy Monteiro – Nas eleições de 1º de outubro de 1876, para a escolha de eleitores, vereadores e juizes de Paz, ocorreram tumultos, pela intervenção de oficiais do Exército, e mais especificamente o deputado provincial José Clarindo de Queiroz, que chegou a organizar uma passeata, com a banda de música de sua corporação... Encontrou a Província com uma enorme dívida, desorganizada e com a administração pública desmoralizada, o que tentou corrigir com medidas severas, mas sem respaldo político... As providências foram drásticas, em todos os setores públicos, com a demissão de funcionários inescrupulosos, o controle das despesas para a redução do déficit, e a moralização do serviço público. Sofreu intensa oposição, ao ponto de lhe roubarem os documentos para a confecção do seu relatório, entregue com atraso, por esse motivo... 19 - Presidente nomeado – José Clarindo de Queiroz – Ao chegar à Província, encontrou o Partido Liberal cindido em duas facções, que se hostilizavam com furor. Embora liberal, não conseguiu pacificá-los, tendo de enfrentar uma ferrenha oposição da facção histórica. Inúmeros deputados eleitos foram considerados incompatibilizados e substituídos. O Partido Liberal local desejava manipular os presidentes provinciais. 29. Presidente nomeado – Joaquim Oliveira Machado – Pela sua política de moralização do serviço público e de controle do déficit, encontrou oposição nos partidários do cônego Raimundo Amâncio de Miranda, demitido por atos arbitrários, na Instrução Pública e no exercício da vice-presidência. Teve de enfrentar manifestações pseudopopulares, em março e abril de 1889, comendadas pelos cônegos Amâncio de Miranda e José Henrique Felix da Crus Dacia, cujos componentes apupavam o presidente, nas ruas, e chegaram a editar um jornal dito pornográfico”. Loureiro, Antônio, *op. cit.*, p. 32-38.

Capítulo III

Natureza e Meio Social na Província do Amazonas.

Neste capítulo, pretendo demonstrar como a imagem do vir a ser para o Amazonas foi sendo construída e que representações a realidade observada da província mereceu nos relatórios.

A província era deserta, suas povoações decadentes e arruinadas e a população ociosa. Era assim que os presidentes exprimiam sua percepção da região. A natureza como um ambiente intacto e desconhecido e a população em completa desídia complementavam as considerações nada lisonjeiras daqueles administradores¹⁷⁴. Contudo, vaticinavam-lhe um futuro esplêndido desde que sua população adquirisse princípios de civilização e se o meio natural fosse de fato gerenciado pelas mãos humanas. A idealização da transformação social da província, de forma geral, reunia instrumentos vistos como essenciais: a agricultura, a colonização, a religião e a educação, além do conhecimento das potencialidades econômicas oferecidas pela natureza.

De acordo com os planos para a civilização e o progresso do Amazonas, os presidentes embasavam seus relatórios, sobretudo, nos relatórios de explorações de engenheiros nacionais, nos relatórios dos diretores dos índios e noutras informações, provenientes de fontes tais como estatísticas populacionais, relatórios sobre a instrução pública e saúde, etc. Por meio dos relatórios dos engenheiros nacionais, os presidentes se nutriam de informações acerca da geografia e da etnografia da província. Valendo-se desse material, apresentavam um arrazoado de como a natureza poderia ser utilizada, quais os lugares mais propícios para a agricultura e instalação de colônias, quais os grupos indígenas mais propensos a abraçar a vida civilizada, quais as povoações que prometiam um grande progresso, além de informarem sobre o estado precário em que, segundo sua opinião e na dos engenheiros, encontrava-se a região¹⁷⁵.

¹⁷⁴ Arthur Reis fala das dificuldades com as quais esses administradores se deparavam na região, informando que depois de inaugurada “a Província, os homens que vieram tomar-lhe a direção receberam um encargo pesado, porque era preciso criar tudo, num meio onde se obtinham com dificuldade as coisas mais comezinhas noutras partes. No extremo norte do Império, por isso mesmo quase que desligado dele, tomando conhecimento da vida da nação com esforço, sem progresso intelectual e material, desorganizado em sua economia, o Amazonas exigia muito patriotismo e atividade de seus governantes.” Reis, Arthur Cezar, *op. cit.*, p.196-197.

¹⁷⁵ Esse aspecto da elaboração dos relatórios está melhor contemplado no capítulo anterior.

Suas considerações expressavam, muito amiúde, alguma lamentação. Contudo, mesmo quando tomados por um manifesto desestímulo, continuavam afirmando que o Amazonas poderia ter uma participação maior para o progresso do Império. Esse comportamento, na aparência paradoxal, que descrevia a província como um lugar decadente e, simultaneamente, como um lugar do vir a ser, ao dar visibilidade tanto aos segmentos sociais quanto aos da natureza, acabava por caracterizar a província como um lugar em movimento. A própria relação da população local com a natureza revela esse movimento. Todavia, na visão dos presidentes, essa relação alimentada com as práticas extrativistas concorria para a permanência de um estado de ociosidade dos grupos locais e de decadência econômica das povoações.

3.1. Agricultura e extrativismo: assuntos da política para progresso e civilização da Província do Amazonas.

Como não podiam apresentar projetos, tarefa específica dos deputados provinciais, os presidentes do Amazonas elaboraram planos e emitiram idéias de como realizar e incrementar as práticas agrícolas na província. Todos os trinta presidentes foram defensores da agricultura e deixaram claro para os deputados que, assim procedendo, representavam os propósitos do Governo e que desejavam concretizá-los.

A defesa da implantação de colônias estrangeiras e nacionais e da criação de colônias agrícolas entre a população local formava o conjunto de tópicos importantes nos relatórios. Os presidentes apresentavam o parco desenvolvimento de colônias agrícolas ou lamentavam o descaso com a agricultura tanto por parte da população quanto por parte dos deputados, que não davam o devido apoio a essas empresas. A natureza da província sempre era apresentada como um lugar propício à agricultura, já que reunia uma vastidão de terras e mão-de-obra ociosa. Então, o que faltava, na opinião dos administradores e que caracterizava um grande problema a resolver, era fazer com que a população adotasse a agricultura como prática de trabalho e produção em maior escala que o extrativismo e que os deputados acreditassem que o futuro do Amazonas estava na terra cultivada. Esta foi a essência da política dos presidentes para o desenvolvimento moral e econômico do Amazonas.

Em verdade, a questão extrativismo *versus* agricultura na Amazônia não constitui uma problemática observada apenas no século XIX, como fizeram os

presidentes. Desde o início do período colonial, a base produtiva, especialmente desenvolvida pelos portugueses, foram as atividades coletoras. A penetração econômica desencadeada pelos portugueses no território amazônico, nos séculos XVII e XVIII, foi organizada a partir de grupos móveis de índios coletores, que, nas expedições para este fim, espalhavam-se pelo imenso espaço da região à procura de produtos naturais, como especiarias, óleos vegetais, cacau e ovos de tartaruga. Em troca, recebiam dos comerciantes ou missionários portugueses artigos diversos, como roupas e ferramentas, e, algumas vezes, salário¹⁷⁶. A importância dada a essa prática econômica correspondeu a dois enlances da colonização portuguesa na Amazônia: em primeiro lugar, o extrativismo representou a forma de exploração que satisfazia a ânsia dos colonos por bens exportáveis e lucrativos; em segundo lugar, com esta atividade, os portugueses não precisaram lutar contra os diversos problemas que o ambiente da região apresentava para uma colonização efetiva. Mesmo assim a Coroa estimulou empreendimentos agrícolas; esperava-se que a agricultura representasse com o tempo uma base mais estável para a exploração portuguesa¹⁷⁷. Além do mais, com o extrativismo foi possível aos colonizadores utilizar a mão-de-obra indígena, já reduzida neste período e tida como instável e inadequada¹⁷⁸.

As barreiras ambientais, aliadas às dificuldades financeiras dos colonos, não possibilitaram a estes desenvolver uma economia agrícola baseada no trabalho escravo dos africanos. Efetivamente, algumas tentativas nesse sentido ocorreram, mas os colonos, ao se depararem com a baixa produção nas colheitas e com o alto custo dos transportes, agravados pelo escasso suprimento de dinheiro, enxergavam a solução no

¹⁷⁶ Wenstein, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo, Hucitec, Ed. da Universidade de São Paulo, 1993, p. 24.

¹⁷⁷ *Idem*, p. 25.

¹⁷⁸ Em relação à questão da mão-de-obra, Wenstein continua: “Ao contrário dos donos de engenhos de açúcar do Nordeste, os colonizadores da Amazônia absolutamente não tinham acesso a um grande número de escravos africanos. Estavam por demais afastados das rotas principais do tráfico e, como aquela região não ostentava nem recursos agrícolas excepcionais, nem metais preciosos, não havia nenhuma razão maior para que os mercadores de escravos se desviassem de sua rota. No mesmo sentido, a maioria dos colonos da Amazônia era pobre demais para comprar escravos, a não ser a crédito, e tinha pouca esperança de poder pagar uma dívida desse tipo. Como resultado disso, os colonizadores brancos consideraram não lhes restar outra escolha senão a de contar com a população indígena como sua fonte principal de mão-de-obra. Contudo essa solução para a situação da força de trabalho criou todo um novo conjunto de problemas para os colonos - para não falar de seus efeitos devastadores sobre a população nativa. Logo ficou claro que muito poucos índios estavam dispostos, mesmo temporariamente, a renunciar a seus vínculos tribais para, de livre vontade, trabalhar para os portugueses. Além disso, os poucos que o faziam geralmente reagrupavam-se nas aldeias missionárias, passando desse modo a estar sob a jurisdição dos jesuítas, ou de outras ordens religiosas. Assim, os colonos tiveram de iniciar uma série de expedições escravizadoras nas principais áreas de povoamento indígena, a fim de garantir-se com mão-de-obra adequada”. *Idem*, p. 25-26

emprego da mão-de-obra indígena, escassa, mas muito mais em conta¹⁷⁹. Isto fazia com que fosse mais barato financiar uma empresa de coleta dos produtos naturais que implantar a agricultura, que exigiria um grande esforço financeiro e humano¹⁸⁰. Como consequência maior de tudo isso, o extrativismo foi se tornando uma atividade econômica atrativa para a população cabocla que se formava na região, e quanto mais intensa a coleta de algum produto se fazia, maior o risco de sua extinção em um espaço curto de tempo¹⁸¹. Portanto, o extrativismo desde o período colonial, representava o setor econômico mais significativo da Amazônia. O que não quer dizer que as práticas agrícolas foram inexistentes ou não tiveram importância, pois a agricultura se deu por toda a região, tanto para o consumo interno quanto para a exportação¹⁸².

De modo geral, a política econômica do Império, na segunda metade do século XIX, buscava a renovação dos produtos agrícolas comercializáveis, o que procurava alcançar por meio do conhecimento científico da natureza, que se acreditava disposta a colaborar devido a seu caráter exuberante. Na Província do Amazonas, os dois elementos mais importantes para esse fim eram vistos como disponíveis: mão-de-obra e um meio natural por ser explorado e conhecido. Em contrapartida, eram muitos os obstáculos para a realização de uma agricultura diversificada e produtiva nesse ambiente imenso e que abrigava uma população dedicada ao extrativismo e acostumada a uma prática agrícola destinada, em sua maior medida, à subsistência.

A política em prol da agricultura, defendida pelos presidentes, além da busca pela incrementação e diversificação dos produtos comercializáveis, foi preciso dar solução a problemas estruturais. Como exemplo da intenção de diversificar os produtos, o primeiro presidente, Tenreiro Aranha, em seu relatório de 1852, sugeriu o cultivo de plantas nativas como o cacau, a baunilha e a salsaparrilha e de outras como o algodão.

Nas duas primeiras décadas de existência da província, a atuação dos presidentes esteve ligada ao reconhecimento e ao domínio do território, prática que envolvia questões relacionadas à introdução da navegação a vapor e à abertura, em

¹⁷⁹ *Idem*, p.27.

¹⁸⁰ Nesse sentido, tudo o que era necessário para a organização dessas expedições coletoras seria equipar os grupos de trabalhadores indígenas e reunir um conjunto de canoas, e se caso algum produto não estivesse em alta no mercado externo ou estivesse extinto devido às expedições anteriores, seria logo substituído por outro, posto que sempre havia outra espécie de produto a ser extraído da floresta para esta substituição. *Idem*, p.27.

¹⁸¹ Como o que ocorreu com o comércio dos ovos de tartaruga no século XVIII. *Idem*, p.30.

¹⁸² “No entanto, até mesmo o cacau, que entre 1760 e 1822 respondia por mais da metade das exportações do Pará, provinha principalmente mais das fontes silvestres que das plantações. Oficialmente, a Coroa fomentava a agricultura, mas era claramente o setor extrativo que regia a vida econômica da região”. *Idem*, p.28.

1867, dos portos no Amazonas. Nesse contexto, os presidentes tinham como tarefa dar apoio às comissões científicas enviadas pelo centro para a demarcação e o reconhecimento dos rios, colaborando, outrossim com as intenções do Estado monárquico em consolidar suas fronteiras e fortalecer seu controle sobre as terras da nação. É nítido nos relatórios que os presidentes desejavam, realmente, a partir dos resultados dessas comissões, estabelecer o controle do território da imensa província, discriminar seus principais rios e conhecer novos, bem como fazer o balanço da região para o conhecimento e gerenciamento das práticas produtivas desenvolvidas: comércio, indústria e, principalmente, atividades agrícolas. Como primeira preocupação, os administradores percebiam de imediato uma situação financeira deficitária¹⁸³ e um quadro social caracterizado por uma população arredia à ocupação sedentária dos povoados. Não havia uma agricultura estabelecida e disseminada, além do que a população vivia de forma nômade em busca dos produtos naturais para o comércio extrativista.

Era preciso conhecer a natureza do lugar, sua constituição, para então estabelecer as áreas mais indicadas para culturas como o tabaco, o algodão e o café, além do cultivo dos produtos regionais como a salsaparrilha, a seringa e o cacau. Este novo enlace, mais pragmático, face à atitude sobre o meio natural da região devia estar ligado a dois motivos. Em primeiro lugar, nesse período, o país estava vivendo crises na produção das culturas tradicionais, ou seja, o modelo agro-exportador estava apresentando deficiência e, neste sentido, como consequência política, a relação entre ciência e agricultura privilegiou estudos sobre a fertilidade do solo. Em segundo lugar, a formação dos presidentes nesse período esteve mais ligada a estudos técnicos; atuaram na província mais engenheiros e militares, ao contrário de pessoas com formação ligada ao direito como nas décadas anteriores. Apesar desse aspecto em relação à nova atitude ordenadora da natureza da província, esses políticos mantiveram a opinião de que a região estava predestinada à agricultura, e a existência e a disponibilidade dos produtos

¹⁸³ No Relatório de 1858, a receita foi de 61.972\$133 e a despesa, de 68.548\$057, sendo a despesa efetuada de 57.005\$736, apresentando um saldo de 3.941\$347. A explicação que se deu a esse saldo foi devido aos créditos que não foram esgotados em todas as rubricas, ficando algumas intactas. Relatório Provincial de Francisco José Furtado de 1858, Anexo O. Na Fala de Manoel Clementino Carneiro da Cunha de 1861, o balanço de 1860 foi apresentado como não tendo lucro; despesa e receita foram, cada uma, de 91.277\$872. Relatório de Manoel Gomes Corrêa de Miranda de 1860, Documento n. 5. No primeiro semestre de 1868, a receita alcançou 112.256\$379 e a despesa, 106.489\$557, com saldo de 5.766\$822. Relatório de Jacinto Pereira do Rego 1868, p. 20. Em 1886, foi apresentado o exercício de 1884-1885, a receita e a despesa somaram, cada uma, 1.604.606\$430: “com este lamentável resultado não havia equilíbrio possível: era suportar os efeitos daquela causa (baixa da borracha), infelizmente agravada pela falta de prudência, com que na fase da abundância agravou-se demais o futuro da província”. Relatório de Ernesto Adolfo de Vasconcelos Chaves de 1886, p. 97.

naturais para o extrativismo apenas complementariam com mais lucros essa vocação. A atividade extrativa deveria passar por uma redefinição, ou seja, a população deveria ser educada para que, mesmo praticando a coleta dos produtos naturais não colocasse em risco a existência de certos gêneros animais e vegetais, como os ovos de tartaruga e a salsaparrilha – sobre o que falarei mais adiante –, colaborando assim com lucros maiores para o progresso da província e complementando a agricultura.

Como indício de uma atitude mais pragmática para a ordenação da natureza da província, em 1883, o presidente José da Cunha Paranaguá tenta convencer os deputados da necessidade de se criar um museu botânico¹⁸⁴. Com a implantação dessa instituição, o meio natural seria de fato classificado através de estudos que procurariam, além de contemplar o aspecto científico, fazer levantamentos sobre as reais possibilidades econômicas existentes no Amazonas e que, até aquele momento, não eram conhecidas. A partir da apresentação da proposta do botânico João Barbosa Rodrigues¹⁸⁵ e das opiniões dos representantes da província na câmara central, Paranaguá presumia obter o apoio dos deputados provinciais para a aprovação do projeto.

Do ilustrado sr. Dr. João Barbosa Rodrigues, vantajosamente conhecido nesta província, onde começou estudos importantíssimos sobre a imensa riqueza vegetal do vale amazônico, a mais assombrosa do mundo, acabo de receber a seguinte proposta e orçamento para a criação e manutenção de um museu botânico nesta capital. Ei-los.

- Base para a criação de um museu botânico na província do Amazonas.

1. Serão estudadas todas as plantas da flora amazonense, e as que forem novas à ciência serão descritas, classificadas, desenhadas, publicadas.

2. Os produtos dessas plantas serão estudados quimicamente, isto é: os óleos, as resinas, os bálsamos, os leites, as seivas sacarinas, as gomas, as fibras, serão analisadas para se conhecer o emprego que possam ter na indústria.

3. As plantas tumíferas, tintoriais, amiláceas, tóxicas, medicinais, etc., serão também analisadas qualitativa e quantitativamente, e extraídos os seus produtos.

4. Das plantas medicinais se farão extratos e tinturas para experiências fisiológicas e terapêuticas, para se poder conhecer sua ação e seus efeitos sobre o organismo humano.

5. Serão estudadas as plantas em relação à ciência, às artes, à indústria e ao comércio, e se colherão sementes para sementeiras e descobertas.

¹⁸⁴ Relatório Provincial de José da Cunha Paranaguá de 1883, p. 82-83.

¹⁸⁵ Barbosa Rodrigues veio para a Amazônia a pedido da Princesa Isabel, em 1872, devido ao interesse do Imperador em continuar o estudo de Martius sobre as palmeiras da região. Recebeu apoio do Primeiro Ministro Visconde do Rio Branco, do Ministro da Agricultura e Obras Públicas, Teodoro Machado Freire Pereira da Silva e do botânico Barão de Capanema.

6. Para esse fim haverá um laboratório montado com os instrumentos e livros precisos, e um horto em que se aclimarem as plantas mais notáveis, para experiências e vulgarização.

7. Haverá um herbário classificado sistematicamente, acompanhado de um catálogo onde se consignará tudo quanto ocorrer sobre cada planta, como o nome vulgar, pátria, emprego, aberrações, fatos teratológicos, produtos químicos, além da classificação botânica. Completarão esse herbário amostras de caules, espigas, fibras, resinas, óleos, etc., assim como os produtos químicos que se obtiver.

8. Pelo herbário e pelo catálogo se conhecerá a flora da província, seus produtos e sua distribuição geográfica¹⁸⁶.

O museu, afinal, foi criado pela Lei n. 629, de 18 de junho de 1883, e instalado, no dia 16 de fevereiro de 1884, na chácara Cachangá. Quando inaugurado, já possuía coleções botânicas e etnográficas, trazidas do rio Urubu pelo primeiro-tenente da Armada Antônio Madeira Shaw, e pedras com inscrições encontradas nas Lages e na rampa do Mercado Novo. Em 1889, da viagem ao Javari, Barbosa Rodrigues coligiu plantas, artefatos indígenas e paleontológicos, como descobertas sobre os ossos de uma tartaruga gigante além de descrever um gênero de jacaré que vivia na bacia amazônica há milhares de anos, o *Purussaurus*. Nessa época, escreveu “Les reptiles fossiles de l’Amazonie”¹⁸⁷. O museu sobreviveu (apesar da falta de boa vontade dos deputados provinciais, especialmente do vice-presidente, Sr. Raimundo Amâncio de Miranda¹⁸⁸) até o início do período republicano, quando, para conter gastos, foi extinto e teve suas peças espalhadas em outros museus ou simplesmente extraviadas.

A criação do Museu Botânico da província, somada às inúmeras solicitações e apresentações de explorações contidas nos relatórios, nas duas décadas finais do Império, corroboram com a idéia de que se manteve por parte desse segmento político a visão de que a natureza da província era um ambiente ubérrimo e quase desconhecido em suas reais possibilidades econômicas. Destarte, no momento em que a produção gomífera já se fazia sentir através dos números cada vez mais elevados nos quadros da receita, os presidentes cogitaram a possibilidade do gerenciamento desses recursos, junto da realização das práticas agrícolas.

¹⁸⁶ Relatório Provincial de José da Cunha Paranaguá de 1883, p.82-83

¹⁸⁷ Loureiro, A., *op. cit.*, p. 261.

¹⁸⁸ Em 1888, para evitar atritos com o químico Pfaff, o vice-presidente cônego Raimundo Amâncio de Miranda separou o museu do Laboratório, criando uma situação jamais aceita por Barbosa Rodrigues. Outra ocorrência que causou profundo desgosto ao botânico foi a abrupta mudança do Museu para o prédio do Liceu. Em 06 de julho de 1888, o cônego A. de Miranda, determinou um prazo de 24 horas para a transferência, a fim de que suas instalações fossem ocupadas pelo Asilo Orfanológico, alegando que o resultado da mudança seria uma economia de três contos. Loureiro, A., *op. cit.*, p. 260.

Durante todas as administrações, os presidentes apresentavam um panorama do estado econômico, social e político do Amazonas, faziam diagnósticos e, sobretudo propunham a resolução de problemas. Assim, a agricultura, sua fraca existência e algumas vezes inexistência na opinião dos presidentes por sua insignificância, ocupava sempre o lugar de um grave problema a ser resolvido com a implantação de colônias agrícolas estrangeiras e nacionais, com o incentivo às poucas fazendas que existiam, por meio da compra de máquinas e da distribuição de sementes. Como o fez o presidente Adolfo de Barros Cavalcante de A. Lacerda, em 1865, apresentando aos deputados em seu relatório suas ações para a realização da agricultura na província.

No curto espaço decorrido depois que escrevi o relatório anterior, deveis compreender que não pode oferecer mudança sensível o aspecto bem pouco lisonjeiro que apresentava a agricultura, digna por certo dos mais extremos cuidados da administração e dos favores desta Assembléia.

Aproveitando a desilusão e desânimo que principia felizmente a alcançar muitos, de tantos que se abandonaram com ardor inconsiderado à extração e preparo da seringa, e mais produtos silvestres, hei-me esforçado quanto em mim cabe por desviá-los dessa indústria improdutiva e fatal, introduzindo e propagando na província a cultura do algodão.

Para o Madeira, o Solimões e o Rio Negro tenho remetido quantidade de diversas sementes desse arbusto. Distribuídas, como têm sido, por pessoas que se mostram dispostas a cultivá-lo, nutro as mais fundadas esperanças de que nem as sementes, nem o empenho com que as tenho espalhado, deixarão de germinar e produzir os frutos desejados.

Fez-se, há pouco tempo, em um dos extremos desta cidade, uma pequena plantação; o desenvolvimento admirável que tem tido está patenteando a todos os olhos a excelência desta terra e deste clima, para semelhante gênero de agricultura. Não receio, portanto, assegurar que, na futura colheita da província e no catálogo de sua exportação, o algodão ocupará de novo um lugar, embora modesto.

Existe na secretaria a lista daqueles por quem foram distribuídas as sementes, que tenho enviado para os diferentes distritos. Tendo-me solicitado o Coronel Leonardo Ferreira marques, um dos que, no Rio Madeira, estão pondo em prática esta tentativa, que lhe proporcionasse a obtenção de máquinas de descarregar e enfadar o fruto do algodoeiro, requisitei ao Governo Imperial a compra em Londres e New York, e a remessa para esta capital de 3 descarregadores de Mobson e Barlow, e de 3 prensas de Emery, além das que eram destinadas àquele cidadão.

Estas máquinas são reputadas a que servem; sendo, além disto o descarregador preferido por mim o que pela sua simplicidade convém mais a esta província.

Por aviso de 4 de fevereiro comunicou-me o Exm. Ministro da Agricultura que todas elas foram já encomendadas, e dentro de poucos meses devem chegar ao Pará.

*Convencido desta verdade, bem como da solicitude que vos merece o assunto, não hesitei em tomar a responsabilidade de semelhante despesa, para a qual contava antecipadamente com a vossa autorização*¹⁸⁹.

Nos relatórios, a produção agrícola da província costumava ganhar visibilidade quando os presidentes mencionavam os resultados do cultivo de algumas missões indígenas, que não atendiam às demandas alimentares da capital. Reclamavam, no tópico “Alimentação Pública”, da falta de café, arroz, açúcar, feijão, farinha, etc. e, essencialmente, da falta de “carnes verdes”. Para este último item, procuraram solução no estímulo à criação de gado nas Fazendas Nacionais de São Bento e São Marcos, na região do rio Branco.

Com a criação de gado nessas duas fazendas¹⁹⁰, os “grandes pastos”, como eram chamadas pelo presidente Ângelo Thomaz do Amaral¹⁹¹, a intenção maior era a de sanar uma grave privação alimentar: a falta de “carnes verdes”. O abastecimento da capital não ocorria por causa da existência de cachoeiras que dificultavam a passagem dos batelões com gado na região do rio Branco. Para resolver tal situação, quando da implantação da companhia de navegação Amazon Steam Navigation, esta ficou obrigada a transportar o gado dos campos do rio Branco para Manaus em intervalos estipulados em contrato, o que, mesmo assim, não resolveu o problema. As reclamações sobre a dificuldade de trazer o gado à capital perduram até o fim do período provincial.

Em seus relatórios dirigidos aos membros da Assembléia Legislativa Provincial, o tom de apelação para que em seus projetos incentivassem a agricultura no Amazonas era freqüente. Como exemplo desta situação adversa entre presidentes e deputados provinciais, Domingos Monteiro, em 1877 expôs em seu relatório a dificuldade que teve em fazer cumprir uma recomendação do Ministério da Agricultura, deixando claro a incompatibilidade de visões sobre o meio natural entre os representantes da política econômica do Império e representantes da Assembléia Legislativa e Câmaras Municipais da província:

¹⁸⁹ Relatório Provincial de Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda de 1865, p. 13-14.

¹⁹⁰ De acordo com Ana Maria Daou, em uma relação dos próprios nacionais a cargo do Ministério da Fazenda apresentada no *Almanach* (1884), consta a informação de que essas fazendas foram arrendadas com “todos os retiros e gados em outubro de 1878” a Leopoldo Pereira Tavares e ao comendador Antônio José Gomes Pereira Bastos por nove anos; “houve alterações no contrato e no contratante, no mesmo arrolamento constam como próprio nacional um Cacoal e um Cafezal, o primeiro no rio Solimões e o segundo na costa do Solimões, ressalta-se, o que pareceu uma particularidade daquela província, o fato de que coubesse ao Império a propriedade de “Caçoais” e Cafezais e ainda este arrendamento de fazendas para o abastecimento de gado, ou seja, eram atividades reduzidas ou inexistentes e que não supriam às necessidades do mercado urbano”. Daou, Ana M.. *A cidade, o teatro e o “Paiz das Seringueiras”*, op. cit., p. 156.

¹⁹¹ Fala de Ângelo Thomaz do Amaral de 1857.

O Ministério da Agricultura recomendou ultimamente que se declarasse, e esta presidência declarou, em 13 de março, às câmaras municipais, que os pedidos que fizeram de mudas e sementes serão atendidos nos limites da verba respectiva, quer se trate de iniciar novas culturas, quer de propagar e melhorar as existentes. A recomendação é por hora quase escusada na província e não encontra eco. Infelizmente as câmaras municipais amazonenses, geralmente falando, não concebem para o que servem mudas e sementes, e assim não podem a tal respeito dar conselho algum aos seus munícipes¹⁹².

A política para o progresso econômico-moral da província reunia a natureza e os habitantes, elementos que fizeram parte das conjecturas dos presidentes do primeiro ao último relatório. Aspecto significativo dessa constante preocupação é apresentado no primeiro relatório da Província do Amazonas, apesar de constituir, em sua estrutura, um texto diferente daqueles que seguem até o ano de 1889, devido ao fato de que Tenreiro Aranha, a partir das considerações de Fausto Augusto de Aguiar (presidente da Província do Pará), teceu suas observações sobre a situação econômica e social do Amazonas em 1852. Tenreiro Aranha optou por fazer seu relatório através do cotejamento junto de comentários de partes do relatório do presidente do Pará, ou seja, não o dividiu em tópicos como os demais que foram produzidos no decorrer das trinta administrações. Por outro lado, inaugura a importância dos assuntos que serão os mais recorrentes nos relatórios posteriores, além da apresentação das necessidades e problemas da nova província e dos planos para a sua resolução. Em sua tese de doutoramento, Ana Maria Daou bem definiu o relatório de Tenreiro Aranha como a “expressão de um projeto” para a transformação do Amazonas¹⁹³. De tão emblemático que se afigura o relatório desse presidente, vale a pena reproduzir algumas de suas partes, principalmente as que contém considerações sobre a visão da relação da população com o meio natural e as necessidades da província, pioneiramente explicitadas por Tenreiro Aranha e que persistiram nos relatórios dos que os sucederam.

Agora o café, a mandioca e o algodão mal chegam para o consumo, e todos os outros gêneros e artefatos, a falta de cultura tem desaparecido, e a população, dividida em bandos, todos os anos vai para as grandes praias, com excessos bacanais, fazer a destruição dos ovos de tartaruga e o fabrico de manteigas, ou para as matas, por entre os maiores riscos e privações extrair os produtos espontâneos da terra, de sorte que nisso gastam os

¹⁹² Relatório Provincial de Domingos Jacy Monteiro de 1877, p.34-35.

¹⁹³ Daou, A. M., *op. cit.*.

indígenas e trabalhadores quase a metade do ano; e tudo quanto tiram e destroem é para os chamados regatões das feitorias, a troco de aguardente, com que os regalam, e de uma calça e camisa de riscado caseiro, sendo a depravação dos costumes todo o ganho que lhes toca pela perda do tempo e do trabalho, que, a ser bem aproveitado na agricultura, ou ainda nessas extrações com regularidade, podia produzir muitos interesses, até os poucos artistas preferem mais estar quase todo o ano nessas orgias do que nos trabalhos de oficinas e obras úteis...

... não se acham outros operários, nem agricultores, que ao menos saibam aproveitar com regularidade e economia as tão variadas e proveitosas produções das terras e dos imensos rios e lagos, para abastecerem o mercado desta capital e dos mais povoados, onde às vezes, por essa falta se está sentindo a sorte de Tântalo no meio da abundância. O que fazer?

Tudo isto pode melhorar prontamente criando-se núcleo de colonização...

O Imperador se dignar atender a esta informação e proposta que exigir, e quiser assim abrir campo à civilização, à agricultura, às artes mecânicas, e às obras públicas que tão precisos são para o estabelecimento de tudo quanto já houve, e poderá ser ainda mais próspero nesta, a mais extensa e remarcável, parte do Império da Brasil¹⁹⁴.

Assim, a natureza, rica e vasta mas mal utilizada; a população, seduzida pela espontaneidade dos produtos naturais, desfalcada pelos insidiosos comerciantes e escondida na imensidão do lugar; e o problema do extrativismo já se fazem presentes no relatório de Tenreiro Aranha. E os remédios para esses males, que muito não variam, marcarão presença, da mesma forma, neste e nos relatórios posteriores, que não hesitaram em recomendar o incentivo às práticas agrícolas proporcionado pela ajuda dos poderes geral e provincial. Portanto, a política para o progresso econômico e moral da Província do Amazonas possuía um repertório de ações pretendidas pelos presidentes para a resolução de entraves que marcavam a relação homem-natureza da região. Não obstante, a mudança de atitudes para a ordenação do meio natural do Amazonas, nas décadas finais da Monarquia, não arrefeceu a visão por parte desses políticos de que se tratava de um ambiente muito rico e fértil para as práticas agrícolas.

Em verdade, os presidentes tinham duas certezas. Que mesmo que a agricultura fosse realmente tomada como um empreendimento pelos deputados provinciais, contando com o apoio à criação de colônias agrícolas estrangeiras e nacionais, e mesmo que o Governo central incentivasse com verbas tal plano, jamais chegariam a ver em suas próprias administrações os frutos dessa ação, pois sabiam que a agricultura constituía uma realização a ser concretizada em longo prazo. Por outro lado, acreditaram que essa atividade, quando realidade, tornaria o Amazonas tão

¹⁹⁴ Relatório Provincial de João Batista de Tenreiro Aranha de 1852, p.31-32-36.

importante quanto outras regiões do Império. A província apresentava-se como uma grande promessa para a economia do país e os presidentes permaneciam sendo os grandes instigadores desse sonho.

3.2. A relação homem-natureza.

Executando uma leitura mais atenta dos relatórios, percebe-se a forma como o ambiente natural e sócio-cultural suscitou planejamentos para o desenvolvimento econômico e moral da província. Os presidentes não deixaram de expressar suas visões sobre a população e planos para sua redefinição cultural; visualizavam que a região alcançaria o progresso econômico e moral quando seus habitantes adquirissem uma forma de vida mais civilizada com a adoção de moradias fixas para tornar a imensa província um lugar, de fato, povoado.

O fim pretendido pelos presidentes, ao procurar lançar mão de planos para instituir a educação, a religião e a colonização – instrumentos que serviriam para a remodelação das práticas de trabalho e visão sobre o ambiente natural, presentes no meio sócio-cultural – era o de fornecer à população local “princípios de civilização”, que teriam como consequência a moralização dos costumes e das atitudes em relação à natureza, e, essencialmente, a apropriação dos espaços de um ambiente ainda “intacto”. Ou seja, transformar a relação da população com a natureza numa relação mais racional.

No interior do discurso desses políticos, foi unânime a visão de uma natureza rica em possibilidades de desenvolvimento econômico, como foi também freqüente a visão sobre as dificuldades que este mesmo ambiente apresentava para o progresso moral da população local. Em relação às dificuldades impostas pela uberdade da natureza ao progresso moral da população e aos riscos que a prática exacerbada da indústria extrativa representava para o futuro do Amazonas, Domingos Monteiro Peixoto, em sua fala dirigida à Assembléia Legislativa, em 1873, expressou-se com grande seriedade nos seguintes termos :

Lançando-se os olhos para algumas das nossas povoações do interior de outras províncias, outrora opulentas e prosperando à custa da indústria da mineração, e hoje abandonadas e decaídas; bem compreendeis o destino do Amazonas, se a sua população persistir em entregar-se exclusivamente à extração dos produtos naturais.

Em primeiro lugar, os habitantes são obrigados a disseminarem-se por vasta região, a abandonarem os núcleos de povoação e a mudarem periodicamente de residência, deixando os lugares já explorados por outros que oferecem novos elementos para rápida acumulação de capitais.

Em segundo lugar, o abandono da agricultura põe a província na contingência de importar, por preços elevados, todos os gêneros [de] que precisa para o consumo.

Ainda uma consequência má se tira da indústria extrativa: é a depravação dos costumes, a decadência e a miséria da população que nela se emprega.

Os exploradores só acham um meio de prender o operário ao árduo trabalho dos seringais – é animar, estimular e sustentar seus vícios, tê-lo preso pelas necessidades das paixões degradantes.

É preciso portanto que vossa atenção se dirija para uma questão que tanto interessa ao futuro da província.

Animar a lavoura, a par da indústria extrativa; conceder favores àqueles que regam a terra com seu suor, e que fazem desenvolver esses gérmens de prosperidade, que a par da influência que exercem na economia da província, trazem a grande vantagem de localizar a população, prender o cidadão ao solo, fundar a propriedade e moralizar a província.

Deve ser um dos empenhos daqueles que cuidam dos interesses reais desta vasta província¹⁹⁵.

De forma geral, a natureza da província foi vista como um espaço imenso e muitas áreas ainda apresentavam um caráter ínvio e desconhecido, como as regiões dos rios Madeira e Branco. Aliada a esta situação, os presidentes, apesar da consciência de que os índios (aldeados ou não), os tapuios e os caboclos constituíam a mão-de-obra necessária para a busca do desenvolvimento econômico, percebiam-nos como um mundo distante, tanto cultural quanto fisicamente (pois viviam dispersos pelos rios) para as redefinições culturais ligadas especificamente ao trabalho. A população representava, aos olhos dos presidentes, um desafio para a implantação do projeto civilizador devido, sobretudo, à relação que mantinha com a natureza.

Como pude apreender no discurso dos presidentes, era a uberdade do meio natural um dos fatores que concorriam para a preservação de um estado bárbaro, selvagem, errante e imprevidente de índios já aldeados, tapuios e caboclos. A população não sentia necessidade, de acordo com os políticos, de praticar uma agricultura mais regular e lucrativa, posto que a natureza oferecia meios para a sobrevivência sem a necessidade de empregar um grande esforço de produção. Além do mais, era através das atividades extrativas combinadas a uma agricultura de subsistência que a província garantia sua continuidade. Numa fala dirigida aos deputados provinciais, o presidente

¹⁹⁵ Fala do Presidente Domingos Monteiro Peixoto de 1873, p.39.

Monteiro Peixoto emitiu um comentário contundente sobre a visão negativa que pesava sobre a relação da população local com o meio natural.

A agricultura é aqui de todo desprezada, nota-se mesmo completa decadência na cultura de algumas espécies, a que outrora se entregava à população com grande vantagem.

A causa que continua a influir, para o abandono da principal fonte de riqueza, é o desenvolvimento que tem tido a indústria extrativa, que absorve toda a atividade da população.

Fascinada pela abundância de produtos que a natureza espontaneamente apresenta, e que se obtém sem grande esforço; seduzida pelas vantagens aparentes, que essa indústria leva sobre a lavoura: por quanto uma arroba de goma elástica vale o triplo da igual peso do café, o duplo do custo do açúcar e guarda a mesma superioridade sobre todos os outros gêneros que o arado e a charrua arrancam do solo com esforço.

A população concentra toda sua força na exploração das margens dos lagos, rios e igarapés, e aplica toda a sua atividade na extração dos produtos que elas oferecem. E enquanto cresce anualmente a exportação destes produtos, diminui a dos que a agricultura poderia fornecer, cuja importação aumenta de maneira surpreendente¹⁹⁶.

Nota-se nos relatórios, especificamente entre aqueles que foram elaborados nas duas últimas décadas da província, uma frustração dos presidentes em relação aos imigrantes nordestinos. Mesmo com a vinda destes, a partir da década de 1870, a relação com o meio natural não sofreu alteração. Em seus relatórios, os presidentes não esconderam a decepção com o malogro do povoamento do Amazonas, que era visto como uma das vias de superação das dificuldades da região. Esperava-se que os nordestinos praticassem a agricultura e que vivessem de forma fixa nos povoados, o que não aconteceu para os presidentes. Ocorreu que os imigrantes foram logo arrebatados pela conveniência de se explorar os gêneros naturais, especialmente a seringa, adotando, no parecer dos presidentes, o mesmo modo de vida errante da população nativa.

Portanto, fixar a população por meio da prática de uma agricultura regular, habitar as áreas ainda remotas e desconhecidas com o estabelecimento de povoações, como colônias indígenas, militares e de estrangeiros, sobretudo europeus, constou como objetivos nos relatórios, e em diversos momentos os presidentes buscaram sua concretização, persuadindo os deputados provinciais quanto aos benefícios em prol da civilização que eles trariam. À vastidão da província, a população não correspondia em números; às possibilidades de desenvolvimento econômico oferecidas pelo meio

¹⁹⁶ *Idem*, p. 37.

natural, seus habitantes não correspondiam com formas de produção mais racionais e lucrativas.

O caráter desabitado de vilas, paróquias, aldeias, freguesias e outras povoações, denunciado nos relatórios, possuía como uma das causas a forma como os segmentos sociais desenvolviam sua relação com o meio natural. Para a redefinição de práticas sociais, ligadas especificamente às questões do trabalho e da produção de riquezas, os instrumentos mais indicados nos relatórios foram sempre a religião, a educação primária e a colonização. Sendo comum às três soluções a preocupação com o desenvolvimento da agricultura, que durante as quatro décadas de existência da província representou a atividade entendida como a única forma capaz de povoar a região e promover o progresso econômico e moral, em outra palavras, capaz de civilizar a população e as florestas como uma vez proferiu o presidente Ângelo Thomaz do Amaral¹⁹⁷.

A agricultura transformaria a relação perdulária dos habitantes com o meio natural em uma relação mais racional, além de mudar a paisagem deserta das exuberantes florestas quando estas fossem derrubadas para dar lugar aos campos cultivados com alguma espécie vegetal de grande valor comercial e até mesmo quando fossem utilizadas como campos de “criar”. Dentro deste aspecto nota-se nos discursos dos presidentes que a agricultura não era apenas almejada como atividade econômica, mas que também representava a possibilidade da realização dos imperativos morais¹⁹⁸ tão necessários à transformação da relação da população com a natureza do Amazonas. As práticas agrícolas converteriam a natureza “selvagem” da província em cultura. E com as terras cultivadas, a população não representaria mais uma dimensão “selvagem” ou “bárbara” como a própria natureza do lugar; na verdade, ambas seriam moralizadas para a busca do progresso material em benefício da nação.

Nos relatórios também foram feitas considerações sobre fatores externos como causas do estado desértico das povoações, o que demonstra que de certa forma houve o reconhecimento da influência de alguns acontecimentos para essa configuração. Acontecimentos e fatos como a Cabanagem, a Guerra do Paraguai, a ação deletéria dos diretores de índios, dos inspetores e delegados (em relação ao recrutamento militar) e, inclusive, a falta de párocos foram apontados como causas do processo de desertificação e decadência de povoações no período posterior à instalação da província. Assim,

¹⁹⁷ Fala de Ângelo Thomaz do Amaral de 1857.

¹⁹⁸ Keith Thomas, *op. cit.*, p. 302.

muitos fatores escalonados no tempo podem ter cristalizado essa representação de deserto das povoações para os presidentes, mas em grande medida ainda culpavam o extrativismo como a maior causa do estado desértico em que se encontrava a região. Até mesmo um acontecimento como o movimento messiânico e milenarista, ocorrido no noroeste da província (Alto Rio Negro, 1857 a 1859), foi tido como fator de despovoamento, pois promovia o agrupamento de índios em lugares distantes. Isto preocupou ainda mais os administradores provinciais pelo fato de os índios do Alto Rio Negro serem percebidos como aqueles que melhor correspondiam a necessidade de trabalhadores nas obras públicas. Também a grande procura pela borracha, em fins da década de 1860, foi vista como agravante, posto que promoveu o recrudescimento da vida errante dos habitantes naturais, assim como dos imigrantes nordestinos.

Destarte, surgem as seguintes indagações: a Província do Amazonas realmente possuía uma baixa densidade populacional que justificasse o diagnóstico desenhado pelos presidentes? Ou a região vivia um processo de desertificação em que os grupos humanos eram obrigados a abandonar suas moradias? Que critérios foram utilizados para explicar o baixo número populacional apresentado nos relatórios? Em relação ao estado de decadência econômica apresentada nos documentos, que dados os presidentes utilizavam para demonstrar o atraso das atividades econômicas? E em que medida a província não correspondia ao desenvolvimento desejado por esse grupo político? A região se encontrava realmente em um estado econômico inerte sem oferecer meios para a arrecadação de rendas para se manter como um lugar administrativo? A população era realmente ociosa? Nos tópicos seguintes, pretendo discutir estas problemáticas.

3.3. A “vocação” da Província e o extrativismo para complementar.

A concepção de natureza desse segmento político fundamentava-se em uma pretensa “vocação agrária” do Brasil, originada da visão de uma natureza sempre fecunda e dadivosa¹⁹⁹. De fato, os presidentes acreditavam, como na maior parte do país, que a Província do Amazonas também estaria predestinada a desenvolver essa vocação. Porém, para que isso acontecesse, seria necessário redefinir a relação da população local com a natureza.

A visão de natureza que os presidentes desejavam ver florescer no meio social da província por intermédio da religião, da educação e da colonização correspondia à

¹⁹⁹ Visão adotada, sobretudo pela elite ligada à economia cafeeira da região Sudeste do país. Cf. Araújo, H., *op. cit.*, p. 153.

idéia de que a natureza deveria ser entendida como um ambiente que precisava ser dominado para então ser utilizado de forma racional em benefício do homem, e não visto como um reservatório de abundantes riquezas naturais para o bel prazer da população. Para os presidentes, era o meio natural que se apropriava do elemento humano, a população da província pautava sua existência a partir do que este ambiente oferecia sem a interferência das mãos humanas, já que os grupos humanos não apresentavam a preocupação com um gerenciamento desse espaço para a produção de riquezas mais consistentes e lucrativas, gerenciamento que somente seria possível com a agricultura que, a reboque, beneficiaria a indústria, o comércio e a navegação.

Alguns presidentes expressaram uma preocupação singular que tiveram com a atividade extrativa, a qual, além de concorrer para a afirmação de uma forma de trabalho errante e irregular, também punha em risco a sobrevivência de produtos da floresta, como os ovos de tartaruga²⁰⁰, a castanha e a salsaparrilha²⁰¹. Com a finalidade de frear o ânimo perdulário dos habitantes, desencadeado pela existência de uma natureza “pródiga”, foram confeccionados, em 1856, regulamentos que proibiam a coleta desses produtos em áreas e períodos específicos. Com isto, vislumbra-se, de certa forma, uma preocupação com o equilíbrio ambiental, ainda que subjazendo, afinal, à intenção de conservar estes produtos por um longo período para aproveitamento mais racional – entenda-se lucrativo. No tocante a essa preocupação dirigida à sobrevivência de certos produtos da floresta, o presidente Dias Vieira, certa vez, explicitou:

²⁰⁰ “As referências à tartaruga aparecem já o século XVI, entre os primeiros cronistas da Amazônia, que registraram a sua importância para a alimentação dos povos da várzea e que, muitas vezes, escaparam da fome graças aos currais das povoações por que passavam. Mais de mil delas teriam sido recolhidas por Cristoval Maldonado – encarregado por Orellana dos provimentos da expedição –, durante o assalto a um povoado. Eram também as tartarugas oferendas nas relações entre os chefes tribais e os espanhóis (...). Spix testemunhou e descreveu o “espetáculo” da coleta dos ovos de tartaruga e o preparo deles em manteiga de tartaruga. Além dele, Henry Lister Maw, Alfred Wallace, William Herdon, Paul Marcoy, Henry Bates, Louis Agassiz, Silva Coutinho, Herbert Smith, José Veríssimo e Emílio Goeldi - este último já no século XX – entre outros, tornaram a tartaruga ainda mais conhecida dos leitores de relatos de viagem e da comunidade científica europeia e norte-americana – e também entre leitores brasileiros – ao destacarem, seja a versatilidade de sua serventia e sua importância para as populações amazônicas, seja seu valor científico, seja seus curiosos hábitos de reprodução, seja, ainda, a desenfreada exploração que se abateu sobre ela”. Costa, Kelerson Semerene. *Homens e natureza na Amazônia brasileira: Dimensões (1616-1920)*. Tese de doutorado, UnB, 2002, p. 234-236.

²⁰¹ “Por seu turno, os arbustos americanos que os colonizadores ibéricos passaram a chamar de zarzaparrilha-salsaparrilha, eles foram assim identificados por suas características exteriores muito similares aqueles de plantas sob tal denominação, muito comuns na bacia do Mediterrâneo. É curioso que tanto as espécies americanas, quanto as europeias pertençam coincidentemente, ao mesmo gênero, tendo, portanto, as mesmas propriedades diuréticas, anti-reumáticas, febrífugas e depurativas; qualidades que tornavam essa espécie de arbusto muito procurada para a fabricação de remédios. Assim, não é de surpreender que Rojas tenha chamado a atenção de que havia salsaparrilha em abundância na floresta amazônica”. Ugarte, Auxiliomar Silva. *O mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI-XVII)*. Tese de doutorado, USP, 2004, p.184.

Cumpra, pois, que proibais, sob pena de prisão e multa, não só o uso do machado na extração da seringa, como também o arrancar-se da salsaparrilha a batata, e o colher-se a estopa fora dos lugares para isso determinados, autorizando o governo a formular um regulamento adequado à boa execução das mediadas propostas e à polícia nos lugares freqüentados pelas pessoas que se empregam nesse ramo de nossa indústria. Em execução da Lei n.19, de 25 de novembro de 1853, confeccionei o Regulamento de 8 de março, que vos há de ser presente, e com a sua leitura ficareis habilitados para lhe prestardes a vossa aprovação, se assim o julgardes conveniente aos interesses da província²⁰².

Além da preocupação com a conservação desses gêneros naturais, revelou também em seu relatório um conhecimento sobre as práticas nocivas desenvolvidas pela população em suas atividades extrativistas. Sobre a salsaparrilha, ele denunciou aos deputados:

A salsaparrilha desapareceu quase inteiramente das matas e margens dos rios mais próximos, à proporção que foi sendo colhida, porque lhe arrancaram do solo a batata inutilmente. O que a indústria e o comércio aproveitam dessa planta, tão procurada, são as raízes, que se estende à flor da terra, e estas podem ser facilmente cortadas independentemente do bulbo e da radícula principal, que a prende ao solo. Mostra a experiência que, conservado o bulbo, voltam as raízes decepadas, no prazo de três a quatro anos, ao estado de serem novamente colhidas, no entretanto – tal tem sido até agora nossa negligência! – esse ramo interessante de comércio se vai cada dia tornando mais difícil na província²⁰³.

Ele também demonstrou aos deputados preocupação relativamente à sobrevivência das castanheiras:

A estopa, não obstante ser a castanha um dos principais artigos de nossa exportação, colhem-na alguns de todos os castanheiros, sem reserva, e cortando a casca dessas utilíssimas árvores em toda a circunferência do tronco, do que resulta o definhamento e morte de muitas delas e conseqüentemente a diminuição na colheita dos frutos²⁰⁴.

Nota-se, por aí, que o presidente não se manteve alheio à natureza e à população da província, adotando a atitude de se pronunciar diante de situações específicas à região. Considerou como uma falta de desvelo no trabalho extrativista a

²⁰² Relatório Provincial de João Pedro Dias Vieira de 1856, p. 17.

²⁰³ *Idem*, p. 16.

²⁰⁴ *Idem*, p.16.

coleta desregrada da salsaparrilha e, embasado no relatório apresentado por Silva Coutinho²⁰⁵, recrudescer sua percepção negativa em relação às atividades de coleta dos produtos florestais, corroborando com a visão pessimista que tinha sobre a relação da população com o meio natural.

Urgia para os presidentes estimular a propalada vocação agrária da província. Mais uma vez é preciso considerar que, nesse período estudado, as elites econômicas e políticas do país, ao se decidirem pela afirmação de uma agricultura exportadora – fundamentada em uma concepção de natureza que apresentava características de uberdade e fertilidade próprias de países tropicais²⁰⁶ –, sentiram a necessidade de engendrar mudanças que proporcionassem uma melhor execução do seu projeto de civilização. Em um discurso veemente dirigido, em 1857, aos deputados provinciais, Ângelo Thomaz do Amaral reprovou a crença na abundância da natureza sem a racionalidade de sua utilização e defendeu a agricultura para a moralização dos costumes e o desenvolvimento econômico da região.

Esta quase penúria que sofremos do primeiro gênero alimentício podia ser até certo ponto remediada pela criação mais fácil, e não menos proveitosa, de carneiros, porcos e aves, mas a nossa agricultura e indústria acham-se, como sabeis, em um estado tão rudimentar, que dela só poderão tirá-la grandes esforços do governo, e essa missão também é vossa.

A primeira tarefa é estimular os principais agentes da produção, os habitantes do país. Quando se considera o homem na obra da produção é preciso, como observa Rossi, atender à sua força e à sua vontade: sendo a força dupla, porque é física e intelectual, há nela três elementos – compreender, poder e querer; - e como pode cooperar favoravelmente, quer pelo conhecimento, quer pelo poder, quer pela vontade, pode igualmente tornar-se obstáculo não compreendendo, ou não podendo, ou não querendo.

Ora a maioria dos habitantes desta região, tão vasta quão virgem ainda, relativamente à agricultura e indústria, até certo ponto, não compreende, não pode, e não quer.

Não compreende, porque imbuída de um prejuízo julga que os produtos espontâneos da natureza constituem a maior riqueza e à sua colheita entrega-

²⁰⁵ Em sua “Breve memória sobre a extração da salsa e da seringa”, apresentada ao presidente Sinval Odorico de Moura, o major-engenheiro Silva Coutinho denuncia e faz um alerta sobre a extração desregrada dessa espécie ao informar que: “A salsa cresce na terra firme – terrenos altos e secos, ou não alagados pelo inverno – e vive normalmente em sociedade com a castanheira. Em alguns lugares, aquela planta encontra-se com intervalos não mui grandes, porém em outros, como temos observado, a separação e extraordinária. Ordinariamente, os que se empregam na extração da salsa não esperam passar segunda vez pelo mesmo lugar, e assim as plantas, cujas raízes são arrancadas, ou morrem ou ficam tão maltratadas que dificilmente podem vingar. Daí veio a extinção dos melhores salsais perto dos povoados. Hoje é preciso ir buscar essa droga importante em lugares remotos com muito trabalho e risco”. Relatório Provincial de Sinval Odorico de Moura de 1863, p.42.

²⁰⁶ Araújo, H., *op. cit.*, p.153.

se exclusivamente, isolando-se no centro da matas, exposta a perigos, privações e intempéries, com incalculável dano à saúde.

Não pode, porque além de outras causas físicas e morais, que diminuem a sua energia, acha-se exposta à ação de um clima ardente, e falta-lhe um dos agentes da produção o capital, e seu complemento, o crédito.

Não quer, porque nenhum esforço próprio faz para sair deste estado de torpor que a condena a retrogradar.

É preciso que ela compreenda que a agricultura, que faz com que todas as plantas cresçam, floresçam e frutifiquem em quase todos os climas; que a indústria, que em um só país, e em um só ano, fabrica 308.000 léguas de tecidos de algodão de 2,0 toesas cada uma, suficientes para envolver quarenta vezes o globo terrestre, e noutros tecidos de seda para dar dois a três metros a cada um de seus habitantes em número de trinta e seis milhões, são os únicos meios de chegar ao bem-estar material, a cujo lado se desenvolve o bem-estar moral.

Aos que objetarem com o clima convém mostrar-lhes que é certo que uma temperatura elevada não provoca, como na temperatura média, o emprego hábil e rigoroso das faculdades produtivas, antes enfraquece-as e dificulta a produção econômica, mas que a sua ação não é fatal senão limitada, e apontar-lhes a existência de uma colônia de frágeis mulheres religiosas que com seu braço cultivam a terra na Guiana Francesa.

*Aos que por demais confiam na grande abundância dos elementos naturais de riquezas, é indispensável provar-lhes que **a natureza é insuficiente sem o homem, que o elemento físico não é nada quando o elemento moral o não fecunda e vivifica...***²⁰⁷.

Enquanto uma parte da Europa já havia ascendido à era da termodinâmica e se encontrava em franco processo de industrialização, no Brasil ainda reinava uma concepção fisiocrata de produção, que pregava o uso e a canalização das forças da natureza para a obtenção do progresso moral e material. A agricultura encarnava assim o ideal de trabalho e produção, além de ser a atividade econômica que asseguraria o destino do país rumo à civilização.

O que fica claro nos discursos dos presidentes é a defesa pela civilização dos homens e da natureza através da agricultura. Sendo que esta defesa apresenta como essência a discussão de pares de opostos: agricultura x extrativismo; nomadismo x estabilidade; cultura x natureza. Debate que permanecerá, até o início do século XX, em todo o país²⁰⁸ e ao longo do qual a Amazônia demonstrará sempre particularidades acentuadas no que se refere às suas dimensões humana e natural, percepção que também é válida para os dias atuais.

²⁰⁷ Fala de Ângelo Thomaz do Amaral de 1857, p. 36-37-38. Grifos meus.

²⁰⁸ Costa, Kelerson S., *op. cit.*.

A necessidade maior que se apresentava aos olhos dos presidentes era a transformação da relação da população local com o ambiente natural. Como esta transformação foi planejada pelos presidentes?

3.4. Instrumentos para a transformação da relação homem-natureza.

Para o processo de transformação e adequação do Brasil ao mundo civilizado e capitalista havia os meios gerais definidos por leis que deveriam ser observados em todas as províncias, como também havia os meios propostos pelos presidentes no caso específico do Amazonas, porém em sintonia com os propósitos do Império.

Um dos instrumentos gerais relacionava-se à questão da terra. Sobre a mudança de concepção relacionada à terra no Brasil, temos de remontar ao período colonial, tempo em que ela fazia parte do patrimônio do rei e a forma para se adquirir um lote ocorria através de uma solicitação de doação pessoal, quando eram levados em consideração os serviços prestados à Coroa pelo pretendente, implicando, assim, a verificação de seu *status* social e de suas qualidades²⁰⁹.

O processo de mudança do significado da terra no Brasil teve início já no século XVI, sob a influência da revolução comercial, e arrastou-se por todo século XIX²¹⁰. Com a Independência, o processo de mudança da concepção sobre a terra sofreu uma aceleração devido às transformações econômicas que se deram em virtude da expansão do mercado internacional. Para instituir a propriedade da terra em concordância com as necessidades econômicas do país, era importante a sua regularização. Com este fim, a confecção da Lei de Terras, de 1850, veio a corresponder, sobretudo, aos anseios dos grupos ligados à produção cafeeira²¹¹.

A partir da regularização da terra no Brasil, na segunda metade do século XIX, vislumbra-se a situação peculiar da Província do Amazonas dentro deste processo. A região por apresentar aspectos particulares em relação à sua economia, baseada, em grande medida, no extrativismo e sendo a prática da agricultura apenas complementar, a questão da regularização da posse da terra para uso e ocupação efetiva não encontrou um cenário congruente para sua observância. Problemática que não teve relação com a inexistência de quantidade significativa de terras na província, mas ao que se refere à

²⁰⁹ Viotti, E., *op. cit.*, p.141.

²¹⁰ Viotti, E., *op. cit.*, p.142.

²¹¹ Viotti, E., *op. cit.*

forma segundo as quais os grupos locais (indígenas, tapuios, caboclos ribeirinhos e a elite econômica formada por comerciantes) desenvolviam a produção de riquezas.

A redefinição da concepção, da forma de apropriação e do uso da terra parecia não poder se concretizar na província em razão de suas particularidades naturais, econômicas e culturais. As atividades extrativistas e o modo de vida de uma população marcadamente influenciada pelo mundo indígena (no caso dos tapuios e caboclos ribeirinhos) constituíram os obstáculos percebidos pelos administradores – o que demonstra o quanto essa situação adversa foi sentida dentro do discurso desses agentes. Como exemplo dessa situação particular, em 1857, o presidente Ângelo Thomaz do Amaral expôs em seu relatório que o segundo prazo para a revalidação das posses já havia terminado e nenhum posseiro da capital comparecera para requerer a medição de suas terras²¹². Esse patente desinteresse pela regularização das terras na província – por parte dos proprietários das 2.661 posses registradas – ocorreu devido aos sistemas de uso da terra vigentes na região tanto em relação à agricultura de subsistência quanto ao extrativismo, que para sua reprodução necessitavam de uma “incorporação permanente de novas áreas”²¹³.

Em 1859, o presidente Francisco José Furtado emitiu uma preocupação com as terras devolutas ao se referir a uma “ocupação transitória” por particulares :

A lei n.601, de 18 de setembro de 1850, tão necessária para discriminar o domínio público do particular, garanti-lo de freqüentes usurpações e depredações, e facilitar a colonização estrangeira não tem atingido nenhum dos seus fins.

*Em verdade não é para maravilhar esse resultado, onde a terra não tem quase valor, e cujos possuidores de grado as dariam pelas multas e pelas despesas da medição. Nem é possível tão extenso e despovoado território defender sem extraordinárias despesas as terras públicas das invasões dos particulares que de resto as ocupam transitoriamente*²¹⁴.

Outro dispositivo coetâneo da Lei de Terras, que também procurou definir espaços e redefinir culturalmente a população indígena do Império, foi o Regulamento das Missões de 1845. Na maior parte do Brasil daquele período, a questão indígena havia deixado de “ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras”, era necessário legalmente, se não legitimamente, destituir os índios

²¹² Fala de Ângelo Thomaz do Amaral de 1857.

²¹³ Sampaio, Patrícia Melo. *Os fios de Ariadne*. Manaus, EDUA, 1997, p. 96.

²¹⁴ Relatório Provincial de Francisco José Furtado de 1859, p. 234.

das terras que ocupavam²¹⁵. Apesar dessa lei ordenar que as terras ocupadas pelos grupos indígenas não seriam devolutas, o que se observou, na prática, em muitas províncias, foi a tentativa de, através de artifícios e subterfúgios diversos utilizados pela elite política e econômica, fazer com que os índios deixassem as áreas que habitavam e fossem reunidos em outros. Concentrados, o acesso a essa mão-de-obra seria mais um dos benefícios para o Império²¹⁶.

Na segunda metade do século XIX, o Império expôs uma preocupação para o controle dos espaços do território, considerados desabitados ou pouco povoados. Um controle maior do território teria como conseqüências a formação de locais de habitação fixa, nos quais se poderia encontrar mão-de-obra disponível, e também contornar o estado disperso em que se encontravam os possíveis trabalhadores que viviam distantes dos núcleos agrícolas, não só índios, mas toda a população livre que não possuía capital para a aquisição de terra²¹⁷.

O Regulamento das Missões de 1845 espelha uma política indigenista preocupada essencialmente com a concentração dos grupos indígenas em missões-colônias²¹⁸. O índio não poderia mais representar um obstáculo para as áreas de expansão da sociedade nacional, muito menos, ser um obstáculo para o aproveitamento extensivo e lucrativo da terra²¹⁹. A sua concentração e conseqüente sedentarização liberaria terras para particulares e para a habitação. Com esse instrumento, desejava-se promover a reunião e a remoção de aldeias, além de aforamentos e arrendamentos das terras ocupadas pelos índios. Após cinco anos, mesmo com o fato de a Lei de Terras declarar que as terras ocupadas pelos índios não seriam devolutas, o Regulamento das Missões já havia afirmado, por outro lado, a utilidade de se reunir grupos nativos tidos como selvagens, corroborando com a política de concentração em aldeias. Pouco tempo

²¹⁵ Cunha, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 146.

²¹⁶ Cunha, Manuela Carneiro da, *op. cit.*, p. 145. Como exemplo desta situação, na Província do Ceará os políticos chegaram a afirmar a inexistência dos índios com o intuito de não apresentar nenhum empecilho para a obtenção de terras a quem tivesse capital.

²¹⁷ Barreiro, José Carlos, *op. cit.*, p. 132.

²¹⁸ Cunha, M. C. da, *op. cit., passim*. Na maior parte do Império, a mão-de-obra indígena não possuía mais tanta importância como em períodos anteriores, o que importava eram as terras que ocupavam e a transfiguração dessa população em partícipes da economia. Questão que exigiu uma política assimilacionista por parte do Império. Isto, porém, não arrefeceu o debate sobre uma política de extermínio. Neste embate, prevaleceu a política de concentração e ao mesmo de incorporação do índio à sociedade nacional, então em formação e expansão. O Império decidiu, de acordo com este dispositivo, pela administração leiga, ficando os missionários encarregados da educação e civilização dos índios nos aldeamentos.

²¹⁹ Beozzo, José Oscar. *Leis e regimentos das Missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo, Edições Loyola, 1983, p. 79.

depois da promulgação da lei de Terras, o Império autorizou a incorporação à propriedade nacional das terras das aldeias em que os índios se encontrassem dispersos ou misturados à população não índia²²⁰.

No Amazonas, a concentração dos índios em aldeias-colônias não obedeceu ao imperativo da terra, mas, sim, à questão do trabalho, pois era preciso ter acesso a mão-de-obra indígena para o desenvolvimento dos trabalhos. Como bem expressou o presidente Tenreiro Aranha, o Regulamento das Missões poderia contribuir para sanar tal problemática, contornando alguns pontos do dispositivo:

Reconheço que ele, em alguns pontos, dificilmente poderá ser executado, e que em outros até deverá ser modificado ou alterado... Entretanto irei continuando a fazê-lo respeitar, e a ocorrer ao serviço da catequese e das aldeias... presumo que os resultados, nos anos seguintes, serão bastantes para que elas por si mesmas [possam] ser mantidas, e contribuir com os braços para os serviços, e com produtos para as rendas do Estado chegarem ao triplo ou mais daquilo que se lhes consignar; e sobretudo conseguirá a civilização de tantos milhares de incolos desvalidos que podem vir a formar uma população correspondente à vastidão desta província, e a mais própria para a cultura de suas terras reprodutivas, e para a extração de tudo quanto e tão precioso tem em seu maior dos rios do Universo²²¹.

Para o cumprimento desses dois instrumentos legais – que o governo imperial desejava ver como instrumentos comuns a todo o território para a ordenação econômica e social –, a Província do Amazonas demonstrou ser um lugar diferenciado na visão dos presidentes. Como organizar a posse da terra e levar a região para a realização de sua vocação agrária se a questão da propriedade era apresentada aos olhos desses administradores de forma problemática ao expressarem que os habitantes não conheciam o significado de propriedade, devido, especificamente, ao fato de possuírem uma característica errante de produção e ocupação da província?

Destarte, foi comum no Império a busca por soluções quanto à ocupação de áreas não muito povoadas, a busca pela fixação da população livre e sem posses, a concentração dos grupos indígenas para a liberação de terras. Todavia, em relação à Província do Amazonas, as tentativas de concretização desses imperativos apresentou uma particularidade que advinha da existência de uma natureza rica, sobre a qual havia pouco conhecimento pragmático de suas potencialidades econômicas e pouco se sabia dos grupos que pautavam sua sobrevivência a partir do que a floresta e os rios ofereciam

²²⁰ Cunha, Manuela Carneiro da, *op. cit.*, p.145.

²²¹ Relatório Provincial de João Batista de Tenreiro Aranha de 1852, p.21-22.

em “abundancia”, já que apresentavam uma vida “semi-nômade” segundo os presidentes. Como poderiam transformar a relação da população local com o meio natural? Como poderiam povoar a província? Como tornariam os povoados habitações fixas? E mais, como implantariam a prática da agricultura, atividade econômica que seria a base de todas as mudanças econômicas e morais? A província, apesar dos obstáculos naturais, apresentava ainda assim possibilidades de sucesso. Os presidentes planejaram a transformação do Amazonas utilizando um instrumental formado pela religião, educação e colonização, e todos visavam à realização da agricultura.

A religião foi revestida do papel de agente civilizador e aglutinador das massas fugidias para adequá-las às regras de um trabalho regular²²². Em relação à educação, pretendia-se com o ensino leigo elementar combater a ociosidade dos segmentos livres e sem posses, inculcando-lhes uma concepção linear de tempo, ou seja, mostrar-lhes a importância de atividades regulares e disciplinadas, sobretudo, a agricultura. Nos planos de desenvolvimento e de redefinição cultural da população amazônica, os presidentes em seus relatórios explicitaram que a tarefa da religião e da educação seria a de incorporar nos grupos nativos o gosto e o amor pela agricultura, para que se dessem à produção dos gêneros necessários à vida comum e para a sobrevivência de toda a província, e, principalmente, para que adotassem a moradia fixa em aldeias, vilas, paróquias e outras povoações.

Na aceção dos presidentes, o discurso religioso condenaria e elevaria a visão que a população detinha sobre tempo e liberdade. A religião, então, se apresentava como um dos instrumentos indicados para a concretização das transformações do meio social. Dentro das considerações desses políticos, as práticas de produção dos grupos humanos eram permeadas de ócio e errância, aspectos que constituíam indicadores do atraso moral da província. Portanto, os religiosos, com suas ações para a catequese, substituiriam a concepção de tempo cíclico e irregular pela adoção da disciplina no trabalho. De forma bastante evidente, o presidente Adolfo Barros Cavalcante Lacerda expressou o papel da religião como aglutinadora da população e para a redefinição do trabalho.

Cumprer e urge prover de remédio a males de tamanha gravidade. Cumprer reter esta população que se afasta; assim como aproveitar a que se concentra nos desertos, perdida para a religião, inútil para a sociedade. Cumprer ir ao encontro destes restos dispersos de tribos, que mutuamente se combatem e

²²² Barreiro, José Carlos, *op. cit.*, p.142.

destroem em uma luta selvagem: reuni-los em missões que tenham por base o ensino e o trabalho, que sejam colônias missões, se me posso exprimir assim; cumpre finalmente, cuidando da sorte de tantos infelizes, estabelecer nesta parte remota do país, postos avançados de progresso e de segurança do nosso território.

Nada disto se faz sem missionários, e bons missionários.

Tenho requisitado ao governo, cuja solicitude, posso assegurar-vos, não se aparta deste interessante objeto...

*A catequese será porém improficua, se não perdida, sempre que a educação religiosa não acompanhar de perto o trabalho...*²²³

A educação na província também foi encarada pelos presidentes como uma forma através da qual se conseguiria trazer os habitantes para o convívio com a “sociedade civilizada” e o meio pelo qual seria incorporado à mentalidade dos habitantes o amor ao trabalho agrícola. Muitos presidentes tiveram a preocupação com a educação, tanto dentro dos povoados como nas aldeias, como expressou Cunha Paranaguá²²⁴, em 1883, ao propor a criação de oficinas e asilos nas localidades mais próximas dos aldeamentos dos índios para a educação dos “órfãos e menores”.

No momento da implantação da Província do Amazonas, ao passar a administração desta a Tenreiro Aranha, o presidente do Grão-Pára, Fausto Aguiar, menciona que o malogro da questão indígena é a “falta de um sistema de educação mais apropriada”, junto da falta de missionários “esclarecidos”²²⁵. Em 1853, o presidente Herculano Ferreira Pena chegou a propor em seus planos uma cadeira de língua geral, demonstrando a percepção de que através de uma educação especial e apropriada à realidade da região a redefinição do modo de vida dos índios e tapuias apresentaria bons resultados²²⁶.

Em 1858, o presidente José Furtado confessa a necessidade de estabelecimentos de educação para instruir meninos e meninas. A Casa dos Educandos Artífices foi criada especificamente para infundir nas crianças o trabalho redefinido, ou seja, disciplinado e regular. Estabelecimentos desta natureza, na segunda metade do século XIX, eram vistos como forma de organização do espaço e adequação ao trabalho

²²³ Relatório Provincial de Adolfo Barros Cavalcante Lacerda de 1864, p.37-38.

²²⁴ Sobre a administração de Paranaguá, Irma Rizzini apresenta a preocupação desse presidente quanto à educação dos índios da província e informa que “o visitador escolar por ele nomeado, em 1883, Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, só enxergou uma saída para a educação dos filhos dos seringueiros e dos índios menores que viviam nas ‘selvas e nas margens dos rios, hoje em completo abandono’: a criação de asilos nas cabeças de comarcas e em diferentes pontos culminantes no interior do Amazonas, visando à educação profissional e agrícola dos meninos, inculcando-lhes o gosto pelo trabalho e tornando-os ‘mais sedentários e emancipados dessa lida aventureira e precária de seus progenitores e patrões’”. Rizzini, Irma, Educação popular na Amazônia imperial, *op. cit.*, p. 139.

²²⁵ Relatório Provincial de João Batista de Tenreiro Aranha de 1852, p. 07.

²²⁶ Fala de Herculano Ferreira Pena de 1853, p.41.

disciplinado, sendo os alvos preferenciais adolescentes e crianças filhos de mães escravas e da população livre sem posses²²⁷ – no caso da Província do Amazonas, essencialmente crianças índias. A Casa dos Educandos Artífices foi criada em 1858 e extinta em 1877. Ela ressurgiu, em 1882, com a “moderna” denominação de Instituto Amazonense de Educandos Artífices²²⁸.

As crianças que fossem internadas na casa dos Educandos Artífices seriam, ao terminarem sua aprendizagem, devolvidas às suas comunidades de origem para que influenciassem seus iguais a desenvolverem também o gosto e o amor pelo trabalho, sobretudo ligado à agricultura. Ao serem desligados do estabelecimento, teriam a vantagem, como observa o presidente José de Miranda da Silva Reis, de terem algum “pecúlio” para despesas de seu primeiro trabalho. Indubitavelmente, a casa dos Educandos no Amazonas priorizava a introjeção do gosto pela agricultura nas crianças índias, como expressou o já mencionado presidente. A importância dada a esse estabelecimento foi tanta que ele próprio constituiu um tópico nos relatórios dos presidentes, que informavam sobre o andamento dos trabalhos desenvolvidos para a difusão das práticas agrícolas:

*A fim de adquirirem os educandos alguns conhecimentos práticos de horticultura e da agricultura própria do País, determinei que em tais trabalhos fossem eles exercitados uma hora por dia, formando assim eles próprios, nos terrenos do estabelecimento, além de uma horta e pomar, pequenas roças...*²²⁹.

A educação elementar, na perspectiva dos presidentes, deveria não só desenvolver entre os índios aldeados “novos” valores do trabalho, como também deveria concorrer como um agente aglutinador e fixador dos habitantes dos rios da província. A educação elementar primária era obrigatória em todo o Império e no caso da região sua observância foi pretendida como uma maneira para mudar os hábitos de

²²⁷ Barreiro, José Carlos, *op. cit.*, p. 45.

²²⁸ Irma Rizzini, em artigo, analisa a questão da educação da Província do Amazonas norteadas “pela concepção de que os projetos educacionais da Segundo Reinado, no país, dirigiam-se à formação de “cidadãos úteis a si e à Pátria”, isto é, de trabalhadores disciplinados, tementes a Deus e ao Estado. Na Amazônia, as tónicas da falta de braços para a agricultura e da independência de seus habitantes, tornavam mais premente o objetivo da formação do povo trabalhador e obediente. Criar escolas era indicador importante de progresso e civilização. As províncias do Pará e Amazonas participaram ativamente do movimento civilizador que orientou, em todas as partes do país, a criação de escolas primárias e secundárias, asilos para órfãos e instituições de ensino de ofícios. A história da educação na Amazônia nos revela as aspirações das elites e de grupos que buscavam a distinção com relação ao pesado estigma da selva e do selvagem, em acompanhar o processo civilizador que o Império brasileiro tanto almejou ver implantado no país. Rizzini, Irma, *op. cit.*, p. 135-136.

²²⁹ Relatório Provincial de José de Miranda da Silva Reis de 1871, p.07

ocupação semi-nômade do território e como meio para alcançar o fim da ociosidade dos habitantes. O presidente, Adolfo de Barros, fala dos costumes e hábitos da população nativa e recorre, em suas considerações, ao relatório de autoria do “poeta e doutor”, Gonçalves Dias com o intuito de mostrar a impossibilidade da implantação da educação obrigatória na província, e reproduz o mesmo discurso:

Os centros de população são raros, e as casas ou antes palhoças, consideravelmente distintas uma das outras, derramam-se por essas ilhas, paranás e igarapés, cheias de meninos, mas longe do povoado; não são habitações duradouras, são ranchos para alguns dias. O seu viver é a caça, a pesca, a procura de salsa e da castanha, e o fabrico da manteiga – o princípio do primi capientis é o que entendem por direito de propriedade: não mais estimam-na em tão pouco, que do mesmo podem quebrar um pote de manteiga, lançam fogo à palhoça por qualquer ligeira circunstância. Que lhes morra uma tartaruga, ou que se lhes incendeie a casa, são coisas que em bem pouco lhes afetam. A canoa, sim, essa é a sua verdadeira propriedade: móvel com ela, o índio continua o seu viver instável, errante, imprevidente; acomoda-se dentro dela com a mulher e filhos, vão às praias e assim vivem muitos meses no ano; dando aos filhos a educação que tiveram, e não compreendendo que careçam mais nada. Dizer a um delles que mande seus filhos à escola, que os não tire dali antes e aptos, é ordenar-lhes que mude radicalmente a sua norma de vida²³⁰.

A educação tida pelos presidentes como agente aglutinador e civilizador da população não conseguiria exercer tal missão sem um complemento adequado. Portanto, junto da religião, foi percebida como um instrumento que traria mudanças com a introjeção de novos hábitos de trabalho e de moradia. Era preciso que os vigários dos povoados mostrassem aos habitantes a “conveniência que há em terem suas terras plantadas, ver as vantagens que se pode ter”, promovendo desta forma o amor ao trabalho e a ambição de propriedade, e mais, adotando esses princípios, não mais abandonariam suas habitações, pois teriam de cuidar de suas plantações.

Outra forma de ordenação social e dominação do meio natural da província foi o planejamento da criação tanto de colônias agrícolas estrangeiras como indígenas. Sendo que estes últimos serviriam de base através da qual se implantaria os núcleos de agricultura estrangeira, de europeus, essencialmente. Os índios preparariam o terreno para a ocupação desses grupos fazendo a derrubada da floresta, pois “expor os recém chegados a esse árduo trabalho é expô-los a grandes fadigas, ao desânimo e talvez à morte”²³¹. O presidente Manoel Clementino Carneiro da Cunha também expressou que a

²³⁰ Relatório de Adolfo de Barros Cavalcante de A. Lacerda de 1864, p.19-20.

²³¹ Fala de Ângelo Thomaz do Amaral de 1857, p.44.

colonização de indígenas seria importante, pois aproveitaria o trabalho que não tinha aplicação útil e que os estabelecimentos agrícolas seriam um recurso eficaz para “trazer ao trabalho os gentios”²³². Como exemplo do empenho em demonstrar aos deputados a necessidade da implantação de colônias estrangeiras e indígenas, Antônio dos Passos Miranda expôs, em 1876, seus planos para esse grande empreendimento.

Na época em que os poderes do Estado se empenham ativamente na conquista de braços, de populações laboriosas que venham aproveitar as riquezas do solo do vosso vasto país, a província do Amazonas, cujo imenso território, cortado de rios navegáveis, possui preciosos produtos naturais, além de uma espantosa fertilidade para a produção agrícola, tem maioria de razão para empenhar-se nos mesmos intuitos.

Esta convicção que nutro desde o momento em que me coube a honra de presidir esta província, radicou-me o propósito de promover a imigração e colonização; e declara-vos que será este o maior empenho para mim, pois é incontestável que esta rica e encantadora região, para elevar-se ao maior grau de desenvolvimento, precisa somente de populações laboriosas que, aproveitando a fertilidade do solo, aumentem com a exportação dos produtos a riqueza pública.

Esta questão entretanto reclama estudos bem sérios, atendendo-se às circunstâncias especiais em que nos achamos.

Dois meios temos nós a empregar para a conquista de braços que se dediquem à grande e pequena lavoura nesta província.

1. Promovendo a imigração estrangeira com vantagens reais para os imigrantes e suas famílias, a fim de que eles permaneçam na província.

2. Promovendo a catequese por meio de um sistema mais profícuo do que o empregado até hoje e firmando nos diversos rios da província colônias indígenas, onde haja trabalho metódico e ensino prático da agricultura.

Ambos os meios devem ser adotados e para este assunto, que considero da maior importância para o próspero futuro do Amazonas, peço vossa ilustrada atenção.

A imigração estrangeira, debaixo do ponto de vista social, é de vantagens incontestáveis. São povos cultos, ricos de experiência e de trabalho, circunstâncias certamente mui apreciáveis e que nas províncias do sul tem produzido belíssimos resultados, mas tem custado aos cofres públicos não pequenos sacrifícios.

A colonização indígena nesta província exigiria bem pouco dispêndio, visto que os indígenas acham-se entre nós afeitos ao nosso clima e meios de vida.

A docilidade de seu caráter e a energia com que suportam os rudes transe de uma vida cheia de dificuldades, são penhores do bom êxito, desde que se achem eles no gozo de sua liberdade, da proteção de nossas leis, e sob um regime esclarecido e abundante de benefícios reais.

Cerca de trinta mil índios já meio civilizados demoram às margens dos nossos rios navegáveis, sem cultura, sem educação, sem trabalho; são braços de grande virilidade e todavia inúteis, somente porque não conhecem a importância da riqueza, nem os meios para conquistá-la; quando, se fossem

²³² Fala de Manoel Clementino Carneiro da Cunha de 1861, p.44.

conduzidos ao trabalho por homens competentes, teríamos com certeza muito mais crescida produção.

*Além disso, só com eles se poderá prover esses desertos cheios de pragas, desbastar a nudez dessas selvas, domar por assim dizer essa natureza selvagem.*²³³

Em relação aos benefícios que a colonização de estrangeiros suscitaria para o Amazonas, o presidente Francisco José Furtado, em suas considerações e planos para o progresso social e econômico da província, compreendia que as vantagens também se estenderiam aos grupos locais já que a agricultura seria o instrumento capaz de moralizar e povoar o Amazonas:

E todavia, Snrs., é a colonização questão vital para o Amazonas (...)

Não há razão para que as vantagens, que se oferecem e proporcionam aos estranhos, não sejam oferecidas aos nacionais, aproveitando-se por esse meio muitos braços, que são perdidos para a produção ou serviços menos produtivos, ou em perigosa ociosidade.

*De resto, Snrs, os primeiros trabalhos para o estabelecimento dos colonos estrangeiros não poderão ser facilmente feitos, se não por homens afeitos ao clima. Além disto essas colônias criaram a agricultura na Província, facilitarão o aldeamento dos Índios, e servirão de proteção e escala aos que percorrem as imensas solidões dos majestosos rios, que cortam a Província*²³⁴.

Outros presidentes, para convencer os deputados da importância do empreendimento para o progresso da província, enumeravam os benefícios, outros ainda demonstravam levantamentos sobre as áreas propícias para as colônias. Demonstrando grande conhecimento sobre a geografia da região, Wilkens de Matos apresentou à Assembléia Provincial, em 1870, o seguinte:

Nenhuma província do Império está em melhores condições nem oferece maiores vantagens a imigração do que esta...

A superfície desta província é estimada pelo sr. Dr. E. J. de Moraes em 71.800 léguas quadradas.

A de todo império, tomando o termo médio das estimativas de Humboldt, coronel Conrado, dr. Candido Mendes e dr. E de Moraes, é de 280.987 léguas quadradas.

A província do Amazonas é portanto igual à quarta parte do Império

A natureza talhou-a para conter comodamente não só treze províncias, mas três grandes poderosos e ricos estados.

Estudai a sua carta geográfica, e as três principais artérias que a fecundam do coração aos extremos, vos convencerão do seu imenso futuro. O Solimões,

²³³ Relatório de Antônio dos Passos Miranda de 1876, p.13-14.

²³⁴ Relatório de Francisco José Furtado de 1858, p. 33-34.

O Madeira e o Negro são essas admiráveis artérias capazes de conter milhares de vapores.

Carecem, porém, de braços industriosos e morigerados, que aproveitem pela indústria infinitas riquezas naturais que este vastíssimo vale encerra.

A imigração é o único remédio para adiantar-se o futuro do Amazonas; ele aumentará a sua população, desenvolverá a sua indústria e a riqueza pública²³⁵.

Manoel Clementino Carneiro da Cunha entendia a colonização como o único instrumento capaz de remover os problemas como a falta de mão-de-obra e a utilização sistemática e lucrativa dos recursos naturais da província através das práticas agrícolas ao explicitar que:

É mais uma questão, cuja solução nesta província vai sendo adiada, e entretanto é uma de suas primeiras necessidades. O engrandecimento do Amazonas depende do aumento de sua população, de braços que lhe faltam, para aproveitar os muitos recursos naturais, que tem, e lhe prometem um futuro brilhante.

A muito pouca distancia desta cidade há terrenos férteis, e próprias para colônias agrícolas²³⁶.

Portanto a colonização era planejada com a finalidade de tornar a província mais produtiva. Incentivando a vinda de colonos europeus, a região não apresentaria uma situação demográfica imprecisa, pois o resultado desse empreendimento seria a sedentarização da população e a ocupação de lugares desertos. Preenchendo os vazios com grupos que praticassem a agricultura, ao mesmo tempo atrairia para a vida civilizada, acreditava-se, tanto os grupos indígenas como os caboclos.

3.5. Índios e substrato indígena.

Três séculos parecem não ter sido tempo bastante para que destas florestas vizinhas da civilização arrancar à bárbara ignorância, em que vivem, tantos infelizes filhos da natureza.

Em um país cristão, em um país civilizado, a dois passos, a bem dizer da cruz e das livres instituições, à cuja sombra nos abrigamos cultos e tranqüilos, vagam tribos inteiras, entregues ainda, como há trezentos anos, como há mil, aos instintos ferozes e grosseiros da natureza primitiva: bárbaras, pagãs, antropófagas!²³⁷

²³⁵ Relatório Provincial de João Wilkens de Matos de 1870, p.30.

²³⁶ Relatório Provincial de Manoel Clementino Carneiro da Cunha de 1862, p.15-16.

²³⁷ Relatório Provincial de Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda de 1864, p. 36.

Esta é a consideração sobre uma parte importante do meio social da província, os índios, expressada pelo presidente Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda. Os habitantes naturais da província dividiam-se em indígenas ainda em estado tribal, tapuios e sertanejos como já foi mencionado. As informações sobre a população não apresentam dados específicos como o esperado. É comum nos relatórios a ausência do termo tapuio quando é demonstrado o quadro dos habitantes livres, e mais, é freqüente a ausência do número de indígenas, tanto daqueles que viviam em contato com a sociedade nacional como, principalmente, daqueles que ainda se encontravam “internados nas florestas”, sendo que neste caso os presidentes expressaram a impossibilidade de conhecer a quantidade de tribos que existiam e que viviam dispersas em áreas da região até então pouco exploradas. O primeiro exemplo dessa imprecisão, quando se trata de distinguir os segmentos sociais que compunham a população livre da província, já figura no relatório de Tenreiro Aranha, de 1852, em que são apresentadas cifras relativas a um total de 29.798 habitantes na capital, com especificação apenas do número de negros (700) e de estrangeiros (100), omitindo as parcelas de tapuios, mestiços... Outro exemplo se acha no relatório de João Dias Vieira, de 1856, cuja população aparece estimada em 43.819 habitantes, sendo 40.907 livres, 912 escravos e 366 estrangeiros.

Outro aspecto salientado pelos presidentes como uma dificuldade para um conhecimento demográfico mais eficiente, estava ligado ao abandono das povoações, como bem explicitou Francisco José Furtado em relatório de 1859. Dizia ele que, para um censo mais provável da população, constituíam obstáculos: a falta de meios pecuniários, a grande extensão da província, pessoas habilitadas para este trabalho e, sobretudo, a “repugnância com que a população se esquivava do imposto e do recrutamento”²³⁸.

Em 1852, a província formava uma única comarca e contava em sua divisão civil, eclesiástica e judiciária com 2 termos com foro independente, 4 municípios, 20 freguesias, 18 distritos de paz, 2 delegacias e 11 sub-delegacias. No ano de 1856, apresentava 2 comarcas, 6 municípios, 3 termos, 18 distritos e 28 freguesias, das quais algumas, como N. S. do Carmo, N. S. da Conceição e São João, estavam despovoadas, conforme relatou o presidente João Dias Vieira, cujas considerações assim se apresentavam:

²³⁸ Relatório Provincial de Francisco José Furtado de 1859, p. 234.

É de urgência que tereis na devida consideração este objeto, tirando a categoria de freguesia, senão às que estão despovoadas, como ainda, dentre as menos populosas, àquelas que não prometem, por sua posição geográfica, grande aumento e prosperidade.

É um erro, senhores, conservar a população tão disseminada, como atualmente existe na província. Isolados e entregues a si, aos moradores dos sítios e pequenos povoados há de necessariamente faltar a animação tão precisa à cultura e indústria deste belo País; entregar-se-ão mais facilmente à indolência e aos vícios, e, então inúteis para si e para a sociedade, suas habitações irão gradualmente diminuindo até de todo desaparecerem, como aconteceu a muitos povoados do rio Negro e de outros lugares da Província.

Cumprido, portanto, que pelos meios indiretos a nossa disposição trateis de concentrar a população nos mais adequados à lavoura e [ao] comércio. Com mais facilidades e proveito poderá assim o Governo proporcionar às vilas, freguesias e povoados do interior os recursos de que carecem para o seu desenvolvimento moral e industrial²³⁹.

Segundo um estudo de Carlos Moreira Neto, acerca das populações indígenas, embora a maior parte de suas sociedades tenha sido destruída ou desestruturada pela colonização, subsistiu e persistiu como base da população amazônica um substrato indígena – o tapuío. Este, segundo Moreira Neto, “pode ser definido como membro de um grupo indígena que perdeu socialmente o domínio instrumental e normativo de sua cultura aborígine, substituindo-a por elementos de uma ou várias outras tradições culturais, que se misturaram aos traços residuais da língua e da cultura originais”²⁴⁰.

Ainda a partir das análises de Moreira Neto, percebe-se como um dos obstáculos aos desígnios do desenvolvimento da sociedade nacional na província, o fato de que as sociedades indígenas não possuíam a visão de que formavam uma sociedade global, pois sempre se comportam, nos diferentes contextos históricos, como grupos distintos da sociedade dominante e mesmo entre si²⁴¹. Em relação aos tapuíos que formavam grande parte da população livre contabilizada nos relatórios, e que tiveram importância por representar até a década de 1870 a mão-de-obra disponível, a consciência de que não faziam parte da sociedade nacional, e muito menos regional, também foi comum a este segmento da província. Índios e tapuíos formavam sociedades

²³⁹ Relatório Provincial de João Pedro Dias Vieira de 1856, p. 479.

²⁴⁰ Moreira Neto, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 79.

²⁴¹ *Idem*, p. 83.

independentes, e durante muito tempo conservaram esse pensamento graças à eficácia e ao vigor de sua organização comunitária e da capacidade de agirem como membros de um segmento social solidário.

O tapuio é o resultado de uma *cultura de contato* (tanto entre europeus, como entre as próprias sociedades indígenas) que se desenvolveu pelas ações das missões que procuravam a homogeneização cultural do elemento indígena com a reunião de diferentes culturas para que perdessem sua autonomia de grupos independentes e suas tradições e costumes específicos, e ao mesmo tempo incorporando e redefinindo elementos da cultura européia²⁴². O tapuio, para os presidentes da província do Amazonas, representava aquele índio que já havia adquirido “algum princípio de civilização”, como expressa Herculano Ferreira Pena ao fazer considerações sobre os grupos indígenas, no interior dos quais distinguiu três classes:

Para tornar mais claras algumas considerações... a respeito dos indígenas que habitam esta província, convém dividi-los em três classes: 1. Dos conhecidos pela denominação de Gentios, que vivem nas brenhas, sem a menor comunicação com a Sociedade civilizada, sendo certas nações ou tribos de índole pacífica, e outras bravias e capazes de todas as atrocidades; 2. Dos que vivendo reunidos em aldeias, ou malocas já conhecidas, mas ignorando quase absolutamente a nossa língua, usos e costumes, não evitam todavia a presença de pessoas estranhas, antes entretêm com elas relações de pequeno comércio, trocando os produtos da pesca e caça, e as drogas que colhem por tecidos, ferramentas, espelhos, miçangas e outros objetos de insignificante valor, que satisfazem a sua pueril curiosidade; 3. Finalmente dos que tendo já adquirido algum princípio de civilização, e compreendendo mais ou menos a língua portuguesa moram também em aldeias, em sítios separados, ou nas povoações, empregados na agricultura, na pesca, na navegação, e em diversos serviços públicos, ou particulares²⁴³.

As concepções que tiveram os presidentes acerca dos habitantes indígenas e tapuias da província se revelavam através dos termos que empregavam para descrevê-los como “gentios”, “infelizes”, “selvagens”, “domesticados”, “bravios”. Palavras que ressaltam uma congruência com o debate nesse período sobre as categorias de índios e o tratamento que deveria a eles ser destinado. O que expressam é a ambigüidade e a contradição no que se refere à natureza dos índios, questão que foi comum então, e que envolveu políticos, cientistas, escritores e outros segmentos da elite nacional. Esta discussão foi marcada pela oscilação entre a vertente da animalidade e da

²⁴² *Idem*, p. 95.

²⁴³ Fala de Herculano Ferreira Pena de 1853, p. 52.

perfectibilidade do índio. Ao contrário dos presidentes de outras províncias, os administradores do Amazonas não deixaram evidentes suas impressões pessimistas sobre a condição natural do índio. Sobre esta atitude dos administradores diante desses habitantes, devemos lembrar que os índios, seus descendentes mestiços e tapuias, representavam o recurso disponível em grande número para o trabalho, e os presidentes expressaram esta consciência nos relatórios. Se pregassem a total inadequação desses grupos para a busca do progresso moral e do desenvolvimento econômico da região, estariam condenando a própria existência da província. Em suas falas, sempre procuravam ratificar a boa índole da população, com o intuito de demonstrar as possibilidades de enquadramento dos habitantes à ordenação do projeto civilizador que defendiam.

Mesmo em relação a grupos indígenas que apresentavam um comportamento selvagem, a possibilidade de progresso moral era enxergada como possível. Em 1856, o presidente João Dias Vieira encarregou o major Manoel Ribeiro de Vasconcelos de fazer uma entrada nas malocas dos Waimiri, grupo que não se mostrava pacífico, pois promovia ataques constantes às povoações e embarcações, fato que também concorria para o processo de desertificação da província na visão dos presidentes. O objetivo maior dessa empresa era evitar que ocorressem as “depredações que todos os anos acontecem praticadas pelos waimiris, amalocados nas cabeceiras do rio Jauapery, os quais até este momento permanecem inacessíveis a todo trato e comunicação com gente civilizada”²⁴⁴. O major Vasconcelos foi então encarregado de explorar as matas e persuadir os Waimiri, através de meios brandos, a o acompanhar para a freguesia de Moura ou Carvoeiro, onde ficariam provisoriamente até que fosse resolvido o destino e o aldeamento desses índios. Somente em caso de necessidade usaria de força contra as agressões dos gentios, começando com pólvora seca, assim muitos ficariam assustados e logo estariam sujeitos e obedientes. No relatório que este militar apresentou a Dias Vieira, ao fazer a descrição física dos Waimiri, por sinal “bem vistos”, percebe neles “princípios de humanidade”, mas que, se deixados a sorte como estão, são “dignos das atenções de um governo que deseja levar o seu país à prosperidade e fazer a ventura dos brasileiros”. E não obstante as agressões que praticavam e embora sempre procurassem refúgio “nas terras de que eles [se] presumem verdadeiros proprietários, não se pode desprezá-los, e sim [deve-se] trazê-los à civilização e aproveitar seus braços nos

²⁴⁴ Relatório Provincial de João Pedro Dias Vieira de 1856, p. 51.

trabalhos agrícolas, para cujos, são as terras do Jauapery e seus afluentes mais propícios”²⁴⁵.

A partir dessas considerações sobre a constituição da população e de visões que os presidentes expressaram em suas exposições, está claro que, apesar do colonialismo português e de outros fatores de depopulação, os índios em estado tribal ainda formavam um segmento importante na composição das cifras populacionais da província. Além desses, ainda subsistiam fisicamente os tapuios, que souberam resistir à total integração, tanto à sociedade colonial portuguesa quanto à nacional, durante o Império brasileiro, agarrando-se ao seu modo de vida, dispersando-se pelos rios e tirando proveito das práticas extrativistas que tão bem conheciam.

Conforme Moreira Neto, esse substrato indígena sobreviveu não apenas física e culturalmente com o tapuio, mas resistiu através da definição de hábitos e costumes da população amazônica mestiça, bem como da população branca menos abastada e com a miscigenação dos grupos locais com os imigrantes nordestinos.

Kelerson Costa reconhece que esse substrato indígena permeou os costumes, hábitos e técnicas da produção material da população amazônica. E mais que isto, reconhece que sua influência permaneceu na dimensão mental e simbólica visíveis nas formas como os grupos nativos ordenavam o mundo em que viviam, sobretudo no que se refere à relação com a natureza, permitindo, outrossim entrever uma relação não dualista entre humano e não humano²⁴⁶.

Portanto, quanto às considerações sobre o atraso social e econômico da região, é possível compreender que, na verdade, era contra a visão de mundo da população local que os presidentes se colocavam, era devido ao modo de vida “marcado pelas necessidades do grupo e motivado pelo deslocamento em razão da sazonalidade dos produtos florestais que a província não se enquadrava ao ritmo produtivo capaz de sustentar uma economia regular de mercado na região”²⁴⁷. Neste sentido, os presidentes expressaram em seus relatórios a dinâmica do atraso vivida pela província.

3.6. Deserto e decadência? Inércia e desídia?

²⁴⁵ Major Manoel Ribeiro de Vasconcelos, no Relatório Provincial de João Pedro Dias Vieira de 1856, p. 54.

²⁴⁶ Costa, Kelerson, *op. cit.*, p.226.

²⁴⁷ *Idem, ibidem.*

Os presidentes, como já foi dito, representaram o meio natural a partir de valores e ideologias próprios de sua formação intelectual e política. Em seus relatórios, fizeram julgamentos e planejamentos para a ordenação do meio social e natural, evidenciando como desejaram uma outra realidade para a região, sempre apresentada como um lugar de possibilidades de progresso. Viram de perto a força da natureza com seus caminhos de águas intermináveis e florestas opulentas, já que para chegarem à região viajavam de barco, o que levava dias. Diante de um ambiente que parecia intacto, impenetrável e desabitado, além de vasto, criaram idéias negativas, afirmaram preconceitos e geraram novos. Grande parte desse conjunto de mal entendidos foi adotado por outros grupos políticos que atuaram na região em períodos posteriores, além de ser inculcado na mentalidade dos grupos locais, levando à negação da cultura amazônica e à constante sensação de inferioridade em relação a outros lugares do país. Portanto, ao expressarem imagens da província como um lugar deserto e decadente, além das imagens da população como ociosa e inerte, reforçaram preconceitos que seguem até o presente. E por quanto tempo ainda continuarão?

A província como um deserto aparece nos relatórios como um recurso para tornar claro a sua situação geográfica e histórica e, ao mesmo tempo, revela o aspecto simbólico dessa realidade para os presidentes, demonstrando assim o entrelaçamento entre questões materiais, econômicas, ideológicas e sociais no imaginário desses políticos²⁴⁸. Nesse sentido, essa imagem corresponde a uma questão bastante presente nas fontes citadas, que é o dualismo entre natureza e cultura, expressado a partir das considerações sobre o que é cultivado e habitado e o que é selvagem e inculto.

Como resultado da imagem do deserto, os presidentes também, por outro lado, deixaram a impressão de que a natureza da região e seus habitantes apresentavam-se como em estado de inércia, a natureza era virgem e os habitantes viviam em ociosidade constante. Em relação a esse juízo dos presidentes, sabe-se atualmente que não há natureza intocada, e que os grupos nativos, tantos índios como caboclos, viveram mudanças culturais, sociais e econômicas em diferentes contextos. Foi a partir dessa sensação de imobilidade do espaço social e natural que sobreveio nos relatórios dos presidentes a caracterização da província como uma região em estado de decadência econômica e moral. Autores como Victor Leonardi e Kelerson Costa, em seus

²⁴⁸ Le Goff, ao apresentar a variedade de desertos simbólicos e geográficos entrelaçados ao imaginário e às representações no Ocidente medieval, fez a seguinte assertiva: “A história do deserto, aqui e além, agora e logo, foi sempre feita de realidades espirituais e materiais misturadas entre si, de um vai e vem constante entre o geográfico e o simbólico, o imaginário e o econômico, o social e o ideológico”. Le Goff, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval*, op. cit., p. 43.

respectivos trabalhos²⁴⁹, envolvem esses dois aspectos dentro da problemática do arruinamento social e econômico, baseados em textos produzidos por representantes da elite política e científica que estranharam e julgaram a região a partir de uma postura etnocêntrica. O que ambos procuram demonstrar é a extensão do fenômeno, que se manifesta tanto por meio de fontes oficiais como por meio da literatura de viagem.

A ocorrência do fenômeno da decadência ou arruinamento na história da Amazônia pode ser verificada nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, e mesmo já no século XVI, se considerarmos a ocupação espanhola sob o aspecto dos constrangimentos impostos aos seus homens pelo meio natural e do modelo de ocupação e exploração dos recursos naturais empregados²⁵⁰. Critério que também é permitido aplicar à colonização portuguesa, evidenciando seu caráter contraditório de mobilidade no espaço amazônico, pois de fato ocorreu a expansão dos limites coloniais reconhecidos pela diplomacia, mas por outro lado teve como consequência o caráter restrito do efetivo povoamento.

O estado deserto e decadente, claro, não pode ser compreendido somente por um único viés, ou seja, pela força da natureza amazônica. Mas sem cair no determinismo ecológico, devemos dar a ela sim, sua parcela de contribuição. Sobretudo, é preciso buscar um entendimento mais abrangente, combinar os fatores: ambiental, social, político e econômico que estão presentes na história da região²⁵¹.

Sobre a questão do estado deserto dos povoados e de decadência da economia da Província do Amazonas, percebe-se nos relatórios uma preocupação com a necessidade de habitar seus espaços, integrar os conhecidos e ainda pouco explorados com a criação de povoados fixos. A população devia abandonar as florestas e tornar-se industriosa, pois na visão dos administradores os grupos nativos eram preguiçosos e a natureza concorria para a conservação de um estado de grande “desídia” pelo fato de disponibilizar recursos em abundância tanto para a sobrevivência como para a prática do extrativismo. Mesmo fazendo uso de técnicas para a coleta dos produtos florestais e passando por privações ao internarem-se nas matas durante meses em busca de castanha, salsaparrilha, puxeri e seringa, além de praticarem uma agricultura de subsistência e a comercialização de objetos que fabricavam e que eram exportados, os presidentes, todavia expressaram que os habitantes da província não eram afeitos a um

²⁴⁹ Victor Leonardi e Kelerson Costa, em seus respectivos trabalhos: *Os historiadores e os rios, op. cit.* e *Homem e natureza na Amazônia na brasileira, op. cit.*

²⁵⁰ Costa, K. S., *op. cit.*, p.6.

²⁵¹ Leonardi, Victor, *op. cit.*, p15-16.

trabalho aturado e que não gastavam nessas atividades forças físicas e mentais. Em relação à desídia dos índios, Francisco José Furtado, ao fazer apreciações sobre a colonização estrangeira, explicitou:

*Pois os índios são os únicos braços com os quais a produção pode contar, são esses selvagens açaimados e preguiçosos e incapazes, e seus descendentes, são também eles que se deve contar para os primeiros trabalhos que são necessários para a colonização estrangeira*²⁵².

Outros presidentes, como Ferreira Pena e Antônio Epaminondas de Mello, também fizeram considerações sobre o trabalho na província. O primeiro se refere às disposições para o serviço do elemento tapuio e o segundo expõe a importância do índio para o desenvolvimento de atividades típicas da região:

*(...) únicos trabalhadores (exceto o pequeno número de escravos) que na Província existem como já observei: mas não tendo recebido na infância o menor princípio de educação, apresentam, com pequenas diferenças, a mesma simplicidade, a mesma ignorância, a mesma imprevidência, os hábitos de seus avós*²⁵³.

*Havendo nesta província poucos escravos e pouca gente ou nenhuma apta para os diferentes serviços da sociedade, quer públicos, quer particulares, os Diretores parciais, senão todos, a maior parte, sempre auxiliaram com os braços dos índios alguns trabalhos e melhoramentos materiais, principalmente o fornecimento de tripulantes para as canoas, guias expressos, etc.*²⁵⁴.

Nos relatórios, há informações sobre um pequeno comércio praticado por índios, que vendiam na capital e nos povoados gêneros que produziam para sua subsistência, como farinha, chapéus de palha, bancos, redes, etc. Os grupos que são destacados nos relatórios como índios que se “dão a alguma indústria” são os Maué, os Mundurucu²⁵⁵ e, especialmente, os do Alto Rio Negro. São estas algumas das sociedades que, na visão dos administradores, foram consideradas propensas a abraçarem a vida civilizada, por apresentarem um perfil de ser indígena desejado para a província.

²⁵² Relatório Provincial de Francisco José Furtado de 1858, p. 23.

²⁵³ Relatório Provincial de Herculano Ferreira Pena de 1853, p. 54.

²⁵⁴ Relatório Provincial de Antônio Epaminondas de Mello de 1866, p. 308.

²⁵⁵ Durante uma excursão à Maués, acompanhado do casal Agassiz, Silva Coutinho teceu elogios aos munduruku, como relata Elizabeth Cary Agassiz: “O major Coutinho nos assegura que esses índios conhecem bem o emprego dos pregos nas construções; quando pedem, um ao outro um cipó, dizem por brincadeira: “Passa um prego”. Agassiz, *op. cit.*, p. 297.

Os índios do Alto Rio Negro são aqueles mais citados quando os presidentes falam das obras públicas e da produção. Em 1854, Herculano Ferreira Pena afirma que quase todos os trabalhadores das obras públicas são índios do Rio Negro, e o vice-presidente, Corrêa de Miranda, destaca o tratamento que pretendia dispensar a estes grupos:

*A maior parte dos índios trabalhadores tem ultimamente vindo dos distritos do Alto Rio Negro e nunca deixei de recomendar que [sejam] tão bem tratados como merecem por seu comportamento, mas ainda assim nenhum deles quis demorar-se além do prazo de serviço marcado pelas ordens em vigor, nem me pareceu conveniente obrigá-los a isso*²⁵⁶.

Sobre o comércio que desenvolviam e as atividades produtivas dos índios do Rio Negro, o Diretor Geral dos índios, Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães, informa em seu relatório:

*os índios que habitam os rios Uapés e Içana apresentam alguma indústria, manufaturando redes de maqueiras, bancos e ralos chamados – dos Uapés – bem como fazem farinha que trazem ao mercado*²⁵⁷.

Mesmo os habitantes indígenas desenvolvendo trabalhos diversos para os setores público e particular, os presidentes não deixaram de expressar uma caracterização desta população como preguiçosa e sem participação expressiva nas rendas da província. O extrativismo, apesar de representar a base econômica primordial do Amazonas e ocupar durante meses os habitantes da região na coleta dos produtos florestais, não era reconhecido pelos administradores como uma forma de trabalho e produção. Os presidentes desenharam em seus relatórios um estado de constante penúria da capital devido à inércia da produção de riquezas por parte da população. Era opinião geral que a falta de gêneros para o consumo da “população” seria resolvido quando a natureza da província fosse, de fato, utilizada pelo homem através do uso de madeiras para a construção de embarcações, com a utilização dos lagos e rios para uma pesca sistemática e regular e, essencialmente, quando as intensas matas fossem derrubadas para que, nas terras que escondiam, fossem plantados produtos como o café, o tabaco, a cana-de-açúcar, o algodão, etc. Com a utilização extensiva da terra, que seria levada a

²⁵⁶ Fala de Manoel Gomes Corrêa de Miranda de 1855, p. 95.

²⁵⁷ Relatório do Diretor Geral dos Índios Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães Anexo ao Relatório Provincial de Antônio Epaminondas de Mello de 1866, p. 333.

cabo pela agricultura, a população aumentaria, seriam formados núcleos de habitação, além de proporcionar a criação de animais para resolução de uma das grandes necessidades da província na visão dos presidentes: a falta de carnes. Os administradores queixavam-se constantemente que, para a satisfação do consumo do café, do açúcar e de “carnes verdes”, recorriam à importação, especialmente dos produtos “da praça do Pará”.

Com a população da província dedicando-se quase que exclusivamente ao extrativismo e sendo a agricultura de subsistência praticada para a sobrevivência apenas de grupos locais, a capital onde residiam os presidentes com certeza deveria passar por estas privações, como atesta Tenreiro Aranha em um de seus relatórios, ao aludir à falta dos produtos que dependem do cultivo, como o café e o algodão e mesmo artigos como a mandioca, desaparecidos do comércio da capital²⁵⁸.

A indústria, o comércio e a agricultura, até o início da década de setenta do século XIX, eram retratados, nos relatórios, como ramos da economia que não apresentavam desenvolvimento. Percebendo uma quase imobilidade nessas atividades, os presidentes depositavam na prática do extrativismo a causa maior para a estagnação econômica e social da província²⁵⁹. Enquanto os habitantes continuassem a praticar a coleta dos produtos florestais e não se dedicassem às práticas agrícolas regulares, a província não corresponderia aos desígnios de desenvolvimento econômico e social do Império, que se fundamentava em uma concepção da vocação agrária do país. Ou seja, a agricultura representava a salvação moral e econômica da província.

²⁵⁸ Relatório Provincial de João Batista de Tenreiro Aranha de 1852, p.43.

²⁵⁹ Sobre esta questão da imobilidade da economia, em 1866, Tavares Bastos em seu estudo intitulado *O Vale do Amazonas* procurou demonstrar o movimento comercial da região que envolvia Amazonas e Pará, apresentando números que evidenciavam sua dúvida quanto ao aspecto estagnado apregoado até então: “Aqueles que, percorrendo grande rio, o encontram na máxima parte deserto, sem povoados e sem navegação, perguntam naturalmente onde é que se consomem os 7000 contos de mercadorias importadas anualmente pelo Pará, ou onde é que são produzidos os outros 7000 ou 8000 contos, que essa região exporta? A resposta é fácil. Não é só nas margens do rio principal, é nos afluentes, nos furos, nos igarapés, onde há terras firmes e a residência é fixa é possível, é nessas paragens, encobertas pelas ilhas e pelas florestas, que abundam os gêneros da exportação, que se colhem os produtos espontâneos, que se preparam as drogas; é aí que o tapuio ignaro e semi-selvagem produz e consome, na obscuridade, na solidão dos bosques, longe dos povoados, os objetos que figuram nas estatísticas do Pará. As miseráveis choupanas, as desertas aldeias e as vilas do Amazonas fazem com a cidade do Pará esse importante comércio de 15.000 contos, que assinam àquele porto o quinto lugar na escala da exportação do Brasil, o quarto ou o quinto na da sua importação. E, coisa notável, se algumas povoações estão decadentes ou estacionárias, o comércio progride. Porquanto, assim como a população, em busca das drogas e no preparo dos produtos da pesca, vive errante e movediça, assim o comércio se dissemina por uma superfície imensa. Por exemplo, enquanto o rio Negro, outrora mais povoado, é hoje quase deserto, o Madeira, que o era há 13 anos quando por aí desceu Gibbon, conta hoje muitos sítios e feitorias, o Purus começa a atrair trabalhadores e regatões, e como ele o Coari, o Tefé, o Juruá, etc...”. Bastos, A. C. T., *op. cit.*, p. 79-80.

Os presidentes defendiam essa concepção e expressaram uma preocupação com a realização não só da agricultura como também da indústria e do comércio. Desejavam, essencialmente, seguir as recomendações do Império como bem salientou, Tenreiro Aranha:

*A agricultura, as fábricas, a mineração, o comércio e a navegação, essas fontes de riquezas, tão recomendadas nas instruções que me foram dadas pelo governo de S. M. Imperial, e que, em todas as posições de minha vida, tenho desejado que se abram ao bem geral com as mais constantes solitudes, aqui achei como empências ou estagnadas neste campo vasto da natureza, em que elas de si queiram espargir as suas preciosidades...
Se nos rios e lagos, nas praias e nas margens há peixes e tartarugas e de grande vulto e de sabor especial, em grande quantidade tal, que dão para o sustento de centenas de milhares de famílias incolas; nas terras as sortes de madeiras e produções tão variadas e preciosas e espontâneas, que podem dar o necessário para os usos e gozos da vida a muitos milhões de habitantes, que por ventura queiram vir aplicar-se à agricultura e aos demais serviços rurais com regularidade. Entretanto tudo isso que há de admirável nesta província, se acha a lei da natureza, por assim dizer, em vegetação inerte²⁶⁰.*

Outro exemplo sobre o caráter estagnado da indústria, do comércio e indústria é apresentado no relatório do presidente Francisco José Furtado, ao expressar:

*Os diversos ramos de indústria estão em atrasada infância e nem se poderão desenvolver enquanto o mais importante deles, a agricultura, não tiver incremento.
Os habitantes da população sem habitações permanentes, preferindo a colheita de produtos naturais, ou a pesca de tartarugas e pirarucus, o fabrico de manteiga dos ovos daquelas, desprezando os trabalhos agrícolas, que nas ferocíssimas terras do Amazonas dariam mais valiosos produtos, tudo conspira contra a agricultura²⁶¹.*

Conforme já mencionado, existe uma estreita relação entre as caracterizações da província como um lugar deserto e decadente. Se as povoações apresentavam um aspecto ermo e muitas estavam despovoadas é porque faltava, segundo os presidentes, braços para os trabalhos, o que acarretava um estado de penúria e de ruínas para a sobrevivência material. Em 1854, quando realizou a primeira viagem no Vapor Monarcha, desde a cidade da Barra do Rio Negro até a povoação de Nauta, no Peru, o deputado e secretário da Província do Amazonas, João Wilkens de Mattos, deixou

²⁶⁰ Relatório Provincial de João Batista de Tenreiro Aranha de 1852, p. 60-61.

²⁶¹ Relatório Provincial de Francisco José Furtado de 1859, p. 236.

algumas impressões sobre o estado das povoações que encontrou na subida do alto Solimões. Sobre as freguesias de Alvarães e Amaturá ele disse:

Esta freguesia está em decadência; contém 40 casas e uma Igreja cobertas de palha, e cerca de 300 habitantes...

O estado atual é decadente, e sua população, oriunda dos Índios Cambebas, Parianas, Xomanas e Cayuvicenas não excede a 350 almas, das quais, em 12 pequenas casas de palhas, apenas residem cerca de 80.

A Igreja é pequena, e também coberta de palha, e está em ruínas.

Plantam mandioca e milho, quanto baste para satisfazer suas necessidades; pescam o pirarucu e peixe-boi no lago Cahapiim, e extraem algumas drogas do rio Iça²⁶².

Em 1861, o engenheiro Joaquim Leovegildo Coelho foi encarregado pelo então presidente Manoel Clementino Carneiro da Cunha de empreender uma viagem de exploração para conhecer o estado em que se encontravam as povoações do Alto Rio Negro. Na opinião desse presidente, o relatório apresentado pelo engenheiro era, na verdade, “um documento da decadência do rio Negro, que, segundo tradição, outrora floresceu tanto”²⁶³. Em suas descrições sobre as povoações, o engenheiro emitiu algumas informações com o intuito de explicar o estado deserto dos lugares, como fez em relação à povoação de São José que era composta de seis casas, um talheiro e uma pequena Igreja, todos cobertos de palha. Ficou intrigado com o aspecto ermo do lugar, pois somente encontrou um inspetor da província e sua família. Logo depois, o próprio inspetor revelou ao engenheiro que os habitantes e moradores dos sítios próximos haviam fugido para as matas quando souberam da chegada da comissão. Isto aconteceu, segundo Leovegildo Coelho, porque o próprio inspetor afirmou ter espalhado a notícia de que o governo teria dado ordens para recrutar e prender a todos que encontrasse pelo caminho, gerando assim o medo e a fuga da população.

Ao visitar a Vila de Barcelos, antiga capital do Rio Negro, relatou um estado decadente e, para dar uma idéia da situação, comparou com o período anterior à instalação da província, quando possuiu “um Palácio dos governadores, uma casa de pólvora, um Quartel, uma ribeira de canoas, uma olaria, uma fábrica de panos de algodão, um armazém real e um Hospício Carmelitano”²⁶⁴, quando da passagem da sua comissão, só encontrou dezenove casas, uma Igreja e a “arruinada”²⁶⁵ casa da câmara.

²⁶² Relatório de João Wilkens de Mattos – Anexo da Exposição do Presidente Herculano Ferreira Pena de 1855, p. 380.

²⁶³ Relatório Provincial de Manoel Clementino Carneiro da Cunha de 1862.

²⁶⁴ *Idem*, p.811.

²⁶⁵ Relatório Provincial de Manoel Clementino Carneiro da Cunha de 1862, p.811.

Outro exemplo de total abandono corresponde à antiga povoação de Santa Isabel. Ao encontrar as ruínas do lugar, Leovegildo Coelho assim o descreveu:

Hoje o terreno está todo coberto de mato e entrando-se neste descobre-se ainda restos do antigo povoado, entre outros três talheiros, muito arruinados um dos quais pelo seu tamanho parece ter sido a Igreja. O lugar do desembarque e toda a margem perto dele para cima e para baixo é formado de grandes Lages de pedra.

Entre o mato que cobre este povoado encontram-se inúmeros pés de araçazeiros goiabeiras²⁶⁶.

De acordo com esse engenheiro, no rio Negro, do ano de 1833 até a data de sua exploração, houve o desaparecimento de muitas povoações, aquelas que ainda existiam encontravam-se em estado de quase abandono, exceto as povoações de Thomar, Barcelos e São Gabriel, onde observou “alguma vida e movimento, e nas quais há habitantes”²⁶⁷, mas este fato na sua opinião não compensava o desaparecimento das outras povoações, pois mesmo assim tudo parecia deserto, abandonado e em total ruína. Para explicar este processo de arruinamento populacional e econômico, percebido através da migração da população para áreas mais remotas e distantes (pois, segundo o engenheiro, “em geral, entranham-se pelas matas e vão edificar as suas palhoças nas margens dos imensos igarapés e lagos que existem na Província”), ponderou sobre fatores como o recrutamento compulsório para as forças militares, as arbitrariedades cometidas pelos subdelegados e inspetores das povoações, os ataques de índios, como os Macu, as febres intermitentes e, principalmente, os regatões que praticavam comércio com a população. Os habitantes, em troca de objetos como facas, panos, espelhos, etc., internavam-se na floresta por dias em busca de produtos naturais para pagar em espécie ao regatão, que, de acordo com Leovegildo Coelho, nunca estavam satisfeitos com a quantidade de produtos que recebiam²⁶⁸.

Em 1848, o italiano Gaetano Osculati, quando esteve na barra do rio Negro, teve conhecimento do recrutamento forçado da população para o serviço militar e relatou que o medo provocado nos habitantes fazia com que muitos se refugassem na floresta. Mais de dezessete anos depois, de acordo com o casal Agassiz, o governo continuava fazendo recrutamentos para a força militar no baixo rio Negro²⁶⁹.

²⁶⁶ Leovegildo Coelho em Relatório Provincial de Manoel Clementino Carneiro da Cunha de 1862, p. 16.

²⁶⁷ *Idem.*

²⁶⁸ *Idem.*

²⁶⁹ “O rigor do recrutamento, sobre o qual tantas queixas ouvimos na lagoa Januari, começa a produzir seus frutos; o descontentamento é geral. Alguns recrutas fugiram...antes que o paquete, que os devia conduzir à cidade do Pará, tivesse partido. O tumulto foi tal no contingente da guarda que todos os

Outro fator que concorreu bastante para o abandono de povoações em muitas áreas da província, não só no rio Negro, foi a Cabanagem. Além de causar grande perda populacional na Amazônia, que se calcula em 40 mil mortes, a Cabanagem também teve participação na estagnação econômica. Esse movimento causou problemas como as dificuldades de abastecimento, a paralisação do comércio e a diminuição das produções agrícolas. De acordo com o relato de Osculati, ainda havia, em 1848, isto é, oito anos depois do término do movimento, pessoas internadas nas matas²⁷⁰, levando uma vida errante devido ao terror desencadeado pela repressão, que atingiu principalmente os tapuios e os grupos indígenas que apoiaram a Cabanagem como os Mura e os Maué²⁷¹. Vale ainda lembrar o movimento messiânico e milenarista que ocorreu no noroeste do Amazonas, que teve como figura carismática o índio Venâncio, o que ocasionou o abandono de muitas povoações.

Retornando ao relatório de Leovegildo Coelho, suas impressões sobre a população são negativas quando faz considerações em relação às atividades produtivas que desenvolviam, e quando desenvolviam. Sendo os habitantes do rio Negro essencialmente índios e mestiços, o autor do relatório caracteriza-os como “preguiçosos, indolentes e descuidados”. A partir de uma visão preconceituosa, expressou que os habitantes passavam grande parte do tempo em redes, que a deixavam somente para pescar e caçar quando não havia mais o que comer, depois não faziam mais nada. No decorrer de suas observações, o engenheiro demonstra uma contradição ao fazer comentários sobre a indústria e o comércio que essa mesma população desenvolvia e que gerava renda para a província. Apesar de manter a postura preconceituosa, explicitou sobre os ramos da economia do Rio Negro:

A indústria dos índios aldeados nos rios Içana e Uapés consiste em fabricar sempre os mesmos objetos, da mesma forma e do mesmo modo, sem nunca mudar nem ao menos a pintura... Os que têm sítios perto das povoações fabricam farinha seca, rolos de fumo, fazem patronas para vender a quem viaja, e redes de palha em bastante ordinária...

Em algumas povoações como no Castanheiro, Guia e no sítio Uajanuari os moradores são carpinas, e fazem montarias, igaratés e canoas...

homens foram postos sob chave. A impressão geral na Amazônia parece ser a de que a província foi chamada a suportar maior parte do que a que lhe devia caber no pesado encargo da guerra. Os índios, sem defesa, espalhados pelos seus aldeamentos isolados, foram particularmente vítimas dessa falta de equidade”. Agassiz, *op. cit.*, p. 272.

²⁷⁰Osculati, Gaetano. “De Tabatinga a Belém (1847)”, in *Naturalistas italianos no Brasil*, Tereza Isenburg (org), São Paulo, Ícone, 1990, p. 139-202.

²⁷¹Leonardi, Victor, *op. cit.*, p. 95.

A piaçava, estopa, breu, peixe-seco e salsa constituem o principal comércio do rio Negro.

Nos meses da maior vazante, outubro e novembro, os moradores das povoações afluem às praias para a salga do pirarucu. Neste tempo ele é muito abundante, matam-no a anzol e salgam-no, depois de seco é vendido e constitui um dos ramos de comércio da província.

É o pirarucu seco e a farinha o sustento de maior parte da população da província. Ao mesmo tempo que pescam o pirarucu, apanham os ovos das tartarugas para a fabricação da manteiga, a qual serve para luz.

A tartaruga não é muito abundante no rio Negro, os moradores das povoações que se dedicam a este gênero de comércio vão para as praias do rio Branco, ou de alguns outros afluentes em que ela mais abunda...

A piaçava é um dos maiores ramos de comércio da província. Extraem todo o ano; ela é abundante no rio Negro e na maior parte de seus confluente...

*A estopa e o breu também ocupam um lugar distinto entre os gêneros que constituem o comércio do rio Negro*²⁷².

A partir dos comentários de Leovegildo Coelho sobre as atividades produtivas praticadas pela população indígena e mestiça do rio Negro, pode-se avaliar que para cada produto extraído da floresta e dos rios existia um processo de trabalho diferenciado. Todos, com certeza, exigiam grande esforço e tempo, como acontecia com a coleta dos ovos de tartaruga, cuja tarefa se submetia ao tempo específico de sua reprodução, além de exigir o deslocamento das povoações para coletar os ovos no rio Branco. A pesca e a salga do pirarucu, para transformá-lo em gênero para o comércio (assim atendendo a uma grande demanda representada pela dieta típica da população da província, essencialmente influenciada pelo mundo indígena), também exigia grande esforço e conhecimento sobre o ambiente. A piaçava, o breu e a salsaparrilha exigiam, para sua coleta, dispêndio de grande energia física e o conhecimento de sua incidência. Fazendo uma avaliação do que foi exposto pelo engenheiro, percebe-se que no trabalho extrativista havia um grande desgaste físico. Assim, podemos chegar à conclusão de como é inexata a visão que os presidentes emitiram a respeito do trabalho desenvolvido por índios, tapuios e caboclos ribeirinhos baseados nos relatórios como o de Leovegildo Coelho.

Segundo Kelerson Costa, “a população amazônica, através da coleta dos produtos naturais, encontrava a fonte cíclica de suas vidas”²⁷³. O extrativismo representava assim um retorno à floresta, a manutenção de um contato permanente com o meio natural e, por outro lado, o risco de desaparecimento de muitos produtos, devido,

²⁷² Leovegildo Coelho em Relatório Provincial de Manoel Clementino Carneiro da Cunha de 1862, p. 839-841.

²⁷³ Costa, K. S., *op. cit.*, p. 262.

sobretudo, a participação da população no comércio, atividade que proporcionava a arrecadação de rendas para a província, garantia de sua sobrevivência como área política.

Sobre o trabalho desenvolvido pelos índios, Gabriel Antônio Guimarães, quando diretor geral dos índios, em seu relatório apresentado ao presidente, em 1866, fez algumas considerações negativas em relação às práticas extrativistas. Entretanto, evidenciou a importância dessas atividades para o comércio da província.

A lavoura entre os índios é nenhuma. Homens imprevidentes não pensam no dia de amanhã, contentam-se com o que têm para hoje; suas roças não passam de mui pequenas plantações de mandioca de cujas raízes fazem a farinha ou beiju para o sustento diário, ou o – caxiri – bebida fermentada, com que se embriagam nas festas, para o que também lhes serve o milho, a batata doce, etc., quanto ao mais contentam-se de colher os frutos silvestres para alimentarem-se, ou mesmo para venderem. Têm eles negação ao serviço aturado que requer a agricultura; dão-se bem em tripular as canoas, em percorrer as imensas matas em busca dos vários artigos que entram no comércio, e que daí se tiram na pesca do pirarucu, e do peixe boi, e da tartaruga de nossos lagos²⁷⁴.

Ainda de acordo com o mesmo relatório, a prática do extrativismo empregava a maior parte dos índios.

Empregam-se os índios em geral na extração das várias drogas do mato. Seu número presumo, vai muito além do que está enumerado no quadro acima, e este meu pensamento se funda em que segundo dados oficiais, exporta-se da província anualmente cerca de 40.000 alqueires de castanha doce, outros tantos de arrobas de peixe boi seco, 20.000 de seringa, algumas de salsa, cravo, puxeri, guaraná, etc., tudo é trabalho destes homens, que não são assíduos no que quer que fazem²⁷⁵.

Contudo, os incentivos à agricultura e ao seu desenvolvimento por toda a província não foram infrutíferos. Apesar do emprego de grande parte da população no extrativismo, os relatórios os presidentes, em muitos momentos, citaram ou elogiaram o andamento de práticas agrícolas em algumas aldeias-missões, como na aldeia Capacete em Tabatinga e em São José do Amajari, no Anibá. Nestas, seus diretores e missionários promoviam o cultivo do café, da salsaparrilha e do tabaco, culturas que, na

²⁷⁴ Gabriel Antônio Guimarães em Relatório Provincial de Antônio Epaminondas de Mello de 1866, p. 333.

²⁷⁵ *Idem*, p.336.

opinião do vice-presidente Manoel Gomes Corrêa de Miranda, poderiam, com maiores esforços, render bons resultados²⁷⁶.

Era o modo de vida errante da população, definido pelas práticas de pesca, caça e coleta dos gêneros da floresta, que deveria ser transformado, pois não oferecia meios para a implantação de um ritmo de produção regular desejado pelos presidentes. Nesse sentido a agricultura foi concebida como a única atividade capaz de trazer o desenvolvimento moral dos habitantes e fornecer as bases necessárias para a ordenação e dominação de uma natureza opulenta, com inúmeras possibilidades de produção regular e lucrativa.

O que devemos depreender a partir desses discursos não é uma situação de penúria de todos os habitantes da província, apesar de alguns acontecimentos como a Cabanagem e as doenças (febres intermitentes) suscitarem depopulação e abandono das povoações. Os aldeamentos de índios e povoados de caboclos ribeirinhos sobreviviam com suas atividades de subsistência e ainda produziam para o comércio local e para a exportação como é apresentado nos relatórios, quando os presidentes demonstram os números da receita. A produção de riquezas da população não era improdutiva ou inerte a ponto de não oferecer renda.

Para os presidentes do Amazonas, dominar o meio natural era a prova do quanto uma sociedade encontrava-se civilizada. Dentro desse pensamento, a natureza da província representava um ambiente à espera de uma dominação efetiva, pois somente assim haveria o desenvolvimento de uma população industriosa e dada ao progresso.

²⁷⁶ Relatório de Manoel Gomes Corrêa de Miranda de 1860, p. 26.

Considerações Finais

“A Província engrandecerá”²⁷⁷.

É desta forma que um dos últimos presidentes da província do Amazonas, em seu relatório, se referia ao futuro da região. Imaginar o futuro é uma forma de representação, lamentar o passado e o presente também. Joaquim de Oliveira Machado, em seu extenso relatório, apresentou o difícil estado financeiro do Amazonas aos deputados provinciais, às vésperas da República, como sendo resultado da imprudência da exploração da borracha e de outros produtos naturais. Em sua opinião, não houve preocupação em buscar estabelecer para o Amazonas uma atividade econômica mais segura e permanente – ele falava da agricultura. No decorrer do discurso, exaltou as possibilidades de superação do quadro com o uso mais racional das riquezas naturais. A “província engrandecerá” é a frase de efeito em suas considerações finais.

Por meio do exame dos relatórios assinados pelos trinta presidentes que passaram pelo Amazonas, entre os anos de 1852 a 1889, foi possível delinear e expor o discurso sobre a natureza e o meio social da província. A partir de uma linguagem decorosa, quando se dirigiam a Sua Majestade e aos deputados da Assembléia Legislativa, ou mesmo quando transformavam essa mesma linguagem num relato mais contundente sobre as problemáticas que impediam o progresso econômico-moral do Amazonas, pude entrever a delicada situação de um presidente de província. Peças essenciais para garantir e dar continuidade à unidade política do país e principais reprodutores dos ideais e planos ministeriais, esses homens do Executivo central não deixaram de criticar um governo que pretendia executar o projeto de civilização para tornar o Brasil uma nação inserta no capitalismo (civilização) mundial, mas que em contrapartida não proporcionava os meios econômicos e legais para que isto ocorresse. Criticaram igualmente os próprios deputados durante as sessões da Assembléia Legislativa quando estes não seguiam as recomendações e propostas para a resolução dos entraves ao progresso da província. E expressaram sem nenhuma imprecisão ou contradição que todos os males, fossem econômicos, fossem morais, seriam dirimidos e,

²⁷⁷ Relatório Provincial de Joaquim de Oliveira Machado de 1889, p. 63-64-65.

com o passar do tempo, extirpados quando a agricultura cultivasse a natureza e os homens no Amazonas. Havia a certeza de que as terras da província eram férteis. No tocante a essa visão, sabe-se que ela persistirá como idéia praticamente inquestionável até meados do século XX, quando então será constatado que grande parte dos solos cobertos pela floresta das terras altas se originam, na verdade, a partir da decomposição das rochas ácidas que constituem os escudos cristalinos da Guiana e do Planalto Brasileiro, o que faz com que os solos sejam pobres em nutrientes para as plantas.

Na ação dos presidentes de negar a realidade, pude vislumbrar a realidade desejada, mas, essencialmente, pude compreender que a negativa era contraditória com a realidade exposta nos relatórios. A província não estava tão distante assim das práticas tidas como indícios de “civilização” pretendida pela política econômica do Império e que diziam respeito à agricultura, ao comércio e à indústria. A população desempenhava trabalhos diversos além do extrativismo. A agricultura não era inexistente e principalmente o comércio e a indústria não eram tão improdutivos como diagnosticaram os presidentes. Sobre a visão da decadência da agricultura na Amazônia, dois trabalhos procuram dirimir a questão. Em *Além dos seringais: as relações entre a agricultura e o extrativismo no Grão-Pará oitocentista*, Luciana Marinho Batista desarticula essa visão enraizada na historiografia regional utilizando-se dos números da exportação agrícola entre 1840 e 1870. Em *Os fios de Ariadne: tipologias de fortunas e hierarquias sociais em Manaus (1840-1880)*, Patrícia Sampaio abre uma discussão sobre o pressuposto da total dedicação da população da Província do Amazonas ao extrativismo, respondendo que as atividades agrícolas existiam e se destinavam ao consumo doméstico e ao mercado interno.

A natureza não se encontrava em um estado tão inculto nem tão intocada. Tanto é que João Pedro Dias Vieira demonstrou grande preocupação com a continuidade da coleta de produtos naturais realizada sem nenhum desvelo pela população local. Em 1856, o mesmo presidente denunciou aos deputados o quase desaparecimento de algumas espécies apresentando dados sobre a problemática originados com as pesquisas de Silva Coutinho sobre a coleta da salsaparrilha, da castanha e dos ovos de tartaruga. O que prova a existência de um comércio bastante ativo e que demandava o trabalho de coleta de uma população conhecedora do meio natural. Neste aspecto, a idéia de que no passado da Amazônia os grupos nativos viviam em equilíbrio com o ambiente, sem exauri-lo, deve ser repensada. Atualmente, nos debates pela conservação da natureza amazônica, muitos optam pela defesa do

extrativismo e pela valorização dos conhecimentos de grupos chamados, genericamente, de “populações tradicionais”. As visões dualistas acerca da questão, aquela que vê no passado dessas populações relações estritamente harmônicas, e outra que encara o presente de destruição da floresta como resultado da agricultura, da pecuária e das ações das madeireiras, não respondem de forma satisfatória às tentativas para a compreensão dos problemas ambientais da região. Deve-se recuperar a história das práticas extrativistas da Amazônia, tanto na dimensão dos “saberes tradicionais” como na dimensão do extrativismo como base econômica em períodos distintos.

Em verdade, eram as práticas de sobrevivência e produção da população que, na visão dos presidentes, não eram condizentes com o projeto civilizador do Império; era a utilização da natureza pelos índios, caboclos e tapuias que não se enquadrava no projeto de uma agricultura diversificada e lucrativa, planejado para o país pelos dirigentes do Segundo Reinado. Portanto, as preocupações expostas e as soluções para os problemas do Amazonas diziam respeito a como tornar a população da província industriosa e como gerenciar tão pródiga natureza – que de tão pródiga levava os grupos humanos a uma desídia habitual e às ações perdulárias sobre o ambiente natural. O remédio para esta relação irracional dos habitantes com a natureza era a agricultura. Havia uma certa peremptória naqueles políticos de que as práticas agrícolas regulares e diversificadas a partir do cultivo de produtos exóticos e nativos trariam ares de civilização às florestas, aos campos, aos rios, em suma, aos desertos, posto que promoveria a moralização dos costumes de uma população arredia aos cômodos da sociedade nacional. O progresso material seria conduzido pelo incremento do comércio e da indústria advindo com a agricultura.

Mas como na Província do Amazonas a política central em prol da diversificação da agricultura, como meio de dominar a natureza e construir a unidade nacional, foi expressada em planos pelos presidentes nos relatórios? Lembrando que o extrativismo apresentava-se como o maior entrave, já que era visto como uma forma de trabalho incentivada pela existência de um território vasto e rico em produtos “espontâneos”. Assim, como levar os “filhos do Amazonas” à prática da agricultura nos moldes em que era desejada pelo Estado? E como conhecer as riquezas naturais de uma província em situação de “infância” e “atrasada”²⁷⁸?

²⁷⁸ Termos e expressões que se encontram no Relatório Provincial de João Batista de Tenreiro Aranha de 1852.

É constante nos relatórios a reclamação de que a população não participava com trabalho e produção para o progresso da província. Os presidentes descreveram, empregando imagens nada agradáveis, um quadro de permanente indolência dos grupos locais, aliado ao distanciamento da sociedade dita civilizada. Todavia, foi através das contradições existentes no discurso desses políticos que uma outra província transpareceu. Uma província onde havia núcleos de agricultura, poucos, mas existentes, povoações em que havia uma produção voltada para a indústria e que participava de um comércio importante, em que seus produtos eram consumidos internamente e parte destinada à exportação. A população, justamente pela relação que mantinha com a natureza, era a grande responsável pela existência da província. O extrativismo, encarado como prática de trabalho e de produção bárbara, constituía ainda assim a atividade que sanava as dificuldades financeiras da máquina administrativa, além de ser a atividade que mais ocupava os grupos humanos da região durante grande parte do ano.

Destarte, tendo examinado os relatórios provinciais e os pareceres das explorações dos engenheiros nacionais, que, por sua vez, embasaram os planos e visões dos presidentes acerca do ambiente natural e social da província, espero ter traduzido o discurso bipolar desses administradores e, em concomitância, ter demonstrado que a Província do Amazonas, como um lugar decadente e deserto, foi certamente mais sentido assim pelos presidentes.

Durante a pesquisa, surgiram outras problemáticas relacionadas ao tema, mas tive de abrir mão de examiná-las, pois as que efetivamente compareceram neste trabalho já constituíram para mim um grande desafio. Pretendo, neste momento, compartilhá-las.

A necessidade de desenvolver a navegação para integrar social e economicamente o Amazonas era clamor constante nos relatórios, bem como as propostas da construção de estradas na região dos rios Branco, Purus, Beni, por exemplo. Eram temas cujos debates gerados na assembléia ganhavam, pelas mãos dos presidentes, presença nos relatórios e que merecem um esmiuçar mais ponderado. Havia também a intenção de fortalecer o comércio com os países vizinhos, sobretudo, com o Peru, assunto recorrente e cuja efetivação recebeu incentivo dos presidentes e a defesa de Tavares Bastos em seu estudo, de 1866, intitulado *O Vale do Amazonas*²⁷⁹.

Questão apenas comentada foi a implantação do Museu Botânico do Amazonas, em 1883, apesar de estar relacionado ao tema, quando sua principal tarefa era a de classificar a natureza da província, por outro lado suscita o debate sobre a

²⁷⁹ Bastos, C. A. T., *op. cit.*.

construção de uma ciência nacional na segunda metade do século XIX no Brasil, um assunto que não fazia parte das problemáticas iniciais postas para este estudo.

Além dos relatórios dos presidentes, fontes riquíssimas para pesquisas são, igualmente, os relatórios dos engenheiros nacionais, que merecem um levantamento das suas informações acerca do ambiente natural (classificação de solos, plantas, rios) e dos autores junto de uma leitura atenta às suas implicações e à sua importância no cenário da construção da nação por intermédio das ações de um governo central entusiasmado com a idéia de conhecer o país a partir de seus próprios cientistas.

Ademais, algumas certezas do tempo presente foram clarificadas.

A Amazônia continua sendo um lugar a espera de ser conhecido, classificado, compreendido. Atualmente, as visões sobre a natureza amazônica entram em choque em escala mundial, pois o que está em jogo é a disputa pelo acesso à informação sobre a biodiversidade²⁸⁰ – saber é poder.

O homem ainda não sujeitou este ambiente natural por completo. As representações são cada vez mais conflitantes entre si, pois correspondem a interesses políticos e econômicos diversos. Nesse jogo de forças, os grupos humanos da região cada vez mais se apresentam como sujeitos de uma história que continuará a exigir uma reparação. A floresta e os povos amazônicos sofreram transformações! A relação homem-natureza constitui um dos meios para negar um estigma preconceituoso ainda vigente – a Amazônia é uma terra sem história.

²⁸⁰ Ver Castro, Edna. “Território, biodiversidade e saberes das populações tradicionais”. In: Castro, Edna e Pinton, Florence. *Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP-UFPA, 1997, p. 222-241. Ver também Santos, Laymert G. dos, *op. cit.*.

Fontes

Relatórios dos Presidentes da Província do Amazonas dirigidos à Assembléia Legislativa Provincial de 1852 a 1889.

Fala do Presidente Herculano Ferreira Pena de 1853.

Fala do Presidente Herculano Ferreira Pena de 1854.

Fala do Vice-presidente Manoel Gomes Corrêa de Miranda de 1855.

Fala do Presidente Ângelo Thomaz do Amaral de 1857.

Fala do Presidente Manoel Clementino Carneiro da Cunha de 1861.

Fala do Presidente Domingos Monteiro Peixoto de 1873.

Fala do Presidente Rufino Eneias Gustavo Galvão (Barão de Maracajú) de 1878.

Exposição dirigida à Assembléia Legislativa pelo Presidente Herculano Ferreira Pena de 1855.

Referências Bibliográficas

- AGASSIZ, Jean Louis Rodolph e AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil, 1865-1866*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- ARAÚJO, Hermetes Reis de. “Da mecânica ao motor: a idéia de natureza no Brasil no final do século XIX”. *Projeto História: natureza e poder*. PUC-SP, n.23, p.151-167, nov., 2001.
- BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social”. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. (vol. 5, Antropos)
- BARREIRO, José Carlos. “Instituições, Trabalho e Luta de Classes no Brasil do Século XIX”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Anpuh, vol. 7, n. 14, 1987.
- BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *A Província: estudo sobre a descentralização no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1996.
- _____. *O vale do Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850-1870*. Dissertação de mestrado, UFRJ, 2004.
- BEOZZO, José Oscar. *Leis e Regimentos das Missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1983.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- CASTRO, Edna. “Território, Biodiversidade e Saberes das Populações Tradicionais”. In: CASTRO, Edna e PINTON, Florence. *Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Editora CEJUP-UFPA, 1997, p. 222-241.
- CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA, v.11, n.5, p.173-191, 1991.
- CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COSTA, Kelerson Semerene. *Homens e Natureza na Amazônia brasileira: Dimensões (1616-1920)*. Tese de doutorado, UnB, 2002.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras / FAPESP / Secretaria de Cultura, 1992.
- DAOU, Ana Maria Lima. *A cidade, o teatro e o “Paiz das seringueiras”: práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX*. Tese de doutorado, UFRJ, 1998.
- _____. “Instrumentos e sinais da civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense”. *História, Ciência, Saúde – Mangueiras*. Rio de Janeiro, Fiocruz, vol.VI (Suplemento), p.867-888, setembro 2000.

- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- DIEGUES, António Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- DOLHNIKOFF, Miriam. “Elites Regionais e a construção do Estado Nacional”. In: JANCSÓ, Istvan (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- _____. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.
- DOMINGUES, Ângela. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império em finais do Setecentos”. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, Fiocruz, vol.VIII (Suplemento), p.823-838, 2001.
- DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. *Ciência: um caso de política. As relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império*. Tese de doutorado, USP, 1995.
- FRAGOSO, J. L. e SILVA, F. C. T. da. A política no Império e no início da República Velha: dos barões aos coronéis. In: LINHARES, M. Y. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p.177-210.
- GARCIA, Ledonias Franco. *Goyaz: uma província do sertão – entre o signo da unidade nacional e a força do isolamento*. Tese de doutorado, USP, 1999.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial: sua desagregação”. In: _____ (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1976. T. II, vol.1.
- LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- _____. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.
- LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Ed. UnB, 1999.
- LIMA, Regina Márcia de Jesus. *A Província do Amazonas no sistema político do Segundo Reinado (1852-1889)*. Dissertação de mestrado, UFF, 1978.
- LOPES, Maria Margareth. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- LOUREIRO, Antônio. *O Amazonas na época Imperial*. Manaus: Valer, 2007.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MESQUITA, Otoni Moreira de. *La belle vitrine: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus*. Tese de doutorado, UFF, 2005.
- MONTEIRO, John Manuel. “As Raças Indígenas no Pensamento Brasileiro do Império”. In: CHOR, Marcos e SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e*

- Sociedade*. Rio de Janeiro, Editora da Fiocruz e Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, p. 15-22.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- OSCULATI, Gaetano. “De Tabatinga a Belém(1847)”, in *Naturalistas italianos no Brasil*, Tereza Isenburg (org.), São Paulo, Ícone, 1990, p.139-202.
- PAZIN, Márcia Cristina. *Produção Documental do Legislativo no Império - Gênese e Tipologia: o caso da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo (1835-1889)*. Dissertação de Mestrado, USP, 2005.
- PEREIRA, Nasthya Cristina Garcia. *A Questão Indígena na Província do Amazonas (1852-1871)*. Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas, 2000.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PRADO JR. C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Artífices do próspero mundo novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889)*. Tese de doutorado, USP, 2005.
- REIS, Arthur César F. *História do Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.
- RÉMOND, René. “Por que a História política?”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n.13, 1994.
- RIZZINI, Irma. “Educação popular na Amazônia imperial: crianças índias nos internatos para formação de artífices”. In: SAMPAIO, Patrícia Melo e ERTHAL, Regina de C. (orgs.). *Rastros da memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os fios de Ariadne*. Manaus: EDUA, 1997.
- SANTOS, Laymert Garcia dos. “Tecnologia, natureza e a “redescoberta” do Brasil”. In: ARAÚJO, Hermetes Reis de (org.). *Tecnociência e Cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- TAPAJÓS, Vicente. *História administrativa do Brasil: organização política e administrativa do Império*. Brasília: FUNCEF, 1984.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- UGARTE, Auxiliomar Silva. *O Mundo Natural e as Sociedades Indígenas na visão dos Cronistas Ibéricos (séculos XVI-XVII)*. Tese de Doutorado, USP, 2004.
- WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. Hucitec, São Paulo, 1993.
- WORSTER, Donald. “Para fazer história ambiental”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 216-228, 1991.

